

2. MESA I - A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITALISMO E A GERAÇÃO DE POBREZA

LUIZ GONZAGA BELLUZZO, mediador. Esta mesa falará de financeirização, globalização e pobreza. Os participantes são a prof. Susan George, presidente do Conselho de Administração do Transnational Institute, de Amsterdam, o prof. Fantu Cheru, da American University, o prof. Mark Weisbrot, do Centro de Pesquisas sobre Política Econômica, dos Estados Unidos, e o prof. Yash Tandon, do South Centre, em Genebra.

SUSAN GEORGE. Agradeço ao Centro Celso Furtado o convite para participar deste seminário. Só tive a chance de encontrar umas poucas vezes com o professor Celso Furtado, mas fiquei muito comovida com o filme que acabamos de ver. Era um grande homem, e espero que seu pensamento permaneça vivo no Brasil.

ABAIXO O GRANDE DRENO FINANCEIRO: COMO A DÍVIDA E O CONSENSO DE WASHINGTON DESTROEM O DESENVOLVIMENTO E CRIAM POBREZA *

Na mais difundida das máximas, a globalização não veio meramente para ficar: ela é boa para todo mundo, para mim, para você, seja quem você for e seja onde morar. Se as evidências parecerem demonstrar o contrário e se você – presumindo-se naturalmente que já ouviu falar do fenômeno chamado “globalização” – sentir que ela decididamente *não* é boa para você, isto acontece

* Texto enviado pela palestrante. O original em inglês deste e de todos os textos em língua inglesa está disponível na versão virtual da publicação, no site www.centrocelsofurtado.org.br.

porque: (1) você não deu duro o bastante; (2) você não se tornou suficientemente competitivo; (3) você não esperou tempo suficiente para que os benefícios dela pudessem se manifestar.

Primeiramente, deixemos claro que a palavra “globalização”, por si só, é virtualmente sem significado. Assim como a sua precursora — a palavra “desenvolvimento” —, ela só escapa de uma conveniente confusão conceitual quando adjetivada. O adjetivo, aqui, será “neoliberal”, querendo dizer que “globalização” é um outro nome para o capitalismo do final do século XX, início do século XXI, qualitativamente diferente das encarnações anteriores. Quando usada em associação com os países em desenvolvimento, a globalização é também sinônimo dos vários elementos que compõem o chamado Consenso de Washington (CW) conforme originalmente definido por John Williamson, inventor da expressão. Mas também inclui outras políticas, que têm sido acopladas ao CW.

Williamson cunhou a hoje famosa locução em 1990, mas o referente propriamente dito já existia há bem uns dez anos. O CW ganhou proeminência com as primeiras manifestações da crise das dívidas externas, comumente datadas, em geral, de 1982, quando da primeira grande quase-falência do México.

O que vem a ser Consenso de Washington?

As dez principais componentes do Consenso de Washington estão taquigraficamente listadas abaixo, com base na formulação inicial de Williamson, e sem maiores elucubrações ou comentários. Quando usado como “tratamento de choque” para as nações endividadadas, o CW também é chamado de *Ajuste Estrutural*.

1. Disciplina fiscal e fim dos déficits
2. Redução de gastos públicos e reordenação de prioridades governamentais
3. Reforma fiscal
4. Taxas de juros flexíveis
5. Taxas de câmbio competitivas
6. Liberalização do comércio
7. Um ambiente favorável para os Investimentos Externos Diretos [Foreign Direct Investment - FDI]
8. Privatização
9. Desregulamentação
10. Direitos de propriedade

Estes são os elementos de Williamson em 1990.¹ Muita gente pode concordar com a maioria deles, ou com todos. Mas a lista, embora aparentemente inofensiva, tem dois problemas:

- primeiro, a interpretação e a aplicação prática de tais componentes freqüentemente se revela bem diferente do que se poderia simplesmente imaginar a partir da leitura da própria versão de Williamson;
- segundo, várias outras políticas, não incluídas por Williamson, foram rapidamente integradas ao pacote de medidas que hoje corresponde à expressão genérica Consenso de Washington, mistura essa que se tornou genuinamente tóxica para um grande número de países em desenvolvimento (sem mencionar alguns países no Norte, mas esta é uma outra história).

O que é o verdadeiro Consenso de Washington

Na primeira categoria, a da interpretação e aplicação das componentes de Williamson, tomemos apenas alguns exemplos do “pseudo-conteúdo”. “Disciplina fiscal” vem a ser: “acumular grandes superávits orçamentários e não gastá-los, mesmo que haja uma enorme quantidade de gente no seu país passando fome”. “Reordenamento de prioridades governamentais” traduz-se como: “praticar a ‘recuperação de custos’ aplicada à saúde e à educação e fazer com que as pessoas paguem seu preço total”. “Reduzir gastos públicos” significa: “eliminar os subsídios” para alimentos básicos, energia, transporte público etc. Quanto a “Reforma fiscal”, tende a significar, na prática, taxas mais baixas para os ricos.

“Taxas de juros flexíveis” significam: aumentar tais taxas porque a flexibilidade é raramente aplicada para baixo, pelo menos não por muito tempo. Isso torna o crédito escasso e caro, especialmente para pequenas e médias empresas que fornecem a maioria das oportunidades de emprego, com o não surpreendente resultado de aumentar o desemprego. “Privatização” torna-se uma bonança cheia de oportunidades do tipo fique-rico-depressa para ricas elites locais e corporações transnacionais. “Abertura e ambiente favorável para Investimento Externo Direto” não significam necessariamente que o país vá receber novos

1 Ver John Williamson, “Did the Washington Consensus Fail?” [O Consenso de Washington fracassou?], Institute for International Economics, 6 de novembro de 2002.

investimentos do chamado tipo de “áreas totalmente novas”, isto é, criadores de emprego e riqueza. Estatisticamente, a maioria das verbas classificadas como FDI vão ser dirigidas apenas para fusões e aquisições envolvendo empresas existentes, resultando em geral na diminuição da força de trabalho. “Direitos de propriedade” soam, enquanto expressão, impressionantes, mas jamais atingiriam o setor informal, onde seriam mais necessários...

Quanto às políticas suplementares acopladas ao CW, o próprio Williamson desdobrou-se para deixar claro que sua versão não recomendava medidas monetaristas nem o término do papel do Estado na redistribuição e provisão de assistência social. Ainda assim, tais medidas monetaristas e minimamente estatais foram adotadas e aplicadas, em especial pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs). As mais importantes delas, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, são muito próximas do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. As IFIs também deram grande ênfase aos mercados de mão-de-obra “flexível”, à plena participação nos acordos comerciais regulamentados pela Organização Mundial do Comércio e mesmo a regras mais rigorosas inseridas em muitos tratados comerciais regionais e bilaterais. Elas também clamam por bancos centrais independentes no modelo do Banco Central Europeu, isentos de qualquer espécie de supervisão política.

Provavelmente, a maior divergência entre a versão inicial de Williamson do Consenso de Washington e a política aplicada hoje em dia diz respeito à “liberalização das contas de capital”. Em economês, isto significa simplesmente que um país aplica a filosofia de “fronteiras abertas” não só aos bens e serviços, mas também aos fluxos financeiros. O capital pode ir aonde quiser, quando quiser; pode fluir para dentro — e, o que é muito mais perigoso, para fora —; enfim, conforme o capricho. O tapete de boas-vindas está estendido não só para os FDIs, mas também para as inversões em valores de dívida externa [Portfolio Equity Investment, ou PEI]. Estrangeiros, em geral, grandes investidores institucionais, podem adquirir ações, títulos, moedas nacionais e quaisquer outros instrumentos financeiros disponíveis; podem especular livremente. Idem, as elites locais, sem quaisquer pruridos nacionalistas quanto a arruinar as economias de seus próprios países através da fuga de capital ou transformando seus negócios em off-shore. Estas são as políticas do CW abrangente ou ampliado.

Abrir as fronteiras a todos os visitantes financeiros poderia ser uma boa idéia se cada país estivesse no mesmo nível de desenvolvimento um do outro e se cada

moeda fosse tão forte quanto, por exemplo, o euro. Isto, entretanto, está longe de ser o caso. Pode ser útil relembrar que, há pouco mais de vinte anos, sob a presidência socialista de François Mitterrand, a França praticou o controle do capital e restringiu o montante de moeda estrangeira que seus cidadãos podiam comprar. O euro, sejam quais forem seus possíveis defeitos, tem posto fim à especulação contra moedas européias individuais, as quais eram freqüente e lucrativamente atacadas nas décadas de 1980 e 1990. A coisa foi muito pior no Sul, como veremos adiante.

Conforme muitos observadores dos países em desenvolvimento observaram, deixar uma economia e um povo à mercê do “livre mercado”, em outras palavras, aos atores financeiros internacionais dominantes e interessados apenas em lucros de curto prazo, é o equivalente a deixar a raposa solta tomando conta do galinheiro.

Conseqüências financeiras terríveis

O ajuste estrutural e as abrangentes políticas do CW vêm sendo praticados há mais ou menos um quarto de século. A liberalização de contas de capital e a radicalização do CW imposta pelas IFIs tornaram os governos, freqüentemente, impotentes para sustar os súbitos fluxos financeiros evasivos. Como o banqueiro profissional Sony Kapoor explicou brilhantemente, o mercado está estruturado de modo tal que os operadores devem “perseguir a tendência” até o mais longe que puderem.² Os fundamentos de uma economia têm pouco ou nada a ver com as ações de curto prazo daqueles homens do mercado, cujas rendas, bonificações e empregos dependem da volatilidade. Essas pessoas, a maioria das quais se encontra nas salas de operações dos trinta maiores bancos do mundo, não são “especuladores do mal”, nem são pagas para se preocuparem minimamente com o bem-estar de um país ou de seu povo: elas estão simplesmente cumprindo seu trabalho, ou se arriscando a perdê-lo. Assim que começa, um fluxo não pára mais, até que tenha cumprido todo o seu curso. O Banco de Compensações Internacionais (BIS), em seu Relatório Anual de 1995, descreveu com exatidão esses fluxos como sendo regidos por um “comportamento de boiada”.

Os resultados ficaram tragicamente claros, em especial durante a crise asiática do final dos anos 1990. Sempre que alguns operadores de peso, em Nova York ou em Londres, esticavam no um dedo umedecido e descobriam que o vento sopra-

2 Sony Kapoor, *Minuta de Relatório* para a Tobin Tax Network, “The Currency Transaction Tax” [A taxa sobre transações financeiras], 2004.

va contra, digamos, o baht, o won ou o real, dava-se o estouro da boiada rumo à saída. Não havia qualquer controle ou imposto monetário em vigor para pará-la (exceto em alguns países como Chile, Malásia ou China, que escaparam do pior).

Seguiu-se uma cascata de crises financeiras. Uma sóbria apreciação vem do International Labour Bureau (ILB). Seus dados mostram que, somente na região América Latina e Caribe, entre 1980 e 1998, ocorreram mais de quarenta crises financeiras durante as quais o PNB per capita caiu em mais de 4%. Mais de 90 países, da Argélia ao Zimbábue, viveram uma “severa crise financeira” entre 1990 e 2001. “Severa”, na definição do ILB, significa que o valor da moeda desvalorizou, num mês qualquer, em pelo menos 25%, e que essa queda era no mínimo 10% maior do que a do mês precedente.³ Estamos, portanto, falando de uma brutal perda do poder aquisitivo, de poupanças, pensões etc., da ordem de, no mínimo, uma terça parte, em apenas dois meses.

Realpolitik no Consenso de Washington

Que significou esse cenário, em termos políticos? O CW, no sentido amplo, pós-Williamson, pretendeu nitidamente sustar quaisquer propensões nacionalistas rumo a políticas de desenvolvimento guiadas pelo Estado, em especial, entre elas, a substituição das importações e a proteção a setores nacionais ou à agricultura local (a frase “soberania em alimentos” ainda não havia sido inventada). Tratou-se também de abrir uma economia ao maior número de atores privados nos mercados mundiais, isto é, multinacionais, bancos e demais atores financeiros como os fundos de pensão. Tudo se resumia a forçar um governo a deixar moeda, empregos, negócios locais, sistema social e tudo o mais a decisões tomadas por estranhos interessados apenas em lucro rápido, muito mais empenhados financeiramente do que a maioria dos Bancos Centrais. Foi, sobretudo, uma estratégia inventada pelo Norte, projetada para garantir que os países do Sul continuassem a pagar o serviço de suas dívidas, mas não pudessem jamais esperar quitá-las um dia. Isso, por seu turno, garantia que eles continuariam a obedecer às ordens do CW em seu sentido amplo.

Centenas, se não milhares de textos críticos têm sido escritos sobre tais políticas, em especial sobre as praticadas pelas instituições de Bretton Woods (o FMI e o Banco Mundial). Montanhas de provas à disposição demonstram que, em

3 International Labour Bureau, *Economic Security for a Better World* [Segurança econômica para um mundo melhor], Genebra 2004, p. 40.

países “estruturalmente ajustados”, sem exceção, o crescimento foi desacelerado, as desigualdades pioraram e a pobreza se aprofundou. O próprio John Williamson lamentou admitir que os resultados das medidas do CW houvessem sido “decepcionantes, para dizer o mínimo, especialmente em termos de crescimento, emprego e redução da pobreza.”⁴

Se a economia fosse uma ciência, os economistas que trabalham para as IFIs teriam sido obrigados, há muito tempo, a alterarem suas hipóteses, pois os resultados de suas experiências sociais têm sido devastadores — ao menos se forem aplicados os critérios para redução da pobreza, desigualdade e crescimento. Quando uma ponte cai ou quando a suposta cura de uma doença torna a doença das pessoas ainda mais grave, o biólogo ou médico é chamado, na hora. Eles próprios ou suas empresas podem ser processados. Seus cálculos de forças e hipóteses científicas são descartados por serem piores do que inúteis: dolosos, quando não letais. Nada disso acontece no caso de políticas sociais desastrosas. Seus autores jamais levam a culpa por qualquer coisa porque a economia neoliberal não é uma ciência, mas sim uma ideologia, e ideologia apoiada por aqueles que hoje detêm o equilíbrio do poder global. Instituições que atendem a suas necessidades continuam a servi-los. E quem nelas trabalha pode continuar a ganhar altos salários enquanto destrói as vidas dos outros.

Os praticantes das políticas de ajuste estrutural do Consenso de Washington, quando confrontados com o que Williamson modestamente chamou de resultados “decepcionantes, para dizer o mínimo, em termos de crescimento, emprego e redução da pobreza”, somados a uma plêiade de outros indicadores, jamais admitirão que suas políticas estejam erradas nem aceitarão críticas. As vítimas vão ouvir, ao invés disso, que: (1) não deram duro bastante, ou (2) não se tornaram competitivas o bastante, ou (3) não esperaram tempo suficiente para que os benefícios se manifestassem. Isto soa familiar; parece que caímos num círculo vicioso.

O Consenso de Washington é uma aberração?

Se as políticas econômicas do tipo CW não “funcionam”, se por “funcionar” significamos que políticas econômicas devam servir normalmente às necessi-

⁴ O enorme retardamento no crescimento desde 1980 é plenamente demonstrado pelos especialistas do Centro de Pesquisas sobre Política Econômica (Center for Economic Policy Research), ver a obra de Mark Weisbrot *et alii* em www.cepr.org.

dades de toda a população de um determinado país, por que tais políticas são ainda praticadas? Por que permanecem tão poderosas e são aceitas, virtualmente, em toda a parte? Essa situação não é tão enigmática quanto pode parecer, especialmente se nos lembramos de que não estamos realmente falando de economia, mas sim de política.

Para uma melhor explicação do “enigma”, é útil saber, em primeiro lugar, que, nos Estados Unidos, fundações particulares de direita vêm, pelo menos nos últimos 25 anos, seguindo uma política orquestrada de financiar o desenvolvimento e a disseminação da ideologia neoliberal. Só entre 1982 e 2002, elas gastaram mais de um bilhão de dólares em *think tanks*, centros de pesquisas, cátedras universitárias, *scholars* individuais e sofisticadas estratégias de comunicação. Há 50 anos, suas idéias, inspiradas pelo darwinismo social e por Hayek, teriam sido encaradas como perigosas, extremadas e até ligeiramente alopradas. Virtualmente nenhum líder ou acadêmico americano as apoiou, de índole do Partido Republicano ou Democrata. Hoje, elas estão incorporadas à corrente em voga. Permeiam o currículo das faculdades de economia, ciências sociais e direito, particularmente nas universidades de prestígio que alimentam os fundamentos das futuras lideranças. (Como disse um crítico, as IFIs estão cheias de “economistas de terceira categoria com diplomas de instituições de primeira”.)

Os “Chicago boys” tornaram-se então “Everywhere boys” e são particularmente proeminentes no Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, no Banco Mundial e no FMI, independentemente de quem esteja na Casa Branca. Não cabe aqui elucubrar sobre a estratégia da extrema direita (neoliberal ou “neo-conservadora”), mas não se deve esquecer jamais que ela tem sido eminentemente bem-sucedida; que as idéias hoje dominantes foram compradas e pagas por gente que sabia o que estava fazendo e o que queria. As forças progressistas vêm sendo supinamente incapazes de montar qualquer desafio sério ideológico contra o pensamento e as medidas neoliberais — na verdade, eles nem sequer o tentaram a sério.⁵

A segunda explanação para o “enigma” é a de que a globalização dominada pelo mercado financeiro (consideremos o adjetivo “neoliberal” como bem enten-

5 Ver meu capítulo “Manufacturing ‘Common Sense’, or Cultural Hegemony for Beginners” [Fabricando ‘bom senso’ ou hegemonia cultural para principiantes]: no livro do Transnational Institute (TNI) *Selling U.S. Wars* [Vendendo guerras dos Estados Unidos], ora no prelo, Interlink Publishers, 2007.

dido) tem sido excessivamente boa para alguns. Todo ano, cresce a lista Forbes de bilionários no mundo; ela soma atualmente 793. Um analista alega que as riquezas combinadas desses 793 superam facilmente os US\$ 2.600 bilhões [2,6 trilhões] dos títulos das dívidas globais do Sul. Não somei os patrimônios desses senhores (e algumas senhoras), mas a alegação parece plausível. É impressionante observar, embora esta não seja uma comparação científica, que, juntas, as fortunas dos três indivíduos mais ricos do mundo são maiores do que, juntos, os PNBs dos 48 países mais pobres do mundo.

De resto, num plano financeiro ligeiramente inferior, a quantidade de Indivíduos com Alta Liquidez (High Net-Worth Individuals) identificados todo ano pela Merrill-Lynch e pela Cap Gemini em seu “Relatório sobre a Riqueza Mundial” também mostra aumentos espetaculares, somando aproximadamente 500.000 recém-chegados a cada ano. Há aproximadamente 8,8 milhões dessas felizardas almas espalhadas pelo mundo — sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, mas também em outros continentes. Cada um desses nababos possui mais de um milhão de dólares em bens, além da sua residência principal; a Merrill-Lynch estima a sua riqueza junta em cerca de US\$ 30.000 bilhões [30 trilhões]. Para efeito comparativo, como tais quantias enormes são difíceis de apreender sem um ponto de comparação qualquer, os PNBs de todos os países da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) montam a cerca de US\$ 35.000 bilhões [35 trilhões]. É bem concebível que a riqueza dos Indivíduos com Alta Liquidez iguale em breve esse PNB, sem dúvida para satisfação da Merrill-Lynch, compreensivelmente ansiosa por administrar essa dinheirama.

No mundo inteiro, as desigualdades nunca foram mais gritantes. Segundo dados do FMI, se dividirmos o mundo em (1) países adiantados e (2) o resto do mundo (inclusive China e Índia), em 1980 os países adiantados (18% da população mundial, àquela época) captaram 71% da renda mundial. Em 2000, os países adiantados (hoje reduzidos a 16% da população mundial) haviam aumentado sua parte para 81% da receita mundial. Vistos de outra perspectiva — a dos povos no “resto do mundo” —, em 1980, 82% obtiveram 29% da receita mundial; meros 20 anos mais tarde, 84% ficaram com pífios 19%. É verdade que o tamanho da torta cresceu e o progresso de parte das populações chinesa e indiana pode desequilibrar até certo ponto as estatísticas, mas elas são, ainda assim, sólidas.

A terceira e provavelmente mais importante explicação para o contínuo poder das políticas neoliberais apesar do fato de elas não “funcionarem” demonstra

que o Consenso de Washington não é uma aberração, mas sim uma necessidade política. As cifras das rendas mundiais aqui fornecidas são uma pista. A vantagem política da globalização neoliberal é o renovado e reforçado domínio sobre o Sul que ela deu ao Norte. A política radical do CW tem “funcionado” muito bem, na verdade, não só por enriquecer os *happy few*, mas, sobretudo, por enquadrar a servidão financeira, que, por sua vez, promove a conformidade do Sul para com a vontade do Norte. A dívida do Sul não deve ser vista primariamente como um problema financeiro ou econômico. Ela funciona antes como uma ferramenta política e supera, de longe, o colonialismo e o clássico imperialismo quando julgada sob os critérios de eficiência, custo-benefício e invisibilidade. Como disse Karl Von Clausewitz, a finalidade da guerra é “forçar o inimigo a fazer a nossa vontade”. O estrategista chinês Sun Tsu escreveu, em 500 a.C., que os maiores generais são os que jamais precisam adentrar o campo de batalha. Com a dívida externa, temos uma guerra bem-sucedida sem disparar um único tiro.

A dívida como poder

A dívida externa é uma estratégia muito mais útil do que o colonialismo porque este último exige um exército e uma gerência. Ele é caro, provoca resistência; é enormemente visível, atrai má publicidade e, em nossos tempos, se tornou terminantemente fora de moda, até mesmo impensável. Mas isto não significa que os objetivos do colonialismo hajam sido abandonados — longe disso. Tais objetivos, como Clausewitz talvez tenha dito também, são perseguidos através de outros meios.

A dívida é o mecanismo que mantém boa parte do hemisfério sul obediente e sob controle. Não é supérfluo, talvez, destacar que os anos 1970 foram uma época de grandes esperanças e renovações no Sul. Após muitas lutas de libertação e muitos processos de descolonização, surgiu *grosso modo*, a partir da época da Conferência de Bandung, em 1955, uma coerente liderança no Sul. À altura dos anos 1970, a ONU e outros foros soaram chamados em prol de uma Nova Ordem Econômica Internacional; grupos como o Movimento dos Não-Alinhados e o G-77 (mais tarde, com muito mais de 100 países) fizeram com que sua demanda fosse ouvida. A liderança do Norte jamais disse isto *ipsis literis*, mas a situação já estava nitidamente intolerável.

Embora seja talvez difícil alegar que a crise da inadimplência do Sul fosse consequência de uma estratégia consciente, “tout se passe comme si” (“tudo se

passa como se”) fosse esse o caso. Um livro recente de John Perkins, *Confessions of an Economic Hit Man* [Confissões de um homem atingido pela economia],⁶ embora num irritante estilo de causa própria, expõe o convincente argumento de que ele, Perkins, participou de uma conspiração político-industrial para ganhar um controle quase-feudal sobre os países do Sul através dos chamados “projetos de desenvolvimento”, cujos custos altíssimos aquelas nações jamais conseguiriam pagar de volta.

Consciente ou não, a estratégia deu certo. O Sul ficou fascinado pelas cláusulas suaves. Eram meados dos anos 1970. Pagava-se literalmente aos governos para que tomassem dinheiro emprestado. As taxas de juros reais (isto é, descontada a inflação), por exemplo, eram menos 1,3% em 1975 e não mais de 1,8% em 1980. Até que, em 1981, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Paul Volcker, detonou a bomba nuclear financeira e as elevou, em termos reais, para 8,6%. Como havia tomado emprestado a taxas variáveis, o Sul se viu acossado. A primeira crise no México não custou a chegar (1982) e o cinto foi se apertando em volta dos países do Sul.

Eles permaneceram bem atados, verdadeiramente presos numa armadilha. O Consenso de Washington, agora aprimorado em tamanho colossal, tornou-se o seu destino permanente. Naturalmente, quanto mais fraco e menor um país, mais ele se vê obrigado a seguir as políticas de livre mercado amigas do capital estrangeiro. Os países africanos são, de longe, mais vulneráveis às IFIs do que, por exemplo, o Brasil. Mas mesmo o Brasil tratou de não ofender os atores do mercado financeiro, respeitou as regras do CW e também acumulou grandes superávits orçamentários, apesar dos graves problemas internos com a pobreza. O fato de o Brasil ter tido a maior dívida dentre todos os países em desenvolvimento não é talvez mera coincidência, tendo em vista as medidas escolhidas.

Mas esta palestra não é sobre o Brasil. Examinemos, ao invés disso, de que modo a dívida tem sido e continua a ser usada como uma ferramenta e como ela contribui para que as finanças reinem no mundo. Enquanto o colonialismo custa dinheiro ao poder imperial, a servidão da dívida rende dinheiro: certa evidência financeira a mostrar que a extração de riqueza pelo Norte continuou inalterada.⁷

6 Clearing House Editors, 2006.

7 Reconheço minha própria dívida — e gratidão — para com o Comité pour l’Annulation de la Dette du Tiers-Monde, CADTM, por muitas das estatísticas a seguir. Ver www.cadtm.org.

O que dizem as estatísticas

Em 1980, o Sul já estava seriamente endividado; os títulos de sua dívida montavam a US\$ 540 bilhões. Vinte e quatro anos mais tarde, em 2004, os títulos haviam aumentado para US\$ 2.600 bilhões, quase o quíntuplo. Enquanto isso, durante o mesmo período de um quarto de século esses países do Sul haviam reembolsado US\$ 5.300 bilhões, quase dez vezes o que deviam em 1980. Mágica! Examinando as cifras de outro modo, podemos notar que, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos forneceram à Europa, arruinada pela guerra, o Plano Marshall, ou cerca de US\$ 90 bilhões em valores de hoje. Os reembolsos do Sul até 2004 já forneceram aos credores do Norte nada menos que 59 Planos Marshall.

Em 2004, a América Latina tinha dívidas no valor de US\$ 770 bilhões e pagou \$121 bilhões à guisa de serviço da dívida, quase 16% (mais ou menos a mesma percentagem do serviço pago pelo Sudeste asiático e pelos países do antigo bloco soviético). Até a África subsaariana pagou US\$ 15 bilhões, de US\$ 220 bilhões de dívidas, ou seja, 6,8%. Mas quanto vale todo esse dinheiro em termos compreensíveis para nós, humanos? Para a América Latina, ele representou um dreno de U\$ 331 milhões por dia, ou U\$ 13,8 milhões por hora; ou US\$ 230.000 por minuto. A África subsaariana, a despeito de todas as promessas do G-8 e das IFIs, forneceu a seus credores (na maioria, instituições públicas) US\$ 41 milhões por dia, ou seja, US\$1,7 milhão por hora ou U\$ 28.000 por minuto só em serviços da dívida externa. Pode-se, sem dúvida, alimentar muita gente faminta ou construir muitas escolas e hospitais com US\$ 230.000, ou mesmo com US\$ 28.000 por minuto.

Mas será que esses enormes ressarcimentos foram compensados, de algum modo, por outros fluxos entrando nos países? Afinal, o ponto principal não está no serviço total da dívida pago *per se*, mas sim no total de transferências financeiras. Infelizmente, a notícia não é mais otimista nessa frente. De novo: no ano de 2004, a América Latina transferiu para o Norte US\$ 34 bilhões a mais do que recebeu. No quinquênio 1999-2004, a transferência líquida total da América Latina chegou a mais US\$ 264 bilhões do que ela recebeu em transferências de todo o tipo feitas pelo Norte para o continente. Caso se tome não só a América Latina mas o mundo todo, os números relativos aos fluxos monetários para 2004 mostram que os fluxos vindos do Norte para o Sul foram de US\$ 78 bilhões em ajudas oficiais e públicas para o desenvolvimento externo;

ao passo que os trabalhadores imigrantes no Norte mandaram muito mais para suas famílias — no mínimo, US\$ 126 bilhões, o que dá um total de US\$ 204 bilhões. Os fluxos do Sul para o Norte, contudo, contando “apenas” o serviço da dívida, de US\$ 374 bilhões, mais as remessas de lucros e o capital repatriado das multinacionais — US\$ 104 bilhões —, totalizaram US\$ 478 bilhões. Isto significa que o total das transferências de fundos do mundo todo foi de (no mínimo) US\$ 274 bilhões em favor do Norte. O Sul está consistentemente financiando o Norte — e não o contrário.

Mas não basta. Como é que os países em desenvolvimento conseguem receber esse tipo de dinheiro? Ninguém, no Norte, quer bahts, wons ou reais — é preciso que eles paguem em moeda forte. Ora, o único modo de ganhá-la é através de exportações (o que inclui exportações de pessoas, também conhecidas como migrantes). De acordo com o Artigo IV de seus estatutos, o FMI mantém consultas anuais com os países endividados e calcula, entre outros itens, a proporção de receita das exportações com que um país pode contar para pagar o serviço de sua dívida. As consultas com o governo brasileiro, em 2006, projetam que o Brasil estará pagando, na íntegra, 55% do valor de suas exportações de bens e serviços. O que sobrar, o Brasil poderá gastar com as necessidades dos brasileiros. Apesar de cifras impressionantes — a inflação reduzida a menos de 5% e o crescimento projetado para 3,5% —, as taxas de juros do Brasil foram mantidas em mais de 18% a fim de atrair e remunerar o capital estrangeiro.⁸

O Brasil tem um quadro de exportações favorável e seu etanol, em particular, promete se popularizar. Muitos países menores, entretanto, são extremamente dependentes de uma, duas ou três *commodities* básicas e estas contam uma triste história diferente. Entre 1977 e 2001, as quedas anuais médias nos preços de tais *commodities*, de acordo com a UNCTAD, foram os seguintes: menos 2,6% para gêneros alimentícios, menos 5,6% para bebidas tropicais; menos 3,5% para sementes oleaginosas e óleos. Somente os metais — que, ao contrário de gêneros alimentícios e bebidas, jamais são produzidos por pequenos produtores — se saíram ligeiramente melhor, com menos 1,9% ao ano, embora isso reflita uma queda considerável. O aumento de aquisições feitas pela China poderá ajudar a fomentar o valor de algumas daquelas *commodities*, mas essa história ainda está longe de ter um final feliz.

8 Article IV Consultations 2006 (Brazil), IMF Public Information Notice 06/69, 19 June 2006.

Infelizmente, apesar das pilhas enormes de estudos sobre dívida externa, não sei de nenhum que tenha calculado a contribuição da dívida para tais quedas consistentes nos preços de *commodities*. Concordo que a dívida não seja o único fator nessas tendências de queda. A demanda de produtos tropicais não tem crescido muito, em todo o mundo, e os acordos de *commodities* segundo o modelo da OPEP fracassaram, na sua maioria. Um cartel de fornecedores de borracha limitado a três países produziu resultados bastante bons, mas o acordo do café fracassou há muito tempo. Ainda assim, a pressão para exportar o que quer que se tenha em mãos, a fim de pagar o serviço da dívida em moeda forte, deverá seguramente desempenhar um papel influente no excesso de abastecimento em relação à demanda e na conseqüente queda dos preços.

Também desconheço qualquer estudo abrangente (pelo menos, elaborado por quem detém o poder) sobre a “dívida odiosa”, e nem mesmo estudos nacionais individuais de envergadura ordenado por governos.⁹ A “odiosa” dívida não é um epíteto mas sim um conceito jurídico formulado pelo professor parisiense de direito (e ex-ministro do czarismo) Alexandre Sack em meados dos anos 1920, e desde então acatado, em alguns casos, por determinados tribunais. Odiosas dívidas são aquelas que foram contraídas, não pelas necessidades ou pelo genuíno interesse do Estado, mas sim a fim de reforçar um regime despótico e reprimir uma população qualquer quando esta tentasse se insurgir contra tal regime. Essas dívidas não deveriam ser consideradas responsabilidade legal do governo sucessor, particularmente de um governo democrático; ela é da responsabilidade exclusiva dos déspotas que a contraíram. E se for possível demonstrar que os credores estavam cientes da odiosa natureza de seus empréstimos, a dívida torna-se também responsabilidade legal deles.¹⁰

Brasil, Argentina e muitos outros países latino-americanos parecem candidatos ideais para recorrerem juridicamente contra a dívida odiosa. Todas as condições clássicas estão preenchidas: os despóticos regimes militares; a repressão; as grandes quantias gastas em armamentos; os militares; a polícia; e as prisões. Os credores, tanto públicos como privados, conheciam perfeitamente a verdadeira natureza daqueles regimes. Não somente estavam a par — apoiavam-nos e, particular-

9 Esta observação não abrange o excelente livro de Patricia Adam sobre o tema: *Dívida odiosa*, Probe International Research, 1991.

10 Para outros textos sobre dívidas odiosas, ver <http://www.odiousdebts.org>.

mente no caso dos Estados Unidos, apoiavam-nos material, política e militarmente. Os tesouros nacionais do Norte e os bancos privados do Norte emprestaram àqueles déspotas vastas quantias, de livre e espontânea vontade. Certamente o atual governo brasileiro possui tais registros financeiros ou poderia obtê-los. Sabemos que ele tem economistas competentes, que saberiam calcular a parte verdadeiramente odiosa da dívida atual, cujos juros vêm subindo há décadas.

Uma avaliação da dívida odiosa externa poderia constituir, portanto, um projeto talhado para o Centro Celso Furtado.

Conclusão

O Brasil decidiu pagar adiantadamente sua dívida de US\$ 15 bilhões ao FMI e vai assim economizar nos pagamentos dos juros. A Argentina fez o mesmo. Se uma quantidade suficiente de países os imitarem, o Fundo terá dificuldade em sobreviver e, do ponto de vista de muitos povos, este seria um desfecho positivo.¹¹

Os observadores se perguntam, porém, por que os países do Sul demonstram tão pouca unidade em torno da questão da dívida, pois jamais denotaram querer lidar com ela coletivamente. Continuam a pagá-la humildemente, se não cada centavo, pelo menos o quanto puderem pagar, sem qualquer esperança de um dia zerá-la. Cada país tem uma dívida nacional — mas esse não é o ponto principal. A questão é se, e quando, ela se torna a prioridade número um e impede os governos de satisfazerem suas verdadeiras responsabilidades para com seus povos. Não se pode contar com quaisquer concessões dos credores. Mesmo no caso da paupérrima África, pode-se ver que as gesticulações anuais e as promessas do G-8 redundam em muito pouco em termos de perdão genuíno, o qual, como sempre, deverá ser obtido através de anos adicionais de doloroso ajuste estrutural.

Somente os Estados Unidos conseguirão escapar de sua dívida enorme de US\$ 8.000 bilhões [8 trilhões] caso assim decidam, imprimindo dinheiro. Mas é bem possível que, caso essa conduta seja realmente escolhida, toda a estrutura econômica do mundo entre em colapso. A economia global baseia-se na dívida (usualmente chamada de “crédito” ou “alavancagem”) e este é meramente um

11 Se alguém puder acreditar na fofoca, há muita discussão sobre “aposentadoria precoce” entre os economistas do Fundo.

de seus aspectos, por mais importante que seja para os países envolvidos. Outras armadilhas financeiras vão ser analisadas noutras partes deste colóquio. Indiscutivelmente, os US\$ 1.200 bilhões que trocam de mãos diariamente nos mercados de câmbio e os astronômicos US\$ 117.000 bilhões que são gastos em derivativos *todos os dias* contribuem para sacudir ainda mais essa estrutura.¹²

O turbo-capitalismo global não é mais como Marx o descreveu, caminhando fastidiosamente do investimento rumo à produção, ao lucro, ao reinvestimento e assim por diante. Não é mais preciso produzir alguma coisa tangível para ganhar toneladas de dinheiro. Na verdade, recomenda-se claramente o não-envolvimento com coisas tão cruas quanto as *reais*. A riqueza de vulto advém da manipulação financeira e, para manipuladores, nada nunca é suficiente.

À guisa de ilustração, terminemos com a sabedoria de alguém que soube entender o capitalismo:

*Tudo para nós e nada para os outros parece ter sido,
em todas as eras do mundo, a vil máxima dos donos da humanidade.*

Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, 1776, livro III, capítulo IV

FANTU CHERU. Obrigado ao Centro Celso Furtado pela oportunidade de participar deste seminário sobre pobreza e desenvolvimento num contexto de globalização. Passo ao meu texto.

O QUE HÁ DE ERRADO COM O NOVO CONSENSO INTERNACIONAL SOBRE A REDUÇÃO DA POBREZA? *¹³

Introdução

A erradicação da pobreza e, por extensão, a obtenção universal do estado pleno de bem-estar têm frequentado a linguagem e a prática desenvolvimentista. Por toda a parte, a pobreza representa um perigo para a prosperidade. A discussão da pobreza enquanto violação dos direitos humanos foi acentuada no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 1999, quando finalmente se abriu o discurso para se entenderem as necessidades humanas como direitos

12 Estes dados são do Banco de Compensações Internacionais (BIS), Levantamento Trienal do Banco Central de 2004, publicado em 2005. O BIS é o Banco Central dos Bancos Centrais.

* Texto enviado pelo palestrante.

13 Email do autor: fcheru@american.edu.

humanos. Contudo, o retrospecto do desenvolvimento, nos últimos 50 anos, foi desigual, apesar da ratificação do Acordo de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC) por 142 países naquele período. E, embora se tenha alcançado um certo progresso no bem-estar humano em geral, na maioria dos países em desenvolvimento, bilhões, literalmente, permanecem em situação de aperto, privação e desesperança.

Há cinco anos, a comunidade internacional adotou as Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio (ODMs), um conjunto de objetivos numéricos e cronometrados que expressa os elementos-chave do desenvolvimento humano. Na introdução aos ODMs, o secretário geral Kofi Annan se referiu várias vezes ao desenvolvimento como um direito humano; e aos objetivos como a consecução dos direitos humanos. Os ODMs não falam especificamente de direitos humanos, mas de indicadores tais como: reduzir à metade a renda dos pobres e a fome; universalizar a educação primária e a igualdade entre os sexos; reduzir a mortalidade em dois terços, na faixa etária de até 5 anos, e em três quartos a mortalidade materna; reverter a difusão do vírus HIV da aids; e reduzir à metade a porcentagem de populações sem acesso à água potável. Essas metas devem ser alcançadas até 2015, tomando-se por base os níveis de 1990 (ONU, 2000).

Um ano depois da Reunião de Cúpula do G-8 em Gleneagles: por que o foco sumiu da África?

O ano de 2005, designado como o Ano da África, foi testemunha de um forte apoio e um compromisso por parte da comunidade internacional com o desenvolvimento da África através de várias ações, entre as quais: um considerável perdão às dívidas externas; um aumento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD); a conclusão da Rodada de Doha para o Desenvolvimento, com a expectativa de beneficiar os países em desenvolvimento. Quando o G-8 se reuniu, na semana passada, em São Petersburgo, não houve menção alguma à África e a ordem do dia era ocupada por preocupações com o fornecimento global de energia e com a crise do Líbano.

- *Compromissos assistenciais*

Em 2005, os países desenvolvidos fizeram promessas, há muito esperadas, de aumentarem o volume da ajuda para 0,7% da renda nacional. Em sua reunião de cúpula em Gleneagles, o G-8 anunciou que a ajuda seria aumentada em

US\$ 50 bilhões, nos cinco anos subseqüentes. Em conformidade com os compromissos feitos na Conferência de Monterrey para alocar, no mínimo, metade do aumento em AOD para a África até 2006, os países do G-8 aumentaram a sua assistência ao continente em aproximadamente US\$ 6 bilhões durante o período 2001-2004.

Ainda assim, há preocupações crescentes quanto à composição das cifras anunciadas da ajuda ao desenvolvimento. Elas incluem possivelmente itens que não representam transferências reais de recursos para apoio do desenvolvimento. Embora o volume de ajuda à África tenha aumentado de 2001 até 2005, o que é reportado como assistência não envolve fluxos de verbas reais. Por exemplo, um terço da AOD relatada pela União Européia em 2005 não inclui quaisquer recursos de ajuda nova para a redução da pobreza nos países em desenvolvimento. Grande quantidade dos gastos declarados com assistência foi, na verdade, alocada para financiar o alojamento de refugiados na Europa e não evitou, no cancelamento das dívidas, a dupla contagem, em flagrante desarmonia com o que ficou acordado no Consenso de Monterrey, isto é, que o cancelamento das dívidas seria complementar à AOD. A ONG Action Aid relatou recentemente que “quase metade de toda a ajuda permanece um ‘fantasma’: ora ela é mal objetivada; ora incide dupla contagem, no caso do perdão à dívida; ora ela vem atada a bens e serviços dos países doadores; ora é mal coordenada; ora é altamente condicional”.

- *Cancelamento da Dívida*

O consenso de Monterrey sobre o Financiamento ao Desenvolvimento dedicou atenção especial ao problema da dívida dos países pobres e recomendou providências urgentes em duas frentes : (a) acelerar o perdão à dívida, inclusive nos Clubes de Paris e de Londres, a fim de liberar recursos para os esforços de desenvolvimento; (b) explorar propostas inovadoras de mecanismos de reestruturação da soberania da dívida a fim de permitir aos países afetados gerirem a crise eficientemente, nos quais os devedores e credores compartilharão igualmente o fardo. Enquanto a primeira abordagem diz respeito basicamente aos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE), o segundo conjunto de propostas visa a resolver o problema da dívida dos países de renda média, o que extrapola o contexto dos PPAE.

Em julho de 2005, a Reunião de Cúpula de Gleneagles endossou a Iniciativa Multilateral de Perdão à Dívida em prol do cancelamento de 100% da dívi-

da junto ao FMI e ao Banco Mundial. Mas o acerto cobre apenas 14 países africanos e exclui outros quarenta e tantos países africanos, pobres entretanto merecedores. Ademais, o montante efetivamente estornado até hoje (em contraposição ao que consta conceitualmente na lista do cancelamento) foi de meros US\$ 36 bilhões. Isto é, menos de um terço dos US\$ 110 bilhões inicialmente prometidos em 1999 e não mais do que 10% dos US\$ 330 bilhões da dívida impagável devida por um grupo de 53 países endividados identificados como paupérrimos.¹⁴

De resto, as recentes análises do FMI e do Banco Mundial concluíram que a maioria dos países estará em condições piores, em sua 'existência' pós-processo PPAE, do que as próprias condições em que estavam quando do Consenso de Monterrey. Alguns países não só estão gastando mais com os pagamentos da dívida, mesmo após receberem perdão à dívida, como também estão transcendendo as próprias definições do Banco Mundial e do FMI de sustentabilidade da dívida. Os altos preços do petróleo e, até o recente boom nas *commodities*, o declínio na receita com as exportações estavam obrigando os países a assumirem dívidas externas adicionais.

Finalmente, as condições impostas pelos doadores não diminuíram e a sustentabilidade da dívida permanece um problema por se ter complicado ainda mais com a alta nos preços do petróleo.

- **Liberalização do comércio**

As conversações ministeriais de Hong-Kong sobre o comércio internacional, em dezembro de 2005, chegaram a um acordo para eliminar subsídios às exportações de bens agrícolas até o final de 2013. Além disso, a União Européia, o Japão e os Estados Unidos se comprometeram a garantir, até 2008, acesso ao mercado com isenção de direitos e alíquotas para 97% dos produtos dos 50 países menos desenvolvidos, excetuando-se cerca de 300 produtos (como açúcar e arroz), que são de interesse sensível e especial para os países africanos. Houve algum progresso com o algodão, através dos compromissos assumidos para eliminar os subsídios às exportações até 2006, e assim os países africanos terão acesso livre aos mercados algodoeiros dos países adiantados. Contudo, embora

¹⁴ FMI/Banco Mundial (2002), *The Enhanced HIPC Initiative and the Achievements of Long-term External Debt Sustainability*, Washington, D.C.: April 15.

a União Européia e os Estados Unidos tenham prometido uma redução nos subsídios internos para o algodão, nenhuma data específica foi marcada.

O que é preciso acontecer em curto prazo?

• *Um fim para os subsídios agrícolas:* Alcançar os ODMs na África exige, no mínimo, a introdução de mecanismos para permitir preços justos e estáveis para as *commodities* e para aperfeiçoar o acesso de mercado às exportações africanas. Isto precisa ser complementado por esforços que reforcem a capacidade de fornecimento do setor de *commodities*, especialmente nas áreas de produção, marketing e diversificação — a fim de agregar valor às *commodities* via processamento e fabricação. Mas, de certo, isto tem de ser complementado por medidas internas que sobrepujem os empecilhos estruturais à produção, tais como acesso a crédito e a consistência de prazos. No momento, mesmo que o acesso a mercados seja disponibilizado àqueles países através de iniciativas como a Lei de Crescimento e Oportunidade de África (LCOA), essa “restrição de fornecimento” os priva das condições para poderem tirar partido de tal acesso.

• *Ajuda antecipada em longo prazo:* para grande quantidade de países africanos, a AOD continuará a ser uma fonte essencial de financiamento ao desenvolvimento. Entretanto, os fluxos de ajuda não são previsíveis e flutuam, de ano para ano.

• *A expansão do cancelamento das dívidas pelo G-8, em 2005:* embora o acordo das dívidas externas fechado em julho de 2005 tenha fixado um precedente para o cancelamento de 100% da dívida, o acerto excluiu a maioria dos países africanos, que deverão continuar a pagar o serviço da dívida impagável e a enviar enormes quantias ao FMI, ao Banco Mundial e ao African Development Bank.

A necessidade de uma reforma sistêmica

Por si só, o aumento do volume de ajuda ao desenvolvimento e o avanço do perdão à dívida na reforma do sistema de comércio mundial não poderão trazer estabilidade à economia global. Esta precisa ser complementada por uma reforma de longo alcance na gestão do sistema financeiro internacional, a fim de prevenir a ameaça de uma instabilidade sistêmica.

• Regulamentação dos fluxos internacionais de capital

A turbulência nos sistemas financeiros mundiais é a primeira grande crise da globalização. A crise das últimas duas décadas acentuou a nossa incapacidade de

prever ou de impedir que as dificuldades financeiras tragam ameaças sistêmicas. Não temos como impedir que países em dificuldade contagiem outros. A recente crise está minando a confiança no capitalismo de livre-mercado e motivando alguns governos a reverterem o curso da liberalização.

Ao contrário do comércio internacional, não há regime global que se aplique aos fluxos internacionais de capital, inclusive aos investimentos externos diretos (FDIs). A instabilidade financeira e as acentuadas flutuações monetárias causadas por grandes fluxos de entrada e saída de verbas externas levaram muitos países em desenvolvimento à crise financeira e econômica, com um aumento dramático e súbito nos índices de pobreza. Ilene Grabel, da Universidade de Denver, aduziu que a reforma financeira neoliberal expõe os países em desenvolvimento a cinco riscos, que se reforçam mutuamente. São eles: o risco de colapso da moeda; o risco da fuga de capital; o risco de que governos, firmas e bancos sigam frágeis estratégias financeiras; o risco do contágio de crises financeiras originadas em outros lugares; e o risco de que atores externos exerçam uma influência indevida sobre áreas nacionais de decisão.

Na maré da crise no sudeste asiático, têm flutuado várias propostas para a criação de instituições e mecanismos internacionais que regulamentem e estabilizem os fluxos internacionais de capital. Embora as propostas mais ambiciosas advoguem o estabelecimento de instituições globais com estatura e pleno status para reduzirem riscos, como, por exemplo, um Conselho de Supervisores das Maiores Instituições e Mercados Internacionais, com amplos poderes para fixar normas, supervisionar e regulamentar operações bancárias e o comércio de títulos e seguros.¹⁵ Outros advogam mecanismos globais menos ambiciosos, através da reforma de mandatos, participação e/ou governança das organizações existentes, como FMI, Banco de Compensações Internacionais e Foro de Estabilidade Financeira (Financial Stability Forum/FSF), que fixam códigos e padrões nas áreas de regulamentação financeira e supervisão das medidas macroeconômicas.¹⁶

15 Kaufman H. (1992), "Ten Reasons to reform", *Euro money*, November.

16 Andrew Cornford (2002), "Standards and Regulation", in Yilmaz Akuyz (ed.), *Reforming the Global Financial Architecture: Issues and Proposals*, UNCTAD/TWN/Zed Books, Chapter. 2; FMI (2000), *Report of the Acting Managing Director to the International Monetary and Financial Committee on Progress in Reforming the IMF and Strengthening the Architecture of the International Financial System*, Washington, D.C., April.

- **Reforma no FMI:** refere-se à segurança e à condicionalidade, inclusive com reforma estrutural e institucional; à natureza e às condições de provimento de liquidez em épocas de crise. Há também um debate em andamento sobre a reforma da distribuição do poder de voto; Mecanismo de Reestruturação da Dívida Soberana (SDRM).

- **Reforma no BIS:** refere-se a exigências de capital com prudência; e a padrões de transparência na regulamentação e supervisão de operações bancárias.

- **Reforma através do Foro de Estabilidade Financeira:** refere-se à supervisão e segurança financeiras; (fraudes em securities, práticas de contabilidade e auditoria); práticas aperfeiçoadas de gestão de riscos e maior transparência entre os setores públicos e privados, nos países que recebem empréstimos e investimentos internacionais, como o meio principal para contrabalançar a instabilidade de tais fluxos.

É ocioso dizer que o tema comum e unificador destas reformas institucionais auto-impostas tem sido a fixação de diretrizes e normas para disciplinar os devedores (países de mercados emergentes) e fornecer incentivos e sanções para a implementação de tais normas segundo a premissa de que as causas da crise residem basicamente nas fraquezas políticas e institucionais nos países devedores. Pouca atenção tem sido dada ao papel desempenhado pelas medidas nos países credores e aos fracassos das instituições internacionais criadas para salvaguardarem a estabilidade financeira.

No âmbito interno, cresce o reconhecimento de que os países em desenvolvimento devem confiar nas medidas nacionais para reduzir a sua vulnerabilidade aos riscos, através de restrição à conversibilidade da moeda ou de imposição (no estilo chileno) do *controle* ao capital. Outras propostas incluem a Taxa Tobin — ou taxa sobre transações financeiras (*Currency transaction tax - CTT*) — destinada a desacelerar movimentações especulativas com moedas e dar aos governos maior capacidade de gerir sua própria política monetária e fiscal doméstica.¹⁷ Através destas e de outras medidas similares, os países podem evitar um excessivo acúmulo da dívida externa a fim de coibir a volatilidade do fluxo de fundos e permitir a cada país mais escopo para adotar medidas macroeconômicas capazes de contrabalançar a recessão (tais como

17 James Weaver, R. Dodd and J. Baker (2003), *Debating the Tobin Tax*, New Rules for Global Finance (Washington, DC: 2003).

taxas de juros menores ou a expansão do orçamento). Grabel conclui que a maioria das crises financeiras pode ser evitada e que os benefícios em potencial da regulamentação financeira aumentada compensam os imensos custos humanos e econômicos das crises.¹⁸

- **Gerenciamento da crise e prevenção da crise**

A intervenção oficial nas crises de mercados emergentes depende de uma combinação de empréstimos e ajustes políticos projetados para restaurar a confiança e estabilizar os mercados. Entretanto, há problemas referentes às modalidades de provimento de liquidez, às medidas promovidas e às condições ligadas a tais empréstimos. A assistência coordenada pelo FMI, em geral, só vem após o colapso de uma moeda, na forma de apoios financeiros destinados a satisfazer as demandas dos credores, a manter a conversibilidade das contas de capitais e a prevenir as inadimplências. Condições ulteriores, acopladas a tal financiamento, transcendem às vezes os ajustes macroeconômicos, interferindo desnecessariamente na jurisdição legítima de governos soberanos. Os apertos fiscais e monetários e as altas taxas de juros advogadas em resposta às crises, em geral, não conseguem a rápida estabilização. Ao invés disso, aprofundam o impacto da crise sobre a economia. Por último, a apropriação de verbas necessárias para os apoios financeiros depende freqüentemente de arranjos com essa finalidade com os maiores acionistas, o que abre caminho para influências políticas. Por conseguinte, as reformas nessa área carecerão de foco no *financiamento*, na *resposta política* e na *condicionalidade*.

- **O sistema de câmbio e suas políticas**

Uma razão importante para a instabilidade internacional financeira foi o fracasso em se estabelecer um sistema estável de taxas cambiais entre as principais moedas de reservas após o colapso dos ajustes feitos em 1971 segundo o Projeto Bretton Woods. Aliás, muitos observadores (por exemplo, Paul Volcker e George Soros) argumentaram que a economia global não iria alcançar maior esta-

18 Ilene Grabel, "Capital Accounts Controls and Related Measures to Avert Financial Crises", texto apresentado na Conferência sobre as Alternativas para o Neoliberalismo, patrocinada por New Rules for Global Finance Coalition, Washington D.C. May 23-24, 2002.

bilidade sem alguma reforma no regime de taxas cambiais do G-3; e que os mercados emergentes permaneceriam vulneráveis à crise monetária enquanto as moedas principais de reservas fossem altamente instáveis.¹⁹ Na prática, o sistema de câmbio jamais constou na agenda da reforma. Diante de persistentes desalinhos monetários, os países industrializados têm evitado intervir nos mercados cambiais, exceto em épocas de desequilíbrios agudos capazes de infligir dano às suas economias. Um sistema monetário internacional que permita a estabilidade das taxas cambiais é urgentemente necessário.

• *Apelo em prol de uma arbitragem internacional do processo da dívida*

Embora uma significativa atenção internacional tenha focado o grave problema da dívida dos países mais pobres, não se pode dizer o mesmo quanto ao problema da dívida nos países de renda média da Ásia e da América Latina. Esses grupos de países vêm sofrendo repetidos choques financeiros desde o início dos anos 1990, com um impacto devastador sobre as suas economias e o bem-estar de seus cidadãos. Os tratamentos de governos e instituições credoras a essa finalidade não trouxeram uma solução duradoura para a inadimplência.

Na eventualidade de uma crise financeira na qual um país se veja incapaz de pagar o serviço obrigatório da dívida externa, precisamos de medidas e mecanismos internacionais que permitam ao país afetado gerir a crise eficazmente e através dos quais os devedores e credores compartilhem o fardo igualmente. *No momento, não há tratamento sistêmico para a reestruturação, o reescalamento e o perdão da dívida, e os países devedores acabam em geral carregando a parte do leão do fardo. A dívida pendente, em muitos casos, permanece. Ou até mesmo cresce.* Assim, um dos principais problemas na agenda da reforma é como “envolver” ou “agenciar” o setor privado no gerenciamento e na resolução de crises, de modo a restabelecer o equilíbrio na partilha do fardo entre credores oficiais e particulares, bem como entre os países devedores e os credores.²⁰

19 Akyuz and Cornford (1999), “Capital flows to developing countries and the reform of the international financial system”, UNCTAD Discussion Paper, 143, Genebra, November, p.31

20 Yilmaz Akyuz (2002), “Crisis Management and Burden Sharing”, in Akyuz (ed.), *Reforming the Global Financial Architecture: Issues and Proposals*, pp.118-134.

Embora a idéia de insolvência soberana já existisse há dois decênios, ela não recebeu maior atenção até Anne Kruger, a primeira vice-diretora do FMI, propô-la como a ‘nova abordagem’ do FMI, em 2001. A crescente freqüência da crise financeira nos países de renda média, desde os anos 1990, e os custos crescentes do setor público e as complexidades associadas a apoios financeiros vindos do setor privado tiveram grande impacto sobre a decisão do FMI de introduzir o seu Mecanismo de Reestruturação da Dívida Soberana (SDRM) em novembro de 2001.²¹ Embora fosse inicialmente muito bem recebida, a proposta do FMI perdeu credibilidade muito depressa. O SDRM focou a abordagem da dívida pública junto a credores privados e deixou de fora as dívidas junto a instituições bilaterais e multilaterais, entre elas o FMI. Os críticos denunciaram que o papel de credor do Fundo ia contra o princípio da imparcialidade e da transparência, que está no cerne da ‘arbitragem independente’.²² Finalmente, o SDRM perdeu força quando o Departamento do Tesouro americano se recusou a apoiar uma estrutura legalmente vinculante, preferindo a inclusão voluntária das chamadas “Cláusulas de Ação Coletiva” (CAC) nos contratos de títulos. Houve também resistência dos países de mercado emergente, por medo de perderem as oportunidades de empréstimo, no futuro, caso tal mecanismo de reestruturação da dívida estivesse em vigor e em pleno vapor.

A idéia de arbitragem da dívida foi proposta primeiramente por Kunibert Raffer, da Universidade de Viena. Inspirado em grande parte no capítulo 9 do Código Civil dos Estados Unidos, que regulamenta os casos de insolvência das cidades e municípios — cuja situação especial, de órgãos públicos com responsabilidades e deveres para com seus cidadãos, ele leva em conta — Raffer prossegue e argumenta em favor de um processo neutro para a reestruturação da dívida.²³ Um mecanismo de arbitragem justo e transparente deve equilibrar dois princípios contraditórios: de um lado, os direitos dos credores referentes a juros e ressarci-

21 “Kruger modifies sovereign debt plan”, *FMI Survey*, Vol. 31, No. 7 (April 8, 2002).

22 AFRODAD, “Call for establishment of a fair and transparent arbitration mechanism on debt”, *Policy Brief*, nº.1/2002. O mesmo ponto de vista foi expresso pelo movimento Jubilee 2000.

23 Kunibert Raffer (1990), “Applying Chapter 9 Insolvency to International Debts: An Economically Efficient Solution with a Human Face”, *World Development*, 18 (2), pp. 301ff.

mentos; de outro, o princípio geralmente reconhecido por todos os sistemas jurídicos civilizados, de que nenhum país deve ser forçado a firmar contratos capazes de provocar ‘estragos desumanos’; de pôr em risco a vida ou a saúde de alguém; ou de violar a dignidade humana. As principais características de uma insolvência soberana deverão incluir : *arbitragem* (uma instituição neutra garantindo acertos justos); *soberania* (isto é, um país não pode ser submetido a custódia judicial e as suas autoridades eleitas não podem ser removidas do poder por um tribunal); *direito de ser ouvido* (consoante o Capítulo 9, a população de um país devedor tem o direito de ser ouvida nos procedimentos); *tratamento igual* (devedores diferentes são tratados diferentemente, no momento).²⁴ O processo de reestruturação precisa ser aperfeiçoado mediante uma maior transparência.

Outros sugeriram que o mandato da Corte de Arbitragem Permanente, sediada em Haia, poderia ser expandido para incluir a arbitragem da dívida. As medidas ansiadas incluiriam um acerto no qual o país em dificuldade financeira poderia optar por um acerto automático da dívida e poderia também recorrer à Corte de Arbitragem, a qual providenciaria então uma reestruturação da dívida que partilhasse, com justiça, o custo e o fardo entre credores e devedores, além de uma nova linha de crédito para ajudar na recuperação do país afetado.

- **Agilizando a condicionalidade e aperfeiçoando a coerência entre as medidas**

Há urgente necessidade de uma conduta mais transparente, por parte do FMI e do Banco Mundial, com referência ao conteúdo e aos mecanismos da condicionalidade.²⁵ Uma visão comum é a de que os programas apoiados pelo FMI permanecem rigorosos, inflexíveis e, em alguns casos, punitivos, deixando muito pouco espaço para os países manobram. A prática comum de emprestar de acordo com uma política de ajustes, no contexto do gerenciamento de uma crise, não é governada adequadamente por um conjunto de medidas e indicadores especificado pelos próprios países para alcançarem os resultados do desenvolvimento e monitorarem-nos correspondentemente. Se a condicionalidade do FMI continuar a ser percebida pelos governos e cidadãos de países receptores como sendo ilegítima, quais deveriam ser os princípios diretores para construir uma condicionalidade específica de cada país que não só seja

24 Kunibert Raffer, “Sovereign Debt Workout Arrangements”, texto apresentado na Conferência sobre as Alternativas para o Neoliberalismo, patrocinada por New Rules for Global Finance Coalition, (May 23-24, 2002).

25 Ahmed, Lane and Schultz-Ghattas, “Refocusing FMI Conditionality”, *Finance and Development*, IMF, December 2001.

legítima mas também enfatize a tomada de decisões democráticas, a participação e a verdadeira propriedade nacional? ²⁶ *Ao fim de contas, para que o desenvolvimento seja sustentável, os países pobres precisam ter a opção de escolherem dentre adequadas medidas fiscais, monetárias, macroeconômicas, comerciais e outras ações econômicas e sociais longe da pesada mão interventora do FMI e do Banco Mundial.*

Ao equacionar o problema do Terceiro Mundo de um modo mais amplo, tentamos mostrar a natureza multidimensional do problema e a necessidade de os formadores de opinião e grupos de defesa saírem do seu “gueto” disciplinar e surgirem com várias propostas, a partir de diversos ângulos, capazes de fornecer eventualmente uma solução duradoura para o problema da dívida dos países mais pobres de modo que possam, um dia, satisfazer os ODMs. Por si só, o cancelamento das dívidas externas não deixará os países em desenvolvimento sobre terreno sólido, a menos que haja progresso no sentido de tornar mais justo o regime comercial internacional. Analogamente, não tem sentido aumentar o acesso ao mercado dos produtos de países em desenvolvimento, se os ganhos com o comércio forem perdidos por força da ação unilateral de um único país desenvolvido, como os Estados Unidos, por exemplo, mudando as taxas de juros da noite para o dia, o que teria um impacto negativo sobre as posições comerciais dos países em desenvolvimento. *Em última análise, o cancelamento da dívida externa só representará uma grande diferença, nos países em desenvolvimento, quando houver maior compromisso da parte dos países desenvolvidos em garantir que as vinculações para coordenação de comércio-ajuda-dívida-fluxo de capital-política macroeconômica estejam em vigor e sejam regularmente monitoradas.*

MARK WEISBROT. (ver PowerPoint à p. 304)

AMÉRICA LATINA: O FIM DE UMA ERA * ²⁷

As mudanças que vêm ocorrendo na América Latina nos últimos anos fazem parte de transformações que marcam uma época. Parafraseando o jargão da Guerra Fria, que até hoje domina os círculos da política externa americana,

²⁶ Vivien Collingwood, “Indispensable or unworkable? The IMF’s New Approach to Conditionality”, The Bretton Woods Project (2003).

* Texto enviado pelo palestrante.

²⁷ Email do autor: www.cepr.net.

diria que estamos testemunhando o colapso do Muro de Berlim e a formação de Estados recém-independentes. Uma região dominada pelos Estados Unidos durante mais de um século rompe agora, majoritariamente, com eles. Naturalmente, ainda existem fortes vínculos comerciais, políticos, culturais e até militares com os Estados Unidos, mas, tal como aconteceu com os países da ex-União Soviética após 1990, não há mais as mesmas implicações econômicas ou políticas que havia um decênio antes, ou até mesmo pouquíssimos anos antes.

Essas transformações parecem estar sendo incompreendidas, e muito subestimadas, pelo espectro político. Elas são, de certo, notadas. Mal se passa um dia sem que se ouça a advertência solene de que a região — ou pelo menos boa parte dela — está a caminho da ruína populista, ou coisa pior. Na direita, incluindo-se aí o governo Bush, esse processo é visualizado pelo prisma da Guerra Fria: o eixo Castro-Chávez-Evo Morales está trazendo uma ameaça estratégica para os Estados Unidos. Vínculos imaginários ou implícitos com o terrorismo e o tráfico de entorpecentes (embora poucas provas, ou nenhuma, sejam apresentadas) são, às vezes, adicionados para maior efeito, como, por exemplo, quando o Departamento de Estado banuiu as vendas de armas para a Venezuela, em 15 de maio último, porque “faltava cooperação” na luta contra o terrorismo.

As opiniões de liberais e centristas são menos belicosas, mas nem por isso menos pessimistas sobre o que está acontecendo na região. *Foreign Affairs* publicou três artigos, desde o início do ano, advertindo para os perigos da guinada populista latino-americana e o lastimável estado das relações entre Estados Unidos e América Latina. Reportagens, editoriais e páginas de opinião nos principais jornais americanos, em sua maioria, trazem os mesmos enfoques.

Mas, do ponto de vista do próprio hemisfério, incluindo-se aí americanos, há muitas razões para se ser otimista. Como observou o presidente da França, Jacques Chirac, durante uma recente visita à América do Sul, “há um forte movimento em favor da democracia na América Latina, um movimento crescente”. Chirac acrescentou que os presidentes esquerdistas recém-eleitos não devem dar razões para preocupações porque foram eleitos em pleitos democráticos e livres. No mais, temos todas as razões para crer que as transformações dos últimos anos não serão revertidas e que a região prosseguirá na direção de uma maior independência econômica e política, uma diversificação de seu comércio e finanças, alguma integração regional, e novas medidas macroeconômicas bem sucedidas. Nem todas essas medidas e experiências terão êxito, mas o impor-

tante, como tudo indica, é a grande possibilidade de o fracasso econômico, que durou um quarto de século, ser revertido, num futuro previsível, e de centenas de milhões de pobres estarem entre os principais beneficiários do processo.

Causas e conseqüências: o fracasso econômico da América Latina a longo prazo

A causa mais importante da guinada regional esquerdista na América Latina tem sido em grande parte incompreendida: é o fracasso a longo prazo do crescimento econômico na região. Está aí algo que nem os maiores críticos do “neoliberalismo” — palavra que é mais usada na América Latina do que nos Estados Unidos e basta para descrever as reformas do último quarto de século — costumam mencionar. O mais freqüente é lermos que tais reformas foram bem sucedidas na promoção do crescimento, mas muita gente ficou para trás e a pobreza e a desigualdade só pioraram, levando à comoção política.

Essa explanação ignora, porém, a mais importante mudança histórica ocorrida na América Latina nos últimos 25 anos, ou seja: o colapso do crescimento econômico. Se ignorarmos a distribuição de renda e olharmos apenas para a renda *per capita* — o mais básico indicador dentre todos os que medem o progresso econômico e são usados pelos economistas — último quarto de século foi catastrófico. De 1960 a 1980, a renda *per capita* na América Latina cresceu 82%, descontada a inflação. De 1980 a 2000, ela cresceu apenas 9%. E nos cinco primeiros anos desta década (2000-2005), o crescimento totalizou mais ou menos 4%. Em nenhum outro momento da história latino-americana o desempenho do crescimento foi tão desastroso quanto nos últimos 25 anos. É preciso recuar mais de um século e pegar um período de 25 anos, incluindo não só a Primeira Guerra Mundial mas também os primeiros anos da Depressão, para encontrar desempenho pior.

Naturalmente, a América Latina também tem a maior desigualdade de todo o mundo. Saltam aos nossos olhos o contraste entre os condomínios de luxo da Barra da Tijuca, bairro do Rio de Janeiro, e as favelas nos morros cariocas onde a própria polícia teme entrar ou o contraste entre os bairros pobres de Caracas e as mansões de Alta Mira. Mas a desigualdade regional latino-americana não aumentou dramaticamente nos últimos 25 anos. Coube ao fracasso do crescimento privar uma geração e meia de qualquer chance de melhorar o padrão de vida.

E sem crescimento, é muito difícil fazer qualquer coisa quanto à desigualdade ou à pobreza. Quando a economia cresce depressa, no mínimo é possível redistribuir

uma parte do crescimento da renda e da riqueza entre os mais carentes. Mas quando ela não está crescendo, para que os pobres tenham qualquer ganho, é preciso que ele saia do bolso de outrem — algo que dificilmente acontece sem violência.

Pobreza e desigualdade são gritantemente evidentes na América Latina e assumem a forma de carne e sangue, de pivetes e mendigos — ao passo que crescimento econômico é um conceito abstrato, que a maioria das pessoas não segue. Logo, é compreensível que a principal causa das transformações políticas na América Latina passe despercebida. Mas o crescimento econômico — que é basicamente definido por aumento na produtividade ou no produto final por hora de trabalho — é vital, especialmente num período tão longo de tempo. Ele é a razão principal que explica porque vivemos melhor que nossos avós. O México teria um padrão de vida médio, no mesmo nível da atual Espanha, se a sua economia tivesse simplesmente continuado a crescer à mesma razão a que crescia antes de 1980. Haveria hoje muito menos mexicanos querendo correr os riscos da imigração ilegal para os Estados Unidos. Como esses índices de crescimento pré-1980 eram bons, mas não espetaculares (se comparados, por exemplo, com a Coreia do Sul ou Taiwan), não há razão óbvia para que não sejam eles o relevante parâmetro para comparação.

Em Washington, as áreas de decisão se empenham de um jeito especial em negar o fracasso econômico da América Latina. Afinal, elas obtiveram a maior parte do que queriam: restrições ao comércio internacional e fluxos de investimentos drasticamente reduzidos. Empresas públicas foram privatizadas, até mesmo sistemas de seguridade social, em muitos países. Governos estão trabalhando com orçamentos mais rígidos e bancos centrais estão mais independentes e rigorosos com a inflação. Foram abandonadas as políticas industriais ditadas pelo Estado e os planos de desenvolvimento tão comuns no passado.

Mas os resultados cumulativos foram uma catástrofe econômica, portanto não surpreende que os candidatos presidenciais cujas campanhas eleitorais eram explicitamente contra o neoliberalismo tenham ganhado as eleições na Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Uruguai e Venezuela, nos últimos anos. O México talvez os siga, em julho. Mas a questão de quais medidas contribuíram para os múltiplos e variados fracassos econômicos nacionais é mais complexa. E as possíveis alternativas para restaurar o crescimento e o desenvolvimento — só agora começando a serem exploradas — variam muito de país a país. Mas que fique claro: o que estamos testemunhando é uma resposta àquele fracasso

econômico que marcou época; e, após uma série de revoltas nas urnas e outras nas ruas, o fato de que vários governos foram em busca de modos mais práticos e efetivos de fazer o capitalismo funcionar.

A longa era do neoliberalismo na América Latina ainda não chegou ao fim — esse fim está só começando pelas razões que discutiremos adiante. O que realmente define a nova era é o fato de que a influência dos Estados Unidos numa região que era até recentemente o seu “quintal” decaiu tão depressa, tão drasticamente e, é provável, de forma tão irreversível que a situação atual não tem de fato quaisquer precedentes na moderna história do hemisfério.

Trata-se de uma mudança dramática, especialmente se considerarmos que Washington, na década de 1980, gastou bilhões de dólares e apoiou o assassinio de dezenas de milhares de inocentes só para manter seu controle sobre alguns pequenos países, economicamente insignificantes, da América Central. O presidente Bill Clinton chegou a divulgar inesperadas desculpas pelo papel dos Estados Unidos no que a ONU determinara ter sido um genocídio na Guatemala; pela participação de Washington no extermínio maciço em El Salvador; e também pela destruição da Nicarágua, que foi ainda maior e mais direta. No entanto, nos últimos anos, as mesmas pessoas — literalmente as mesmas, no caso de membros atuais ou recentes do governo americano, como Elliot Abrams, Otto Reich e John Negroponte — têm visto a maior parte da região, em termos populacionais e econômicos, escapar das suas garras sem que possam fazer coisa alguma.

O colapso de um cartel

Uma razão para a natureza histórica dessas transformações não ser devidamente apreciada é que a influência mais poderosa de Washington sobre a região, especialmente no domínio da política econômica, jamais chamou muita atenção. É essa específica influência que agora entra discretamente em colapso. Até recentemente, o Fundo Monetário Internacional chefiava um poderoso cartel de credores que era indiscutivelmente mais importante do que as demais alavancas de poder de Washington — até mesmo militares, paramilitares, diplomáticas e outras projeções do “poder soft”, como programas de ajuda externa e de “promoção da democracia”. Esse cartel não era uma conspiração, mas sim um ajuste informal — nem redigido em forma de lei nem constante dos estatutos das instituições financeiras participantes — mas, ainda assim, muito eficaz.

No modo como o cartel funcionava, o FMI era a “torneira” da maioria das demais fontes de crédito para os governos de países em desenvolvimento. Se não alcançasse um acordo com o FMI, um determinado governo não se qualificava para a maioria dos empréstimos vindos do Banco Mundial, de bancos regionais como, neste hemisfério, do importante Banco Interamericano do Desenvolvimento, nem empréstimos e doações dos governos do G-7, nem sequer, às vezes, vindos do setor privado. Com 184 membros, o FMI foi sempre dominado pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Tecnicamente, os outros países ricos, inclusive as nações européias e o Japão, podiam ganhar dos Estados Unidos na votação (o voto no FMI é função de um sistema de cotas de contribuições, o que dá aos países ricos uma ampla maioria), mas isso virtualmente jamais aconteceu, nos últimos 62 anos. Durante o último quarto de século, especialmente, esse cartel de credores teve uma influência enorme na formulação das medidas do Consenso de Washington, que foram adotadas em toda a América Latina e na maioria dos países de renda baixa e média. A influência se estendeu muito além do mero poder de usar o controle dos recursos financeiros para influenciar ações.

Como se sabe há décadas, o FMI, agindo como porteiro guardião e executor de “sólidas medidas econômicas”, permitiu aos Estados Unidos (e às vezes aos outros países ricos) operarem através de uma instituição ostensivamente multilateral, neutra e tecnocrática, ao pressionarem governos de países em desenvolvimento a privatizar seus recursos naturais ou trabalhar com enormes superávits primários a fim de pagar a dívida externa. Para as autoridades americanas, é muito mais delicado, politicamente falando, dizer de público a governos soberanos o que fazer. E, como testemunhamos na recente reestruturação da dívida argentina, os credores individuais — até mesmo grandes bancos — não têm tanto poder assim contra um governo que esteja disposto a ir até as últimas consequências. Numa situação de inadimplência, é do interesse individual deles acordar o que for possível, absorver prejuízos e olhar para o futuro. É preciso um executor externo — de fora do mercado — para manter a ameaça de futura punição contra o governo ofensor, no interesse dos credores enquanto classe.

Essa acomodação começou a gorar após a crise econômica asiática, no final dos anos 1990, depois que os países de renda média daquela região passaram a acumular enormes reservas em moeda estrangeira. Eles tinham sofrido uma experiência terrível e humilhante com as condições impostas pelo FMI durante a crise e,

embora existissem outras causas, o acúmulo de reservas depois da crise também garantiu que eles jamais tivessem que seguir novamente o conselho do Fundo.

Mas foi na América Latina que o FMI se viu reduzido a mera sombra de sua antiga personalidade. A Argentina ficou inadimplente em US\$ 100 bilhões da dívida, no final de 2001, perpetrando o maior calote da dívida soberana na história. A moeda e o sistema bancário entraram em colapso e a economia continuou a afundar. Quase todo mundo presumiu que o governo argentino teria de chegar a um novo acordo com o FMI e receber uma injeção de verbas externas, para conseguir que a economia voltasse a crescer.

Mas passou-se um ano sem qualquer acordo e, quando este foi finalmente alcançado, não havia dinheiro novo. Na verdade, o FMI retirou cerca de US\$ 4 bilhões líquidos — uma quantia enorme, representando 4% do PNB — do país durante 2002. Mas, desafiando os especialistas, a economia argentina só se contraiu por três meses após o calote e então recomeçou a crescer. Quatro anos mais tarde, continua crescendo, e depressa. Na verdade, tem crescido à taxa mais acelerada do hemisfério: acima de 9% anuais por três anos, apesar de um contínuo dreno financeiro para fora do país para pagar os credores oficiais (o FMI, o Banco Mundial e o BID), que montou a mais de US\$ 14 bilhões, entre 2002 e 2005.

O governo argentino de Nestor Kirchner, que assumiu o poder em maio de 2003, também formulou uma série de medidas econômicas heterodoxas fortemente antagonizadas pelo Fundo, inclusive pela linha dura que negociou a dívida inadimplente, o que provocou a hostilidade da imprensa internacional especializada em negócios, juntamente com a previsão de prolongadas punições e estagnação econômica. Num dos vários confrontos com o Fundo, a Argentina chegou a dar um calote na própria dívida com o FMI, em setembro de 2003 — um passo irregular, sem precedente, que anteriormente só havia sido tomado por Estados falidos ou párias, como o Congo ou o Iraque. Até então, a inadimplência com o Fundo representara uma ameaça de isolamento econômico e até uma negação de quaisquer créditos de exportação necessários para o comércio. Mas o mundo já havia mudado, e o FMI recuou. A longa batalha da Argentina contra o Fundo — a partir da catastrófica recessão de quatro anos, causada e exacerbada pelas medidas macroeconômicas apoiadas pelo FMI, através do enfrentamento em 2002, e da subsequente e rápida recuperação da economia, por si só — foi não só um golpe fatal na credibilidade do Fundo enquanto conselheiro econômico, mas como o próprio executor do golpe.

Que diferença faz o colapso desse cartel de credores? Consideremos a Bolívia hoje, onde o índio e ex-líder sindical esquerdista dos plantadores de coca, Evo Morales, foi eleito em dezembro de 2005 com a maior votação da história boliviana. Ele prometeu nacionalizar os recursos energéticos do país — e isto foi realmente mais uma volta à constitucionalidade, pois os atuais contratos com as empresas estrangeiras de energia não foram aprovados pelo Congresso, como requer a constituição boliviana — que respondem pela maior fatia dos ganhos da Bolívia com exportações, e prometeu usar tais recursos para soerguer os padrões de vida da maioria índia desse país pobre. Em 1º de maio, Morales anunciou que o governo vai realmente nacionalizar os setores de gás e petróleo e que as empresas estrangeiras teriam seis meses para renegociar os contratos existentes. Falta resolver ainda muitos detalhes e a situação é complicada pelos fatos de a Petrobras, a estatal energética brasileira, ser o maior produtor de gás e de a Bolívia só poder exportar gás natural (a sua principal exportação energética) via oleoduto para a Argentina e o Brasil. Mas o governo boliviano já aumentou a renda com a produção de gás, de 3,4 para 6,7% do PNB, graças à lei de hidrocarbonetos promulgada no ano passado. O aumento corresponde a uma cota econômica equivalente à maior parte do déficit orçamentário federal dos Estados Unidos. A nacionalização de 1º de maio aumentará ainda mais essa receita, permitindo ao governo boliviano cumprir algumas de suas promessas feitas aos pobres.

Depois disso, o governo da Bolívia anunciou sua intenção de seguir com um programa ambicioso de reforma agrária, também recebido com hostilidade pela mídia. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Rural da Bolívia, nos próximos cinco anos o governo espera redistribuir cerca de 54.000 milhas quadradas de terras [86.880 km²], uma área quase do tamanho da Grécia, para cerca de 2,5 milhões de pessoas — aproximadamente 28% da população. O governo Bush por duas vezes já havia expressado desprazer com o governo Morales, mas até há pouquíssimo tempo estava relativamente cauteloso quanto a pronunciamentos públicos porque a denúncia do embaixador americano contra Morales fizera com que o líder carismático disparasse nas pesquisas e quase conquistasse a vitória na eleição presidencial de 2002. Mas, em 22 de maio, numa sintomática reviravolta, o presidente Bush, em coletiva à imprensa, se disse “preocupado com a erosão da democracia na Bolívia e na Venezuela”.

Haverá novos conflitos no futuro próximo, principalmente na política antidrogas. Washington tem seguido há anos sua agenda pró-erradicação da coca

na Bolívia e pouco se preocupado com o impacto político, econômico ou ambiental sobre uma população local cada vez mais irada. Quem quer que tenha visitado a Bolívia e visto como a coca, ali, é onipresente, desde o chá de coca, nos restaurantes, até a folha que o povo mastiga como estimulante e remédio, para aliviar o mal-estar provocado pelas altas altitudes, pode imaginar o que aconteceria se o povo americano fosse informado de que deve cooperar com um programa de “erradicação do café” promovido por um governo estrangeiro para ajudar tais estrangeiros na prevenção contra o abuso de café. A maioria da base eleitoral de Morales gostaria de expulsar hoje mesmo para fora da Bolívia a DEA (Drug Enforcement Agency), a agência controladora de drogas e remédios dos Estados Unidos. Morales assume uma posição moderada, prometendo cooperar na luta contra a cocaína e o tráfico de drogas, e ao mesmo tempo apóia a legalização das plantações de coca e o desenvolvimento de novos mercados para produtos legais. O governo Bush, certamente, há de achar isso inaceitável.

Mas o que pode Washington fazer com esse novo e “problemático” governo? Não muita coisa. Isto é algo ainda mais sem precedente porque a Bolívia não é a Venezuela, o quinto maior exportador mundial de petróleo, nem a Argentina, que, até a recessão do final do século XX, detinha praticamente os mais altos padrões de vida na América Latina. Ela não é um gigante como o Brasil, com um território maior do que os Estados Unidos sem o Alasca. É o país mais pobre da América do Sul, com nove milhões de habitantes e uma economia equivalente a menos de um milésimo da dos Estados Unidos, de acordo com a atual taxa cambial. Ela é pobre o suficiente para ter-se qualificado para a iniciativa Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) de cancelamento da dívida do FMI/Banco Mundial. E, na verdade, tinha cancelado, este ano, a própria dívida com o FMI e o Banco Mundial — aproximadamente 35% do total da dívida pública externa do país — após passar durante vários anos pelo crivo obrigatório das condições impostas.

A Bolívia é hoje um país livre. Em 31 de março, após 20 anos consecutivos e contínuos (exceto por oito meses) em que governou submetida aos acordos com o FMI — e um produto real per capita incrivelmente inferior ao que tinha 27 anos antes —, a Bolívia deixou que seu último acordo com o FMI expirasse. O governo decidiu não buscar novo acordo com o Fundo. Uma das primeiras questões a surgir foi quanto ao dinheiro vindo de outras fontes. A Bolívia recebe não só empréstimos, mas também doações de governos de países de economia

forte. Ora, até há pouco tempo as doações vindas dos países europeus mais liberais dependiam de a Bolívia receber a aprovação do FMI. Mas parece que essa exigência desapareceu, juntamente com o acordo com o FMI. O governo Bush cortou a ajuda militar — um insignificante US\$1,6 milhão — e poderá reduzir outros fluxos de assistência relacionados a esforços antidrogas. O governo da Espanha expressou certa preocupação com a nacionalização do setor gasífero pela Bolívia porque a Repsol YPF, a maior empresa petrolífera espanhola, é o segundo maior produtor de gás boliviano. Mas, até o momento, nenhum governo de país rico ameaçou cortar os empréstimos ou as doações como um meio de tentar frear as medidas bolivianas. É quase certo que nem tal ameaça nem sequer uma redução real na ajuda iriam alterar a conduta do governo Morales. Seria tão inútil quanto contraproducente, do ponto de vista daqueles governos.

O fato de chegarmos a tal situação ilustra quão dramaticamente as relações hemisféricas mudaram. Há poucos anos, um governo como o de Evo Morales teria uma expectativa de vida bastante curta. Washington teria a capacidade de estrangular economicamente o país, tal como fez com o Haiti a fim de derrubar o governo democraticamente eleito ali há apenas dois anos. O governo do Haiti, que dependia extremamente dos capitais de ajuda estrangeira, teve virtualmente cortadas todas as verbas internacionais a partir de 2001, o que garantiu a sua queda com o golpe de Estado apoiado pelos Estados Unidos em março de 2004. Para países paupérrimos e especialmente os que não têm aliados nem a atenção da mídia, as velhas regras ainda se aplicam — embora até isso esteja começando a mudar. Em muitos países de baixa renda, por exemplo, na África, as medidas macroeconômicas ainda estão sujeitas à aprovação do FMI.

Mas o Fundo já perdeu a sua influência nos países de renda média, o que inclui quase toda a América Latina. Embora tenha recebido pouca atenção na maioria da mídia, o colapso do cartel de credores chefiado pelo FMI é, em si mesmo, provavelmente a mais importante mudança no sistema financeiro internacional desde o final do sistema de taxas cambiais fixas formulado em 1973 em conformidade com o acordo de Bretton Woods. Isso vale particularmente para os países em desenvolvimento.

Na América Latina, isto coincidiu com uma grande e imprevista mudança que, aliada à perda de influência do FMI, ajudou a fomentar a nova era de independência. Surgiu um novo credor internacional: a Venezuela. Quando a

Argentina decidiu, em dezembro passado, dar um adeus definitivo ao FMI e pagar de uma única vez o que faltava pagar de sua dívida restante de US\$ 9,8 bilhões (5,4% do PNB), a Venezuela lhe prometeu uma ajuda de US\$ 2,5 bilhões pelo bem da causa. “Se for necessária ajuda adicional para ajudar a Argentina a se ver livre finalmente dos grilhões do Fundo Monetário Internacional, a Argentina pode contar conosco”, disse Hugo Chávez em 15 de dezembro. O pronunciamento de Kirchner, anunciando a decisão, foi ainda mais agressivo: “[O FMI] agiu com nosso país como um promotor e um veículo de medidas que só causaram pobreza e dor ao povo argentino”, disse ele. No ano passado, a Venezuela também prometeu comprar US\$ 300 milhões de títulos da dívida do Equador; em dezembro, soube-se que a demanda pelos títulos equatorianos era suficiente e que o país só precisava vender US\$ 25 milhões à Venezuela, mas o compromisso desta última, como um fiador de último recurso, estava lá presente. Hugo Chávez propôs formalizar esse novo relacionamento estabelecendo um Banco do Sul para financiar o desenvolvimento na região e ofereceu, para começar, uma contribuição de US\$ 5 bilhões. Enquanto isso, o programa PetroCaribe da Venezuela também viabiliza, para países antilhanos, o financiamento do petróleo com desconto.

O resultado, para a Bolívia, é que, apesar de sua pobreza e subdesenvolvimento, o novo governo não terá que se preocupar demasiadamente se os Estados Unidos vão aprovar o que ela faz com as empresas estrangeiras de energia, com as negociações comerciais (já está praticamente morto um acordo comercial bilateral há muito sonhado por Washington), com as medidas macroeconômicas ou com a política antidrogas. Quaisquer cortes na ajuda, por parte de Washington, Europa, ou agências internacionais de empréstimos, serão substituídos à altura pela Venezuela. Quando a Bolívia estava quase perdendo US\$ 170 milhões em exportações de soja para a Colômbia como resultado da decisão desta última, em abril, de assinar um comercial bilateral com os Estados Unidos, a Venezuela se adiantou como comprador substituto. Este é o paradoxo da nova ordem hemisférica: ficou mais fácil para um país pobre e pequeno rejeitar o Consenso de Washington do que para os países de produto interno superior, de nível médio — embora as opções de todos sejam agora muito maiores. A Venezuela possui mais de US\$ 30 bilhões em reservas em moeda estrangeira. Qualquer ajuda que a Bolívia precise, será bastante pequena em relação à capacidade da Venezuela de emprestar e assistir. Só no mês passado (maio), a Venezuela anunciou um empréstimo de US\$ 100 milhões à Bolívia,

mais uma quantia semelhante destinada a apoiar a reforma agrária ali proposta, e numerosas outras formas de ajuda. Os programas de assistência e empréstimos da Venezuela, ao contrário dos de instituições financeiras internacionais e governos do G-7, não impõem condições nem medidas econômicas a eles agregadas. Isto faz toda a diferença do mundo.

Vistos pela óptica de guerra fria das autoridades de Washington, de seu *establishment* e de sua política externa, esses desembolsos e iniciativas fazem parte de uma tentativa de construir um eixo “anti-americano” ou de uma simples compra de amigos na região por Hugo Chávez. O próprio Chávez, que batizou sua revolução em homenagem ao libertador oitocentista Simon Bolívar, vê nisso a libertação da América do Sul do jugo do império americano. Mas, independentemente de como seja vista em termos ideológicos, essa fonte alternativa de financiamento já teve um enorme impacto sobre a capacidade dos governos de ignorarem pressões de Washington. A tendência provavelmente continuará, a menos que haja um súbito e severíssimo colapso nos preços do petróleo.

Dois outras importantes transformações econômicas vão reforçar a guinada da América Latina para longe dos Estados Unidos nos próximos anos. Uma é que os Estados Unidos não vão mais fornecer um mercado em rápido crescimento para exportações regionais, como fez no passado. A razão é que os Estados Unidos estão diante de um déficit comercial recorde, hoje acima de 6% do PNB, o que, na opinião de quase todos os economistas, precisa ser ajustado nos próximos dez anos. Os Estados Unidos não precisam equilibrar a sua balança comercial, mas o déficit precisa cair a um nível que permita à dívida externa americana estabilizar-se, ao invés de crescer a uma taxa explosiva. Se o déficit na balança comercial permanecer no nível atual, em 18 anos a dívida externa dos Estados Unidos excederá o montante total negociado em sua bolsa de valores. Isto não vai acontecer. Ao contrário, o dólar vai cair e o déficit será reduzido. Mas uma consequência desse ajuste é que o mercado americano para importações, medido em outra moeda que não o dólar, vai crescer pouco ou, possivelmente, declinar. Significa que os países da América Latina que esperam expandir as suas exportações para os Estados Unidos no futuro próximo terão, sobretudo, que tomar o lugar de outros exportadores, o que vai ser muito difícil. Logo, os Estados Unidos não têm muito a oferecer, em suas propostas de acordos comerciais bilaterais. Por outro lado, eles estão pedindo concessões que são economicamente custosas, como por exemplo, na área de remédios patenteados, em que Washington insiste num protecionismo ainda mais forte do que o permitido

pela Organização Mundial de Comércio, e que são politicamente custosas, como na agricultura, onde a demanda pela abertura de exportações subsidiadas dos Estados Unidos deflagrou uma considerável oposição política na maioria dos países da América Latina.

Ao mesmo tempo, enquanto o crescimento do mercado americano de importações for desacelerado até atingir um ponto estável, há expectativa de que um outro mercado para onde os países latino-americanos possam exportar crescerá em cerca de US\$ 1 trilhão de euros no próximo decênio: a China. Isso reforçará o declínio da relativa importância econômica dos Estados Unidos para a América Latina. Talvez ainda mais importante: a China tem o potencial de ser uma enorme fonte alternativa de financiamento para investimentos na América Latina. Até aqui, os chineses têm agido relativamente com lentidão, mas já discutiram planos para investir US\$ 20 bilhões na Argentina, por exemplo, incluindo-se aí grandes investimentos em ferrovias e infra-estrutura. O governo chinês detém hoje mais de US\$ 800 bilhões em reservas de moeda estrangeira. A maior parte desse dinheiro está em forma de títulos do tesouro americano, em que o governo dos Estados Unidos tem perdido dezenas de bilhões de dólares nos últimos anos — tanto através das mudanças cambiais, pois o dólar caiu frente a outras moedas, quanto através das perdas de capital, pois as taxas a longo prazo dos Estados Unidos subiram. Essas tendências vão provavelmente continuar. Até agora, os chineses detiveram esses títulos como parte de sua estratégia econômica geral, que supostamente inclui manter as taxas a longo prazo dos Estados Unidos baixas, de modo a apoiar a recuperação econômica americana (desde 2001) e assim aumentar a demanda por suas exportações. Mas essa estratégia não persistirá indefinidamente. No momento, os chineses podem investir centenas de bilhões de dólares na América Latina, obter um retorno zero para seu investimento e ainda assim sair ganhando em comparação com a sua estratégia atual de deter títulos do tesouro americano. Na realidade, eles provavelmente obteriam um retorno positivo. Os chineses já estão interessados em investir nos setores energético e extrativo, a fim de garantir estoques desses materiais para a sua economia em expansão. Mas, enquanto superpotência emergente, eles podem também acabar encarando como parte de seu interesse estratégico ter vínculos políticos e econômicos mais próximos com a América Latina. Isto valerá especialmente se as atuais tensões entre os Estados Unidos e a China piorarem, mas de qualquer modo é provável que isso aconteça.

Os setores energético e extrativo da América Latina também foram profundamente afetados pela guinada nas relações regionais de poder, com importantes implicações econômicas e políticas. Embora a alta dos preços de energia tenha fornecido um forte incentivo aos governos de toda a região — incluindo-se aí Venezuela, Bolívia e Equador — no sentido de renegociarem seus contratos e acertos jurídicos com empresas estrangeiras, essas iniciativas seriam mais arriscadas e provavelmente menos bem-sucedidas se o consórcio FMI/Governo americano tivesse o poder que tinha há apenas alguns anos. No dia 16 de maio, o Congresso venezuelano votou a favor de duplicar os *royalties* dos consórcios com empresas petrolíferas estrangeiras, passando-os de 16,7% para 33,3%, e aumentando assim a fatia total de *royalties* do governo para 50%. Este foi o segundo maior aumento na produção de óleo pesado, que há poucos anos pagava *royalties* de apenas 1%. O governo está também exigindo um controle da ordem de 60% sobre quatro consórcios com empresas petrolíferas estrangeiras, que respondem por cerca de um quinto da produção de petróleo da Venezuela. Na Bolívia, mesmo antes do decreto de nacionalização de 1º de maio, a lei dos hidrocarbonetos do ano passado já adicionara centenas de milhões de dólares à receita do governo através do aumento de impostos e direitos.

Em 16 de maio, o governo do Equador anunciou que ia tomar um campo de petróleo da Occidental Petroleum, a quarta maior empresa petrolífera americana, em conseqüência de uma disputa na qual a Occidental, segundo consta, havia transferido ilegitimamente para uma empresa canadense parte de um bloco petrolífero por ela operado. Washington retaliou quase imediatamente, anunciando que ia suspender as negociações com o Equador com vistas a uma proposta de tratado comercial bilateral. Ainda não está claro quão punitivo isso pode ter sido — as negociações já se haviam tornado um grande risco político para o governo americano. Em março, grupos indígenas realizaram 11 dias de protestos — inclusive bloqueando rodovias e causando grandes transtornos — e exigiram a suspensão das negociações e um plebiscito nacional para decidir o destino do acordo bilateral, e só suspenderam os protestos depois que o governo declarou estado de emergência. Em 28 de maio, o presidente Hugo Chávez anunciou que se encontraria com o Presidente do Equador, Alfredo Palacio, para expandir os vínculos energéticos entre a Venezuela e o Equador e a sua estatal petrolífera, a Petroecuador. Um tratado proposto vai permitir ao Equador refinar petróleo em refinarias de propriedade da Venezuela, o que, segundo a imprensa, poderá representar para o Equador uma economia de cerca de US\$ 300 milhões ao ano.

O controle nacional da energia e demais recursos naturais — e a demanda para que tais recursos sejam usados em benefício da maioria pobre — tiveram um grande papel na revolução feitas através das urnas, tanto na Venezuela como na Bolívia. Na Venezuela, foi a força motriz: embora a Venezuela já possuísse uma empresa estatal desde 1976, na década de 1990 ela produzia tão pouca receita para o governo que o Estado não era viável do ponto de vista fiscal. Mas só depois que Hugo Chávez foi eleito e enfrentou um golpe militar apoiado pelos Estados Unidos (2002) e uma economicamente devastadora greve de petroleiros e funcionários do setor (dezembro de 2002 - fevereiro de 2003) é que o governo finalmente ganhou o controle sobre sua própria indústria petrolífera nacionalizada. Na Bolívia, as massas descontentes com a privatização e o saque de recursos naturais do país ajudaram a derrubar dois presidentes e contribuíram para a eleição de Evo Morales. No Peru, o candidato populista Ollanta Humala ficou em primeiro lugar no primeiro turno eleitoral, em parte por prometer subtrair uma fatia maior das empresas estrangeiras de mineração e energia e usá-la em benefício dos pobres. Como algumas das maiores empresas mineradoras ali presentes são totalmente isentas de direitos (embora paguem outros impostos), há muito terreno para negociação.

Estas lutas de vários governos para captarem maior receita dos recursos energéticos e naturais vão provavelmente continuar. A recém-conquistada independência econômica e política da América Latina aumentou o seu poder de barganha; e há cada vez menos razão para que esses governos concedam aos produtores estrangeiros qualquer coisa além do necessário para que usem a tecnologia de que precisam. A guinada nas relações de poder já garantiu à região bilhões de dólares em ganhos, e é provável que novos bilhões surjam.

Um futuro mais brilhante

Apesar da consternação em Washington, o colapso da influência americana na América Latina já produziu resultados positivos importantes e tangíveis. Na Argentina, quase oito milhões de pessoas — 18% da população — foram tirados da linha de pobreza em consequência da rápida recuperação da economia local, cujo falecimento vinha sendo anunciado, praticamente todos os meses, desde que a crise começou há quatro anos, pela maioria dos economistas e dos jornais especializados em negócios. Para alcançar esse extraordinário sucesso econômico, o governo argentino precisou implantar várias medidas econômicas

heterodoxas que foram veementemente antagonizadas pelo FMI e, na sua maioria, caracterizadas como temerárias e erradas pela imprensa especializada internacional. Isso incluiu, além de árduas barganhas para eliminar aproximadamente 2/3 da dívida pública externa do país, algumas medidas macroeconômicas essenciais à recuperação, entre elas a manutenção de uma taxa cambial estável e competitiva, e taxas de juros menores. O governo argentino também se recusou a aumentar preços conforme exigiam os credores estrangeiros e seus governos (tendo o FMI como advogado). Mais recentemente, o governo Kirchner instituiu controles de preços para conter a inflação e não sacrificar empregos e rendas com a desaceleração da economia, como se tornou norma em política macroeconômica. A recuperação argentina é um notável sucesso que ajudou não só a abrir caminho mas também a permitir o contínuo florescimento da independência regional no novo ambiente. É fácil perceber quão mais fraca ela teria sido, se é que não teria entrado pura e simplesmente em colapso, se o governo tivesse simplesmente seguido o conselho ortodoxo costumeiramente endossado no passado. Simultaneamente, Kirchner recebia grandes elogios dos grupos pró-direitos humanos, por revogar a impunidade dos oficiais militares que haviam cometido atrocidades durante a brutal ditadura de 1976-1983.

A Venezuela também tem tido êxitos notáveis, sendo os mais importantes: o fornecimento de serviços de saúde gratuitos, pela primeira vez na história, a cerca de 54% da população majoritariamente pobre; o subsídio de alimentos para mais de 40% dessa população; e o incremento do acesso à educação. É comum atribuir esses êxitos aos preços do petróleo, mas os preços do petróleo estavam ainda mais altos nos anos 1970, em termos reais, e, na verdade, o PNB *per capita* do país decaiu durante aquela década. Chávez é mais conhecido — e aviltado — pela mídia internacional por causa de seu confronto com o governo Bush, mas dentro de casa a sua inabalável popularidade deriva, sobretudo, do cumprimento por seu governo da promessa de compartilhar a riqueza petrolífera do país com a maioria dos venezuelanos. Mesmo deixando de lado a distribuição de renda, devemos lembrar que a Venezuela sofreu um dos piores declínios econômicos da região (e do mundo) — uma queda de 35% na renda *per capita* de 1970 a 1998, isto é, antes da eleição de Chávez. O atual governo, que assumiu o poder em 1999 e com quase toda a certeza será reeleito em dezembro, será provavelmente lembrado como o que enfim reverteu a deterioração econômica da Venezuela em longo prazo. A economia recuperou-se notavelmente depois que a estabilidade enfim retornou ao país, após várias ten-

tativas da oposição de derrubar o governo pelo golpe militar e pelas greves no setor petrolífero. Só nos dois últimos anos ela cresceu mais de 28% e ainda está crescendo.

A Bolívia também parece destinada a reverter a sua longa estagnação econômica e começar a satisfazer as necessidades de seus pobres, na maioria indígenas. Ela criou um novo Ministério da Água com a meta de fornecer água potável a todos e água para a agricultura. Isto deverá ser possibilitado pelo aumento da receita, pelo controle sobre os recursos naturais, pela proposta de reforma agrária e por outros programas anti-pobreza, viáveis.

Naturalmente, todos esses governos ainda estão muito longe de fornecer uma estratégia de desenvolvimento sustentável em longo prazo. Não necessariamente porque não queiram, mas sobretudo porque — após décadas de governos corruptos e deliberado encolhimento da capacidade estatal de regulação econômica e tomada de decisões — eles simplesmente não têm a capacidade administrativa para sequer fazer tais planos, muito menos implantá-los. Eis porque, mesmo na Venezuela, onde o presidente Hugo Chávez fala no “socialismo do século XXI”, o setor privado é uma fatia da economia ainda maior hoje do que era antes de sua ascensão ao poder. O governo da Venezuela, ao contrário da percepção popular, embarcou num projeto de reformas graduais e experimentais, incluindo reforma agrária, algumas cooperativas de produção e crédito e programas de micro-crédito — mas as autoridades têm bastante ciência das limitações do Estado corrupto e debilitado por elas herdado. Na Argentina, que possui uma economia mais desenvolvida, ainda há muito pouco, ou quase nada, no domínio de planejamento do desenvolvimento ou de uma política industrial capaz de criar um crescimento sustentável e um desenvolvimento comparável às histórias de sucesso da Ásia, ou mesmo do próprio passado da América Latina, antes de 1980.

Não obstante, a renovação do crescimento econômico, possibilitado por medidas macroeconômicas mais sensatas, é um começo vitalmente importante. É uma condição necessária, mas não suficiente para o progresso econômico e social de longo prazo na região. É provável que surjam outras transformações, à medida que os novos e vários experimentos alcançarem sucesso. O controle incrementado sobre os recursos energéticos e naturais, o novo compromisso com a redução da pobreza, com a assistência sanitária e com a educação — como na Venezuela e na Bolívia — são importantes como primeiros passos, não só em si mesmos mas tam-

bém para a democracia. Embora tanto o governo Morales como o governo Chávez sejam acusados de autoritarismo pelos detratores — os quais, no caso da Venezuela, incluem quase todos os que têm acesso à grande mídia —, de um ponto de vista mais objetivo o que estamos testemunhando é uma ressurreição da democracia. Isso fica ainda mais óbvio no sentido de que o povo está realmente recebendo aquilo por que votaram, em termos sociais e de determinadas medidas econômicas. Por esta razão, a Venezuela ficou entre os primeiros lugares, no ano passado, quando um dos melhores institutos de pesquisa da América Latina, o Latinobarómetro, perguntou ao povo de cada país quão democrático era seu governo. À pergunta sobre o grau de satisfação do povo com a democracia do país, a Venezuela ficou em segundo lugar, logo após o Uruguai.

Ironicamente, os países da América Latina, na era dos ditadores, tinham mais controle nacional sobre suas políticas econômicas do que têm tido desde a democratização formal, por isso o desenvolvimento era mais bem-sucedido e os padrões de vida cresciam sob as ditaduras. E daí vêm as tendências a longo prazo, que só agora começam a reverter na América Latina, cujos cidadãos estavam perdendo o respeito pela democracia ao longo de 25 anos de terreno perdido sob governos democráticos.

Felizmente, o descontentamento, a organização e a revolta das massas nas urnas não objetivaram um retorno a um governo autoritário, mas sim o oposto, a demanda por um prolongamento da democracia de modo a incluir uma política social e econômica bem como uma participação maior dos grupos anteriormente marginalizados — os pobres, na Venezuela, e os índios, na Bolívia. Os recentes protestos em massa no Equador contra a proposta de negociações comerciais com os Estados Unidos devem ser vistos também sob essa luz. Analogamente, as ondas de massas organizadas que levaram Evo Morales ao poder e estão ativamente estimulando o governo a perseguir medidas econômicas pró-pobres e pró-índios.

Mas não é só nos países que já mudaram suas políticas econômicas e sociais que o impacto dessa enorme guinada nas relações hemisféricas se mostra relevante. Consideremos o Brasil, que continua a fornecer um clássico exemplo do fracasso das medidas “neoliberais” na América Latina. O Brasil foi outrora um país em desenvolvimento em rápido crescimento: sua renda *per capita* cresceu em 123% de 1960 a 1980. Mas, nos últimos 25 anos, a sua média de crescimento anual foi de 0,5%. O presidente do país, Luiz Inácio Lula da Silva, do esquerdista

Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito em 2002 com uma plataforma que prometia restaurar o crescimento econômico através de menores taxas de juros, implantação de medidas industriais e agrícolas e retorno a uma estratégia de desenvolvimento nacional. O PT também prometeu medidas de redistribuição de renda para ajudar os pobres num país que detém talvez a mais desigual distribuição de renda em todo o planeta.

Desde que assumiu o poder, entretanto, o governo Lula vem mantendo consistentemente a política econômica de seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, e mantido o mesmo crescimento lento. As taxas de juros fixadas pelo Banco Central são atualmente de 15,75% (comparemo-las às nossas próprias taxas de 5% nos Estados Unidos, após o Federal Reserve ter aumentado 16 vezes consecutivas as taxas de juros). A moeda nacional é extremamente supervalorizada, o que torna as importações artificialmente baratas e, portanto, dificulta, para as indústrias brasileiras, competirem, quer no mercado interno, quer nos mercados internacionais. O governo federal está pagando a dívida externa à ordem de mais de 7% do PNB anualmente, deixando poucas verbas para quaisquer iniciativas anti-pobreza.

Mas é importante entender que essas medidas são o resultado da política interna brasileira e que os Estados Unidos hoje têm pouco a ver com elas. Em quase todo país, são conflitantes os interesses do setor financeiro e os de quase todo o mundo, quanto à política econômica, especialmente à política monetária. Acionistas, bancos e credores não têm geralmente os mesmos interesses no crescimento econômico do que a maioria das pessoas. Para a vasta maioria das pessoas, crescimento mais rápido significa uma oportunidade melhor de emprego e renda mais alta. Para o setor financeiro, o crescimento econômico é visto basicamente como uma ameaça de inflação mais alta, o que reduz o valor das ações. Eis um conflito de interesses também presente nos Estados Unidos, pois o Federal Reserve, às vezes, sobe as taxas de juros e desacelera a economia, ao passo que a maioria dos americanos que participam do crescimento econômico não faria isso. O Brasil vive esse problema de forma extremada, em que o avassalador domínio político do setor financeiro — que prevalece em todos os grandes partidos políticos — levou a um prolongado período de estagnação e a um lento crescimento, que a economia se revela incapaz de melhorar. O setor financeiro considera correto o crescimento de 2,3% (aproximadamente 1,2% *per capita*) no ano passado, ainda que não se criem empregos suficientes para abrir espaço aos recém-chegados à força de trabalho.

Washington está muito satisfeita com o governo Lula e o tem apoiado, inclusive em pontos-chave no escândalo de corrupção que engolfou o governo Lula e provocou as renúncias do chefe da Casa Civil, do ministro da Fazenda e de autoridades petistas do topo. A imprensa internacional também está muito satisfeita, como têm estado os mercados financeiros internacionais — na verdade, os mercados estavam bem nervosos com a perspectiva de *impeachment* de Lula porque o vice-presidente do Brasil, José Alencar, já se declarara comprometido com a baixa das taxas de juros. Portanto, há muito apoio internacional ao atual conjunto de medidas econômicas, mas se algum governo brasileiro decidir ir noutra direção, pouca coisa poderá ser feita para impedi-lo. Em dezembro, o Brasil pagou toda a sua dívida com o FMI, que era uma das maiores do mundo devidas ao Fundo: na casa dos US\$ 15,6 bilhões de dólares.

De resto, o governo Lula não tem apoiado tanto assim a política externa americana de livre-comércio. O Brasil foi um dos chefes da rebelião em Cancún, em 2003, quando os países em desenvolvimento decidiram não negociar mais concessões aos países ricos da Organização Mundial de Comércio a menos que eles promettessem cortar os seus subsídios agrícolas (a delegação brasileira foi mais conciliatória na última reunião ministerial da OMC, em Hong-Kong). O Brasil tem também rejeitado solenemente, junto com a Argentina e a Venezuela, a proposta de Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), ao cabo de dez anos de negociações. A rejeição desse bloco praticamente selou o destino do tratado, condenando-o ao fracasso.

A independência da América Latina tem se espalhado também por outras instituições multilaterais. Chile e México, dois governos que o governo Bush conta entre os seus favoritos, mataram a proposta de resolução apresentada pelos Estados Unidos ao Conselho de Segurança da ONU no sentido de conferir legalidade à invasão do Iraque. Em maio passado, Washington falhou, pela primeira vez em quase sessenta anos, ao tentar eleger seu candidato a chefe da Organização dos Estados Americanos. Após duas tentativas fracassadas de Washington, o órgão elegeu Jose Miguel Insulza, que era apoiado por Brasil, Argentina e Venezuela. A OEA se reuniu em junho daquele ano e imediatamente rejeitou uma proposta americana de emenda aos Estatutos Democráticos Inter-americanos, que teria dado poder à organização para avaliar o funcionamento das instituições democráticas nos países membros — uma jogada que todos entenderam ser dirigida contra a Venezuela.

Washington em confronto com a Venezuela

Os círculos da política externa americana têm abordado de várias maneiras a nova independência da América Latina. Mas a causa principal da guinada eleitoral — o fracasso do crescimento sem precedentes a longo prazo na América Latina — quase nunca é mencionada, embora seja bem conhecida dos economistas. Em vez disso, eles reconhecem apenas que as reformas têm sido “decepcionantes” ou falharam na redução da pobreza; que esse levante do nacionalismo e especialmente do “populismo” é um fenômeno cíclico caracterizado por tais governos se afastando dos investimentos estrangeiros, se empenhando em crises de dívida e seguindo medidas econômicas geralmente equívocas. Nos últimos quatro anos, a recuperação econômica da Argentina foi tantas vezes dada como morta pela imprensa especializada em negócios que até parece um milagre o país ter sobrevivido.

A guinada da América Latina afastando-se dos Estados Unidos é vista como resultado da preocupação maior do governo Bush com o Oriente Médio, especialmente com a guerra no Iraque, o que faz com que Washington ignore este hemisfério. O governo americano é criticado pela “falta de atenção”, por ter cortado a ajuda externa, por ter alienado muitos latino-americanos, com a guerra do Iraque, por ter exigido imunidade para os americanos do Tribunal Penal Internacional, como condição para ajuda militar, pelo fracasso no progresso da reforma da imigração e por outros equívocos mais. A Venezuela é vista como competindo por influência regional, com base na sua renda advinda do petróleo; de acordo com esse ponto de vista, a hegemonia venezuelana e o seu crescimento econômico, bem como os seus programas sociais para os pobres, haverão de entrar em colapso quando o preço do petróleo cair.

O *establishment* da política externa também divide os líderes eleitos da esquerda em “amigos do mercado”, de um lado, e “populistas,” do outro, ou seja, a “esquerda certa” versus a “esquerda errada”, nas palavras de Jorge Castañeda na edição maio/junho de 2006 de *Foreign Affairs*. A “esquerda errada” é Chávez, Morales, e Kirchner — coincidentemente, os que cumpriram a maioria de suas promessas eleitorais; a “esquerda certa” é Lula, Michelle Bachelet, do Chile, e Tabaré Vázquez, do Uruguai.

É foi Chávez quem se tornou o principal inimigo de Washington, eclipsando até mesmo Cuba como o maior demônio a ser sobrepujado. Embora se reconheça que o governo Bush não soube lidar com a Venezuela, o governo Chávez é ainda retratado pelo espectro político majoritário, e especialmente pela impren-

sa, como “antidemocrático”, “autoritário” e uma ameaça regional. Parte de tudo isto é consequência do peculiar sistema eleitoral americano, que dá aos 900.000 cubano-americanos de um estado-chave como a Flórida uma influência desproporcional na corrida presidencial e na política externa hemisférica. Mas muito disso tudo se baseia simplesmente na ignorância e no pior tipo de jornalismo sobre política externa praticado nos Estados Unidos há décadas.

Na verdade, qualquer um que tenha visitado a Venezuela nos últimos anos pode constatar que ela permanece, apesar de sua extrema polarização política e do tumulto que assolou o país até recentemente, uma das sociedades mais abertas e democráticas das Américas. A vasta maioria da mídia, inclusive as maiores estações de televisão, são controladas pela oposição. É a mídia mais antigovernista em todo o hemisfério, e conduz campanhas políticas que não seriam permitidas na maioria das democracias ocidentais. Efetivamente, até os Estados Unidos, com certeza, trariam de volta a sua “Fairness Doctrine” [que se pode traduzir como uma Doutrina da Decência] se um de seus principais veículos de mídia se transformasse num ator político partidário, tal como faz a mídia de oposição venezuelana, inclusive ao participar ativamente de uma tentativa de golpe militar e outras tentações para derrubar o governo Chavez. O Estado venezuelano é tudo menos autoritário — na verdade, é mais um Estado anarquista, um Estado fraco que sofre todos os problemas que assolam o resto da América Latina, quando se trata de aplicar o domínio da lei. Eis porque as principais vítimas da repressão política na Venezuela não são os oposicionistas, nem mesmo os que tentaram derrubar o governo, mas sim os militantes chavistas que organizam a reforma agrária no campo e que têm sido assassinados pelos sicários armados dos latifundiários. O Estado não pode aplicar a lei, nem contra assassinos, nem mesmo para proteger seus próprios correligionários.

Nenhuma organização de direitos humanos com boa reputação alegaria que a Venezuela se deteriorou em termos de democracia, direitos humanos ou liberdades civis sob o governo Chávez. Nem que ela perde, na comparação, para o resto da região sob esses aspectos. Mas o governo Bush forjou uma imagem de governo antidemocrático para a Venezuela e consegue vendê-la para a mídia.

O governo Bush também tentou isolar a Venezuela, mas até aqui só conseguiu se isolar ainda mais, no contexto da América Latina. Recentemente, a guerra de palavras entre Venezuela e os Estados Unidos se tornou mais aquecida; em março último, o secretário da Defesa Rumsfeld comparou Chávez a Hitler.

Chávez respondeu comparando o presidente Bush a Hitler e sintonizando sua retórica no mesmo grau de animosidade. Isto provavelmente vai continuar. A retórica anti-Bush e antiimperialista de Chávez só faz sucesso, tanto dentro de casa como em quase toda a região. Como Larry Birns, do Conselho de Assuntos Hemisféricos, notou numa recente audiência no Congresso [em aparente alusão e analogia com o personagem “The mayor of Castro Street” — no original literário, um ativista homossexual de San Francisco], Chávez tornou-se “the mayor of the Latin American street”, ou seja, o “prefeito da rua” América Latina. Que Chávez tenha aumentado a sua popularidade com esse tipo de postura agressiva diz muito de como a política externa dos Estados Unidos é percebida na região. E Chávez nada tem a perder: o governo Bush tem feito tudo que pode para minar e derrubar seu governo e vai continuar fazendo independentemente de qualquer coisa que Chavez faça ou diga.

É fácil entender, se examinarmos as recentes evidências históricas. Primeiro, o governo Bush não só apoiou publicamente o golpe militar de abril de 2002 contra Chávez, mas também se envolveu de fato na tentativa de tornar o golpe bem-sucedido. Isso pode ser visto nos documentos da CIA de março e abril de 2002, que mostram, antes de mais nada, que o governo Bush tinha conhecimento antecipado do golpe. Quando ocorreu, porta-vozes tanto da Casa Branca como do Departamento de Estado negaram de público que tivesse ocorrido, alegando falsamente que Chávez renunciara e, antes de abdicar, demitira convenientemente o vice-presidente e o gabinete — assim, o chefe da Câmara de Comércio venezuelana poderia assumir o poder e proceder à dissolução do Congresso, da Suprema Corte e da Constituição. O fato de que autoridades governamentais dos Estados Unidos tivessem conhecimento prévio do golpe e ainda assim mentissem de público sobre o que estava acontecendo, a fim de ajudar o golpe a ter êxito, é uma forma significativa de um envolvimento que passou quase sempre despercebido por aqui. Outras provas circunstanciais vêm do Escritório do Inspetor Geral, no Departamento de Estado, que descobriu que “o NED [National Endowment for Democracy], o Departamento da Defesa, e outros programas americanos de assistência forneceram treinamento, estrutura institucional e outros suportes a indivíduos e organizações, ao que se sabe, ativamente envolvidos numa célere deposição do governo Chávez.” Vêm também de Jorge Castañeda, que declarou: “houve uma proposta feita pelos Estados Unidos e pela Espanha de divulgar uma declaração em conjunto com México, Brasil, Argentina e França, reconhecendo o governo do [líder golpista] Pedro Carmona.” Mas

a prova documental, combinada com as próprias declarações de autoridades, não deixa dúvida sobre o envolvimento do governo americano.

Tudo isso tem sido ignorado quase por completo pelos principais veículos da grande mídia; quando mencionado, é na forma de uma acusação — não das mais verossímeis — feita por Chávez, de que os Estados Unidos estavam envolvidos no golpe. De resto, Washington não admitiu erro algum nem mudou de tom após apoiar o golpe. Ao invés disso acelerou o financiamento a grupos anti-Chávez, apoiando também tacitamente a devastadora greve do setor petrolífero patrocinada pela oposição em 2002-2003, a qual, ironicamente, pela primeira vez cortou o fornecimento de petróleo para os Estados Unidos e aumentou o preço da gasolina norte-americana. Isto demonstrou mais uma vez quão empenhados estavam os Estados Unidos em “mudar o regime” na Venezuela, por qualquer meio necessário. Esse compromisso prosseguiu com verbas para os esforços de recontagem dos votos em 2004, que Chávez ganhou esmagadoramente. Àquela altura, vários governos da América Latina e da Europa, que haviam ficado em cima do muro, disseram ao Departamento de Estado que desistisse: aquele era um governo legítimo e democrático, deviam aprender a aceitá-lo. Mas eles não aceitaram.

O governo Bush atacou mais, com uma série de sanções econômicas contra a Venezuela (por exemplo, através das instituições multilaterais de empréstimos) que, como os preços do petróleo continuaram a subir, não tiveram impacto algum sobre a Venezuela, exceto inflamar ainda mais as paixões. Em dezembro passado, a oposição venezuelana boicotou a eleição nacional, apesar das declarações de observadores da Organização dos Estados Americanos e da União Européia, de que as demandas da oposição haviam sido atendidas e ela contava participar. Mais uma vez, Washington forneceu um apoio tácito que, acima de qualquer outra ação recente — transcendendo as sanções econômicas, o bloqueio de vendas de aviões militares e navios-patrolha do Brasil e da Espanha, mais uma série de outras provocações —, mostra a firmeza e o engajamento do governo Bush, junto com seus aliados na oposição venezuelana, numa estratégia para desestabilizar e derrubar o governo venezuelano. A oposição poderia ter conquistado aproximadamente 30% das cadeiras na Assembléia Nacional, mas, com a benção de Washington, desistiu disso só para tentar mostrar que a Venezuela é um Estado monopartidário. E assim construiu uma realidade orwelliana com a ajuda da mídia, que hoje relata que “o Congresso [venezuelano] está completamente controlado pelo presidente Chávez.” Os leitores não são informados que

isso só acontece porque a oposição, deliberadamente e sem qualquer legítima razão — segundo os observadores da OEA e da UE — se recusou a participar de um processo eleitoral democrático e transparente.

Estes detalhes são importantes porque mostram como a mira de Washington permanece focada na estratégia e na tática do passado, e quão divorciados os nossos líderes estão da realidade hemisférica transformada. Efetivamente, se analisarmos o relatório da Comissão Church do Senado Americano, em 1975, sobre os esforços de desestabilização da CIA que levaram à derrubada do governo eleito no Chile em 1973, aquela leitura é incrivelmente parecida com a dos eventos de 2001-2003 na Venezuela. Basta mudar o nome Allende para Chávez, Chile para Venezuela, e USAID e CIA para National Endowment for Democracy, uma greve de caminhoneiros (no Chile) para uma greve de petroleiros (na Venezuela). Em ambos os casos, há controle oposicionista da mídia de modo a pôr a culpa no governo local por todo e qualquer problema econômico, até aqueles causados pela própria oposição; e há manipulação da imprensa internacional para que retrate um governo social, eleito democraticamente, como despótico e comunista.

Mas este é um mundo novo. Chávez permanece Chefe de Estado e sem que seu país tenha sacrificado liberdades civis ou direitos democráticos — apesar de tudo o que já sofreu. Isso também é parte da nova realidade. A democracia veio para ficar. O secretário geral Jose Miguel Insulza disse ao *Financial Times* no dia 22 de maio: “A América Latina não é um bebê. Quando a esquerda ou a direita ganha na Europa, ninguém se pronuncia sobre o destino do continente ou algo parecido. É preciso deixar que o processo político siga seu curso”. Está aí algo que Washington tem pouca probabilidade de fazer. Sua recusa em aceitar os resultados das eleições democráticas na Venezuela continuará durante um previsível futuro e poucos líderes latino-americanos, se é que algum deles, hão de querer ser vistos como apoiando o governo Bush nessa luta em andamento.

Muito recentemente, a mídia americana fez das disputas entre países latino-americanos um tema recorrente, difundindo a idéia de que as atuais brigas vão predominar sobre quaisquer ações dos Estados Unidos com referência à integração ou à independência econômica. Naturalmente, Chávez é descrito como quem exacerba tais divisões. Não há dúvida de que há verdadeiras disputas e conflitos de interesses: Argentina e Brasil precisam acordar com a Bolívia os termos e as condições para o gás natural que recebem da Bolívia. Argentina e Uruguai estão em litígio em torno de danos ambientais em potencial causados

por duas fábricas de papel situadas na margem uruguaia do Rio Uruguai; o governo de Vicente Fox no México tem estado em luta com Chávez desde que ele reagiu a um ataque de Fox, em novembro, chamando-o de “*perro de falda* [cão de estimação] do imperialismo.” O Peru retirou seu embaixador de Caracas, em protesto contra o endosso por Chávez a Ollanta Humala na atual eleição; o ganhador, o ex-presidente Alan Garcia, denunciou Chavez ao longo de toda uma campanha e também no próprio discurso de posse. Mas nenhum desses conflitos irá provavelmente atrapalhar a tendência geral rumo ao maior nacionalismo, à cooperação regional e à não dependência dos Estados Unidos. Depois que a Bolívia nacionalizou o seu setor de energia em 1º de maio, a mídia brasileira interveio querendo que Lula comesse uma briga com Morales em defesa da Petrobras, a gigantesca estatal energética brasileira que é o maior produtor do gás boliviano. A pressão sobre Lula tornou-se tão intensa que, a dada altura, ele se virou para a imprensa e disse: “eu não briguei com George W. Bush; por que vou brigar com Evo?” Efetivamente, uma briga com Evo Morales poderá ser muito desagregadora para a base política lulista, que vê em Morales um herói, um paladino dos direitos indígenas e dos pobres. No dia 4 de maio, Lula se encontrou com Morales, Kirchner e Chávez. Eles emitiram uma declaração reafirmando o direito soberano da Bolívia de nacionalizar os seus recursos energéticos. Provavelmente não atrapalhou em nada o fato de a Venezuela estar comprando navios-petroleiros do Brasil no valor de US\$ 3 bilhões de dólares, o que vai criar aproximadamente 10.000 empregos num ano de eleição (2006); nem o fato de a Venezuela estar emprestando US\$ 2,5 bilhões à Argentina.

Lula tem constantemente defendido Chávez e seu governo em público: “Um presidente que ganha eleições, aprova uma constituição e propõe um plebiscito sobre sua própria presidência; que faz um plebiscito e ganha de novo uma eleição — ninguém pode acusar tal país de não ter democracia,” disse Lula em setembro último, “na verdade pode-se dizer até que a Venezuela tem excesso de democracia.”

Kirchner fez o mesmo: em 21 de maio, enquanto as histórias sobre a desunião da América Latina estavam chegando ao auge na grande mídia em língua inglesa, Kirchner disse à imprensa: “Creio que Chávez está trabalhando com determinação para a integração da América Latina; seu trato com a Argentina tem sido admirável e solidário (...) os argentinos devem agradecer ao presidente Chávez, que tem feito coisas ótimas para este país.” Também disse que nada interromperá o processo da integração regional.

Michelle Bachelet, que é classificada entre os “bons esquerdistas” pelo léxico de Washington, se levantou em defesa tanto de Chávez como de Morales quando a imprensa internacional estava destilando veneno contra ambos, na Reunião de Cúpula entre União Européia, América Latina e Caribe, nos dias 11 a 13 de maio: “Eu não gostaria que voltássemos à era da Guerra Fria, quando a este ou àquele país era dada uma conotação demoníaca”, disse ela, “o que temos testemunhado nesses países (Bolívia e Venezuela) é que estão em busca de governos e líderes que trabalhem para erradicar a pobreza e eliminar a desigualdade”.

O fato de que todos esses líderes ofereceram não só apoio, mas em alguns casos elogios acima de qualquer suspeita, a Hugo Chávez, que chamou o presidente Bush de terrorista, assassino, burro, bêbado e um bocado de outras coisas, inclusive o seu favorito “Mr. Danger” [Senhor Perigo] — numa alusão a um nefando personagem americano de um célebre romance escrito em 1929 pelo venezuelano Romulo Gallegos — é outra indicação de quanto o hemisfério mudou. E tudo isso após mais de quatro anos de esforços do governo Bush para isolar Chávez, combinados com uma cobertura de mídia internacional avassaladoramente contrária, negativa e capciosa em relação à Venezuela.

No dia 26 de maio, o presidente Jacques Chirac, da França, apoiou com seu prestígio a nacionalização do petróleo e do gás na Bolívia, apesar do fato de a gigante energética francesa Total ser o terceiro maior produtor afetado por tal decisão. Ele elogiou Evo Morales como “um homem que devolveu a honra a um povo que a tinha perdido por séculos e séculos.”

Um colapso dos preços do petróleo alteraria a imediata equação política, mas reverter a tendência atual causaria um choque de tal magnitude que quase ninguém consegue antever no momento. A Venezuela tem sido bastante conservadora em sua política fiscal, orçando para o petróleo cerca de metade do preço materializado no ano passado e, ao mesmo tempo, aumentando enormemente a arrecadação de impostos. O país está desfrutando de um superávit orçamentário de quase US\$ 9 bilhões de superávit na balança comercial e tem mais de US\$ 30 bilhões em reservas em moeda estrangeira. Seu “Banco do Sul”, destinado a tal finalidade, não deve ir à falência tão cedo. Com toda certeza, não enquanto as tensões atuais — que possivelmente vão se deteriorar ainda mais — entre Washington e o Iran se somarem aos riscos já belicosamente inflamados por conta do fornecimento de petróleo vindo do Golfo Pérsico.

Há vários problemas econômicos em potencial para o futuro próximo. As taxas de juros continuam a subir nos Estados Unidos. A possibilidade do tipo de

desestabilização de fluxos de capital que deflagrou a crise do peso mexicano em 1995 — quando o Federal Reserve elevou as taxas de juros de 3% para 6% a partir de 1994 — é ainda real, embora seu perigo seja menor em comparação com as taxas cambiais fixas dos anos 1990. E o México, especialmente, com mais de 85% de suas exportações indo agora para os Estados Unidos, está vulnerável diante de uma provável baixa, aqui nos Estados Unidos, quando a bolha habitacional estourar. Também, como observei antes, uma forte queda no dólar prejudicaria os países mais dependentes de exportações para os Estados Unidos. Ainda assim, é improvável que até períodos de muita dureza façam com que a América Latina retorne à sua antiga submissão aos formadores de opinião americanos.

À medida que a integração econômica prosseguir, a influência de Washington continuará a esvaecer. Quando o governo colombiano seqüestrou da Venezuela Rodrigo Granda, o “ministro das Relações Exteriores” das guerrilhas FARC, em janeiro passado, Chávez ficou furioso e Washington contava com uma luta séria. Mas a Venezuela cortou o comércio com a Colômbia, e como a Venezuela é agora o segundo maior parceiro comercial da Colômbia, o impacto fez-se sentir de imediato sobre a economia colombiana. O presidente Álvaro Uribe, da Colômbia, voou a Caracas e os dois resolveram suas diferenças. Desde então têm mantido relações notavelmente boas desde então, como já tinham durante quase toda a administração Chávez, apesar de estarem em lados opostos do espectro político. Uribe é o aliado mais chegado a Washington na região, e fortemente dependente da ajuda americana.

Os governos de Argentina, Brasil e Venezuela estão discutindo uma proposta de gasoduto de 6.000 milhas, orçado em US\$ 20 bilhões. A Bolívia está também envolvida nas discussões, e outros países poderão ser incluídos. Se se materializar, esse tipo de integração energética vai promover também uma maior integração econômica e política na região.

Os exemplos bem-sucedidos de política econômica e social também logram se espalhar. Não podem ser indefinidamente ignorados o fenomenal índice de crescimento da Argentina, mais do dobro do da região, e o fornecimento de assistência social e maior acesso à educação na Venezuela. Ambos serão provavelmente replicados na Bolívia. No Brasil, um dos maiores e mais bem organizados movimentos sociais do mundo, o MST (Movimento dos Sem-Terra), está vendo com esperança a Bolívia embarcar no que promete ser o maior programa de reforma agrária em décadas.

Do norte, há poucos indícios de que Washington vá operar grandes transformações políticas num futuro previsível a fim de se acomodar à nova realidade na América Latina. Mesmo que os Democratas ganhem a Câmara dos Representantes em novembro, o democrata mais sênior e provável presidente da Comissão de Relações Internacionais da Câmara será Tom Lantos, que é tão linha-dura quanto o governo Bush nessas questões. A política americana, portanto, continuará com quase toda a certeza a reforçar e a contribuir para a tendência atual, inclusive para a perda da influência americana sobre a região.

Sem dúvida, haverá conflitos políticos, equívocos, contragolpes e eventos imprevisíveis, à medida que os países forem avante percorrendo caminhos mais independentes. Mas um ponto de inflexão foi alcançado e não haverá retorno. A tarefa mais difícil será encontrar novas medidas econômicas e estratégias de desenvolvimento específico por país, após mais de um quarto de século de governos que se recusavam a pensar nessas coisas e se submetiam a uma estreita gama de escolhas, na sua maioria malsucedidas. Nesta nova era, as opções econômicas se expandem depressa e as regras do jogo estão mudando de mês a mês. Entretanto, uma espessa neblina ideológica, a negar a possibilidade de até as mais modestas alternativas, ainda prevalece entre as instituições financeiras internacionais, os bancos centrais, a mídia e as instituições onde a maioria de economistas é treinada. Os governos que queiram fazer algo diferente, como Kirchner na Argentina, vão precisar de alguma visão, liderança e coragem para enfrentar muita oposição ideológica, além de variada oposição política. Mas até aqui eles estão se saindo muito bem.

YASH TANDON. Agradeço aos organizadores deste seminário o convite que me fizeram. Gostaria de fazer um pequeno comercial sobre o South Centre, do qual sou diretor-executivo. O South Centre foi criado em 1995, ao final dos trabalhos da Comissão Sul, que fora convocada pelo ex-presidente da Tanzânia, Julius Nyerere. Sua missão é única, pois é a única agência intergovernamental que reúne os países do Sul. Sua função principal é coordenar as políticas do Sul do planeta.

Muitas das idéias aqui expostas coincidem com as que eu apresentaria. Concorro praticamente com tudo o que foi dito aqui, e por isso mudarei um pouco minha apresentação.

DESENVOLVIMENTO: UMA PERSPECTIVA ALTERNATIVA * 28

Introdução

A opinião de que o atual sistema global de produção e comércio não está funcionando em benefício dos pobres do mundo em geral, e em especial para os países pobres na África, Ásia América Latina e Caribe, ganha terreno. Há, de fato, bastante evidência para apoiar esse ponto de vista. Algumas dessas evidências vêm resumidas no Anexo que acrescentamos aqui por constituir um eloqüente pano de fundo ao argumento aduzido, embora este último já estivesse totalmente desenvolvido, no texto principal.

A não-funcionalidade do sistema, em termos de metas humanas, induz a uma pergunta óbvia: qual seria a alternativa? Cresce aquela expectativa de que, se o sistema vai acabar, é preciso encontrar uma alternativa. Planejar o final de um sistema sem claras alternativas à vista é, na melhor hipótese, sonhar acordado, porque sistemas não entram simplesmente em colapso por si; e, na pior hipótese, algo irresponsável, pois isso seria então um convite à anarquia. O que, por sinal, induz uma outra pergunta: o que estamos querendo dizer com “alternativa”? Significa um rápido fim para o presente sistema e a sua substituição revolucionária através de um sistema radicalmente diverso? Ou significa reformar o sistema de modo que ele dê lugar gradativamente a um sistema “melhor”? Como sempre acontece na marcha da história, vemo-nos entre duas alternativas polares opostas: revolução ou reforma.

Num dos pólos está a ânsia, ainda presente apesar do fim da Guerra Fria e do comunismo, pelo fim do capitalismo como sistema global, na expectativa de que seu lugar seja ocupado por algo parecido com socialismo onde os meios de produção e de distribuição fossem propriedade do trabalhador. Contudo, desde o colapso da União Soviética e a adoção pela China de uma versão *sui generis* do capitalismo (“com características chinesas”), há poucos defensores ferrenhos do comunismo segundo o modelo proposto no Manifesto do Partido Comunista por Marx e Lênin. No outro pólo, está uma alternativa concebida em termos de reforma do atual sistema de capitalismo, de modo que ele se torne mais “enraizado”, mais “democrático”, mais igualitário na distribuição da riqueza e das oportu-

* Texto enviado pelo palestrante.

28 O autor é Diretor Executivo do South Centre. Esta versão, revisão de uma monografia anterior, valeu-se muito dos comentários feitos por muitos de seus colegas do Centro e outros amigos.

nidades, mais “sustentável” em termos de meio ambiente e biodiversidade, e com “tolerância zero” para com a corrupção — um sistema, em suma, cujos modelos mais próximos existentes vêm dos países escandinavos. Essa alternativa é popular, havendo muitos defensores da reforma, porque ela combina as virtudes, ou supostas virtudes, do capitalismo e da democracia, tais como o espírito da livre empresa e da inovação e a noção de responsabilidade governamental perante o povo, às do socialismo, tais como uma justa distribuição do produto do trabalho e das trocas de produtos do trabalho e um sistema de previdência social. Contudo, esse modelo “europeu” ou “social” está, no momento, sob pressão de dois lados. De um, ele é pressionado pelo modelo “anglo-saxão” de capitalismo. Os países europeus estão reduzindo o “custo social” do “sistema assistencial” a fim de que suas economias possam competir com as economias anglo-saxãs, mais pujantes. De outro lado, esse “modelo” está sob a pressão dos países do Sul, outrora colônias do Norte. Eles aduzem que não se vai muito longe desafiando direitos adquiridos e privilégios que o sistema colonial outorgou ao Norte, especialmente a sua adesão aos méritos da propriedade privada, a constante defesa (ao menos em nível governamental) do assimétrico sistema comercial, e a noção de livre-comércio. Se as pessoas comuns da África do Sul, por exemplo, forem privadas de seu direito a uma vida decente porque direitos de propriedade constitucionalmente garantidos tornam impossível àquelas pessoas o acesso à terra ou à água e a outros recursos naturais, de que lhes adiantará o princípio da sacrossanta propriedade privada?

A posição aqui assumida é intermediária. Fica entre os dois pólos acima descritos, “revolução” e “reforma”. Ela presume uma abordagem mais pragmática e prática à questão da definição de “alternativa”, oferecendo alguns elementos da “alternativa de desenvolvimento”, e também fica longe do conflito ideológico entre, por exemplo, “livre-comércio” e “protecionismo”, preferindo assumir uma postura mais pragmática, isto é, a de que “tudo é relativo”. Tudo depende de que país ou região se está falando — quais são os custos históricos, geográficos e sociais para o desenvolvimento daquele lugar; quais são os seus valores culturais e sociais; que lugar ele ocupa na divisão mundial do trabalho; e em que etapa de desenvolvimento se encontra. “Livre-comércio” e “protecionismo” são conceitos ideológicos. Se um país quer proteger a sua agricultura e indústria, depende de que etapa do desenvolvimento ele está, e de estar pronto para entrar no sistema global da competição. Se a Europa continental (excluindo Inglaterra), os Estados Unidos e o Japão e, mais tarde, Taiwan e Coréia se desenvolveram em consequência da proteção de suas indústrias contra a competição daqueles que se industrializaram antes deles, e se

estimularam a intervenção estatal na economia para facilitar o processo de industrialização, então a mesma receita é ainda válida — é o que queremos aduzir aqui — em favor da industrialização tardia dos países do Sul. Esta não é uma questão ideológica nem acadêmica. É uma questão de bom senso.

Esse “curso mediano” também questiona algumas das premissas por trás do discurso dominante sobre o “desenvolvimento”, tal como advogado pelos economistas neoclássicos ou neoliberais da corrente principal, e a sua expressão institucional na doutrina oficial do chamado “consenso de Washington” e da “coerência política”, abraçada, entre outros, pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional e pela Organização Mundial do Comércio. Também centralizamos a noção de “poder” dentro do discurso sobre desenvolvimento. Quem quer que abstraia o desenvolvimento da realidade do poder está simplesmente devaneando. Tendo por pano de fundo uma forte crítica ao sistema atual, oferecemos aqui uma perspectiva alternativa para o desenvolvimento que contém dez pontos principais.

A economia política do desenvolvimento

Desenvolvimento é um fenômeno complexo, incapaz de ser reduzido à economia. O “economicismo” é uma forma de reducionismo que se tornou a ideologia dominante dos tempos contemporâneos. A economia, enquanto subconjunto de conceitos epistemológicos, é uma disciplina respeitável, mas ainda assim uma abstração. Ela é uma abstração, acima de tudo, da realidade do poder. O poder, ou a sua forma mais suave, a influência, é exercida em muitos níveis. Em nível nacional, é exercido por grupos de interesses tais como negócios, sindicatos, igrejas, organizações feministas etc. Alguns economistas especialistas em comércio internacional se referem a esses grupos, pejorativamente, como “de interesses especiais” ou lobistas. Contudo, só por serem “interesses especiais”, não são ilegítimos. Fazer lobby junto a governos em defesa dos interesses de um determinado grupo é um modo legítimo de exercer o poder democrático. Cabe aos governos a tarefa de equilibrar os interesses de vários grupos de interesse, para o estado e o bem comum. Naturalmente, eles não podem fazer isso de uma maneira equitativa porque governos não são neutros. Os que detêm poder estatal têm interesses próprios. Em todos os casos, em nível nacional a dinâmica da política dos grupos de interesse é complicada.

Em nível internacional, essa dinâmica é ainda mais complicada. Eis onde a política do poder global entra em cena. Os Estados Unidos são uma hegemonia global, em nossa época. Eles têm interesse em garantir que o sistema glo-

bal funcione de acordo com determinadas regras e disciplinas. Porém, os Estados Unidos têm também seus próprios interesses, frequentemente em conflito com os interesses de outros países. O governo dos Estados Unidos não tem a vontade, nem um mandado nacional, nem a disposição para contornar seus próprios interesses nacionais. Pela mesma razão, o resto do mundo não pode, sem uma postura crítica, aceitar a liderança americana, a ideologia do livre-comércio e o seu método ou definição para alcançar a “democracia”. O que se aplica aos Estados Unidos aplica-se, em geral, a todos os demais atores no sistema global da política. As negociações entre indivíduos ou grupos de países e as alianças e contra-alianças, quer em questões de paz e segurança, quer em questões relativas ao comércio, são o trivial de todo o discurso internacional.

O discurso ideológico é parte da luta entre países. Diferenças nacionais são frequentemente camufladas por idéias e teorias que reivindicam uma validade universal. Remova-se a camuflagem e os interesses nacionais aflorarão à superfície. Mas idéias precisam ser combatidas com idéias baseadas na lógica ou na evidência empírica. E é no domínio das idéias que este texto se concentra. O argumento aqui desenvolvido é o de que existem diferenças *fundamentais* entre os fundamentos e as premissas teóricas dos neoclássicos formuladores do mercado livre, de um lado, e as dos teóricos em prol do desenvolvimento em si mesmo, do outro lado. Os teóricos do mercado livre (neoclássicos ou neoliberais) argumentam (mesmo não sendo sempre explícitos sobre isso) que não existe a tal “economia do desenvolvimento”. Que o desenvolvimento é um aspecto da disciplina mais ampla, denominada simplesmente “economia”. É um argumento que corresponde à visão oficial dos Estados Unidos.²⁹ Este texto contrargumenta que existe uma alternativa efetiva para tal ponto de vista, e essa alternativa chama-se economia política do desenvolvimento.

O paradigmático conflito entre as teorias do desenvolvimento

O epítome do conflito paradigmático entre as teorias sobre desenvolvimento de nossa época reside na duplicidade de conchaves anuais. Um deles é o Fórum Econômico Mundial (FEM), que tem lugar sobretudo em Davos, nas montanhas da Suíça. O outro é o Fórum Social Mundial (FSM), de movimen-

²⁹ Em uma das assembleias do Asian Development Bank, o representante dos Estados Unidos declarou que “os Estados Unidos rejeitam inteiramente a idéia de que exista tal coisa denominada economia do desenvolvimento.” Citado in John Toye, *Dilemmas of Development*, 2ª edição, Oxford: Blackwell, 1993, p. 94.

tos populares e organizações não-governamentais. Este último teve início em 1999, em Porto Alegre, e é hoje realizado em muitos centros mundiais.³⁰ Enquanto o FEM examina os problemas segundo a perspectiva dos que ocupam as cidadelas do poder e do privilégio, o FSM faz isso na perspectiva dos povos mundiais marginalizados e alienados do poder, oferecendo *alternativas* ao discurso dominante sobre a natureza e a sociedade.

O contraste entre o FEM e o FSM é feito aqui a fim de sublinhar o fato de que um abismo inteiro os separa. Embora haja diferenças de opiniões dentro de cada “campo”, esse abismo é tão mais largo quanto profundo. Há ali, em certo sentido, uma bipolaridade de percepções. O valor pedagógico de se chamar atenção para perspectivas polarizadas em torno de qualquer matéria de perquirição científica é que assim se acentua o debate sobre os fundamentos. Ao invés de se examinar o ofuscado continuum intermediário, o foco passa a recair, acen-tuadamente, sobre os dois extremos polares das perspectivas. Thomas Kuhn ensinou-nos, há meio século, que um paradigma dominante regula o mundo científico até que ele seja desafiado por um paradigma inteiramente novo, o qual tira suas observações e conclusões de um conjunto fundamentalmente novo de premissas sobre o mundo.³¹ Até então, os principais teóricos e praticantes se envolvem meramente na “resolução de problemas” ou na solução de “quebra-cabeças” no seio do velho paradigma. Até que um novo paradigma assevere sua hegemonia em instituições de ensino e produção de conhecimento, os teóricos do velho paradigma travam uma batalha de vida ou morte, para se fixarem no seu paradigma. Velhos paradigmas, advertia-nos Kuhn, permanecem resistentes por causa dos interesses investidos nas estruturas produtoras de conhecimento (universidades e publicações acadêmicas) e outros interesses poderosos. Pode-se acrescentar que, se tratando de teoria econômica e social, as estruturas do poder existente usam o paradigma epistemológico dominante (a ideologia do livre mercado) para legitimar seu poder e seus interesses. Em re-vidé, elas protegem as instituições (universidades, Banco Mundial, etc.) que produzem e reproduzem o conhecimento dentro de um já existente nexo paradigmático “solucionador de problemas”.

30 O próximo FSM terá lugar em Nairobi, Quênia, no início de 2007.

31 Thomas S. Kuhn, *Structure of Scientific Revolutions*, University of Chicago Press, 1962. 1970.

Em nossa época está ocorrendo algo como um confronto paradigmático no discurso científico sobre a questão do “desenvolvimento”. O foco da preocupação reside na questão do que é que traz crescimento econômico e desenvolvimento social, especialmente para as comunidades empobrecidas dos países do Sul, até poucas décadas atrás colônias do Norte sob vários disfarces. O discurso entre os dois campos é mais ou menos polarizado. Para sermos breves, identificaremos neste texto os “teóricos do livre-comércio” como *aqueles que consideram o livre mercado o melhor regime para o comércio e o desenvolvimento*, e os “teóricos do desenvolvimento” — como *os que subordinam o comércio às demandas do desenvolvimento*. Essa perspectiva polarizada sobre o crescimento e o desenvolvimento adquire um significado especial quando um ponto de vista particular se torna institucionalizado e opinião “oficial”. E esse ponto de vista “do establishment” — conhecido também como o Consenso de Washington — tem sido freqüente e repetidamente desafiado nos últimos 20 anos, por acadêmicos e praticantes.³² Mas a ortodoxia permaneceu resistente. É como Kuhn nos advertiu. Ortodoxias prevalentes não cedem facilmente. É essa ortodoxia do establishment que informa as instituições de governança global, especialmente o FMI, o Banco Mundial, a OMC e, desde meados dos anos 1980, várias das grandes agências especializadas da ONU, como o PNUD e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD).

Uma advertência é necessária, porém. Os teóricos do livre mercado poderão argumentar que também são desenvolvimentistas, e que essa é, de resto, uma falsa distinção. Eles aduzirão que o objetivo do desenvolvimento é mais bem servido quando se soltam as rédeas (pelo menos até o máximo possível) das forças mercadológicas e quando se criam condições pelas quais cada país se engaja no comércio internacional à base de sua vantagem comparativa. Essa posição será explorada adiante. É, contudo, argüido aqui que, seja qual for o mérito existente na alegação de que o mercado livre cria condições adequadas para o desenvolvimento, ela desposa um conjunto de crenças cujos efeitos práticos, na vida real, levam à negação, e não à propagação do desenvolvimento.

32 Os principais elementos do Consenso de Washington são: disciplina fiscal; reorientação dos gastos públicos; reforma fiscal; liberalização financeira; taxas cambiais unificadas e competitivas; liberalização do comércio; abertura aos DFIs; privatização; desregulamentação; e direitos de propriedade assegurados. Há hoje muitas críticas feitas ao Consenso de Washington, mas ver, por exemplo, PNUD, *Making Global Trade Work for People*, Earthscan Publications, 2003.

Economia neoclássica versus economia do desenvolvimento ou política econômica do desenvolvimento

Na época atual, a oposição aos teóricos neoclássicos divide-se genericamente em duas categorias, que podem ser descritas como “escolas” de pensamento. A escola derivada da principal corrente econômica argumenta que a economia do desenvolvimento é um subconjunto da economia aplicável às condições *sui generis* do subdesenvolvimento dos países do Sul. Gunnar Myrdal e Dudley Seers, por exemplo, foram os primeiros proponentes dessa teoria. Eles argumentavam que as economias dos “países em desenvolvimento” deviam ser entendidas em termos de suas próprias realidades específicas, as quais são diferentes daquelas das economias desenvolvidas. Filhote dessa escola foi a chamada “teoria centro-periferia”, no final da década de 1960 e início da de 1970, mais tarde ramificada no estruturalismo da América Latina.³³ Na década de 1990 e nos últimos anos, esse ponto de vista evoluiu para o que muitos de seus proponentes descrevem como a “Nova economia do desenvolvimento”,³⁴ cujo recente filhote é a emergência de um novo e radical rumo para o modo como a história do pensamento econômico é interpretada. Importante e inovador, nessa escola, é o historiador econômico Erik Reinert, que explorou mais de 500 anos de teoria econômica para mostrar as numerosas falácias da lógica e da história incorporadas ao atual pensamento neoclássico.³⁵

A segunda escola deriva essencialmente a inspiração da economia política marxista e do ensaio de Lênin sobre o imperialismo. A globalização (com suas concomitantes desregulamentação, privatização, liberalização do livre-comércio, flexibilidades salariais etc.), aduzem eles, não é um fenômeno “natural”, como a gravidade — e como é freqüentemente retratada. Trata-se, sim, de uma *política* conscientemente vislumbrada (iniciada por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, no Reino Unido e nos Estados Unidos, respectivamente), destinada basicamente a resgatar as multinacionais ocidentais da crise de declínio de lucros e a recobrar o controle

33 Ver Norman Girvan, “The Search for Policy Autonomy in the South: Universalism, Social Learning and the Role of Regionalism”, UNRISD, outubro de 2005.

34 Ver Jomo K.S. & Ben Fine (eds.), *The New Development Economics After the Washington Consensus*, Tulika Books, Índia, 2006, e Zed Books, Londres, 2006.

35 Ver Erik S. Reinert, “Globalization in the Periphery as a Morgenthau Plan: the Underdevelopment of Mongolia in the 1990s”, in Erik S. Reinert (ed.), *Globalization, Economical Development and Inequality: An Alternative Perspective*, Edward Elgar, 2004. “In Mongolia 50 years of industry building was virtually annihilated over a period of only four years, from 1991 to 1995.” (p. 158)

sobre os recursos e mercados do Sul, que elas haviam parcialmente perdido durante o período da Guerra Fria. Conforme aplicado aos países do Sul, esse ponto de vista aduz que o Sul está sujeito a um sistema de dominação pelo Norte, pelos países que se industrializaram primeiro e que usaram então o seu poder para conquistar o resto do mundo. Eles usavam armas (ou seja, a força), nos primeiros anos de conquista. Hoje, usam outros meios para perpetuar seu domínio, especialmente a exportação de capital, as instituições de governança e uma ideologia de auto-serviço em causa própria, a do livre-comércio. O principal objetivo dos países do Norte é a acumulação em escala mundial.³⁶ O principal objetivo dos países do Sul é a autodeterminação nacional. A libertação política do Sul, aduzem, é apenas libertação parcial. A libertação plena só virá quando houverem alcançado o controle completo de seus recursos naturais (inclusive a terra, os minérios, o petróleo etc.), o controle sobre os processos de produção (inclusive a tecnologia) e o controle sobre as condições de negociações no sistema global de comércio, livres dos imperativos da ajuda e da dependência.

Existe uma terceira “escola” econômica — na verdade, afilhada da corrente principal. Trata-se da ressurreição, nos últimos anos, da economia keynesiana ou neo-keynesiana, freqüentemente inspirada também nas obras iniciais de Karl Polanyi. O neo-keynesianismo brotou como uma reação, em grande parte, à ideologia do mercado livre. Um de seus axiomas básicos é o de que os fracassos do mercado são endêmicos no sistema capitalista de produção e comércio. Estes devem ser abordados e corrigidos através de uma intervenção estatal ativa. Isso é válido tanto para países desenvolvidos como para países em desenvolvimento, mas sua aplicação nestes últimos é mais urgente e crítica.

Eis, despidos de nuances e qualificações, os largos contornos do debate. As escolas de centro-periferia e a marxista ou neo-marxista (além da mais recente tendência neo-keynesiana) têm diferentes linhagens, mas freqüentemente, em suas críticas aos teóricos neoclássicos, elas convergem entre si. Muitos economistas políticos, por exemplo Samir Amin, inspiram-se tanto na teoria marxista como na do centro-periferia. Durante a década de 1960 e até meados da de 1980, essas teorias brotaram como cogumelos nas instituições pesquisadoras e educacionais do Sul, um período de criatividade que já não tem muitos parale-

³⁶ Este é o título do estudo em dois volumes de Samir Amin, *Accumulation on a World Scale*, Monthly Review Press, 1974.

los hoje em dia. De especial relevância para este texto é o florescimento institucional desse pensamento — com a criação da UNCTAD, cujo nascimento é creditado a Raul Prebisch.³⁷ A UNCTAD compôs uma agenda *sui generis* referente às áreas do Sul que carecem de pesquisas especiais e espaço político, e à demanda por uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

Ambas as escolas (referimo-nos à do centro-periferia e ao marxismo) concordam que o que estamos testemunhando no atual período (desde meados da década de 1980) é a “contra-revolução” na teoria do desenvolvimento. A OMC é um produto dessa contra-revolução. A contra-revolução diminuiu a UNCTAD e a agenda do Sul. Também matou a NOEI.

A história do debate contra os teóricos neoclássicos é, contudo, incompleta se não nos referimos a uma ou duas outras tendências. Uma é a chamada “economia do welfare”, que emergiu das abstrações da “economia pura” e voltou sua atenção para a dimensão previdenciária do desenvolvimento humano. A. K. Sen, ganhador do Prêmio Nobel, é o melhor, mas não necessariamente o último representante dessa escola. Juntamente com Mehboob ul Haq, Sen inspirou a redação dos Relatórios Anuais sobre o Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma das poucas aplicações tangíveis do conceito econômico de ‘welfare state’ a examinar a dura realidade por uma óptica, digamos, realista. O valor desse exercício escapa frequentemente aos teóricos do livre mercado, para quem a economia e a teoria das vantagens comparativas têm uma existência independente que transcende o bem-estar humano e o desenvolvimento quando visto terra-a-terra.

A segunda tendência tira a sua motivação do gênero feminino, ou, mais precisamente, do movimento feminista. A sua variante mais radical ataca toda a ontologia da dominação masculina e suas bases epistemológicas e filosóficas.³⁸ Há espec-

37 Nos anos 1980s e 1990s, os economistas neoclássicos tentaram desacreditar Prebisch. Este foi também um modo indireto de redirecionar o foco da UNCTAD para as estratégias voltadas para as exportações e para a importação de capital. Esses críticos tentaram primeiramente simplificar o argumento dele em termos da estratégia de industrialização chamada “substituição das importações”, e então aduziram que isso não tinha dado certo. Os críticos neoclássicos não só não entendiam direito os argumentos de Prebisch como, pior, não entendiam (e não entendem) a estratégia adequada para industrialização dos países em desenvolvimento. Prebisch acaba mostrando, afinal de contas, estar mais certo que eles.

38 Ver, por exemplo, Juliet Mitchell, *Women's Estate*, Penguin, 1971; e Vandana Shiva, *Staying Alive: Women Ecology and Development*, 1988.

tos da ontologia feminista que enfatizam as características de carinho, atenção, cooperação e sensibilidade de sua economia *sui generis*, em oposição ao pensamento econômico de dominação masculina. As variantes mais conservadoras da economia sexista tendem a se engajar menos nas questões metafísicas da epistemologia e focar mais a atenção no fato de que, sob a globalização do livre-comércio, as mulheres tendem a sofrer mais do que os homens. O valor de seu trabalho doméstico não é levado em conta, e elas precisam assumir funções múltiplas, como esposas e mães, mesmo quando empregadas como trabalhadoras industriais e agrícolas.

Uma terceira tendência é o envolvimento, cada vez maior, da sociedade civil nos problemas do desenvolvimento e da pobreza. A realidade da pobreza tem captado a imaginação de muitas organizações não-governamentais, como Oxfam e Christian Aid, instituições religiosas, como o Conselho Mundial das Igrejas, e movimentos populares, como o Fórum Social Mundial. Seus trabalhos de campo chamaram atenção para as condições horríveis nas quais os pobres vivem nos países do Sul e para o fracasso das teorias neoclássicas ou neoliberais sobre o livre-comércio.

Concepções de desenvolvimento lutam entre si

1) Livre-comércio e desenvolvimento talvez se movimentem em pistas opostas

A maioria dos teóricos do desenvolvimento aduziria que a liberalização do comércio não resulta necessariamente em desenvolvimento. *De fato, ambas se movem em pistas paralelas — ora na mesma direção, ora em direções opostas.* Se alguns países alcançaram o desenvolvimento em sintonia com a liberalização de suas economias, então precisamos examinar os elementos que havia em ambas as pistas para que andassem juntas. Há também exemplos de países que liberalizaram suas economias na pista do mercado livre enquanto a sua pista de desenvolvimento ia para o outro lado, o lado oposto. Desenvolvimento, afinal, é um processo complexo, que não pode ser banalizado e introduzido numa simples caixa batizada de “livre-comércio”.

2) Questão de independência política

Enquanto os teóricos do livre mercado partem de uma posição *ideológica* (o livre-comércio é bom para todo o mundo), os teóricos do desenvolvimento partem de uma posição *pragmática* — *tudo depende...* Depende de muitas coisas — entre as quais as mais importantes são a geografia e a história do país e da região, o grau de desenvolvimento do país, seu lugar na divisão global do trabalho, sua história social e cultural e suas normas éticas, seu sistema de governança política interna e institucional.

Sejam quais forem as suas diferenças, os teóricos do desenvolvimento, em geral, concordam que os valores do desenvolvimento são aqueles definidos pela sociedade dentro do país ou região, e não certos valores impostos de fora à sociedade. *Desenvolvimento é uma auto-descrição*. A rigor, estes são índices que podem ser usados como medidas objetivas de determinados aspectos do desenvolvimento (como aqueles contidos nos relatórios anuais do PNUD sobre o Desenvolvimento Humano). Ainda assim, há muitos aspectos do desenvolvimento que ficam primariamente fora da alçada de estranhos, para serem definidos. Um país islâmico talvez ache arrogantes e inúteis as tentativas de teóricos não-islâmicos de definir cada aspecto do seu desenvolvimento. Os aspectos culturais e espirituais (para os teóricos do mercado e do livre-comércio, um anátema ou, na melhor hipótese, um território desconhecido) são parte e parcela da trajetória do desenvolvimento de um país.

Para os teóricos do livre mercado, há determinadas “estratégias” de “crescimento” bem definidas, que podem ser aprendidas nas universidades ocidentais (com réplicas em algumas universidades do Sul) e aplicadas a todos os países e em todas as situações. Para os teóricos do desenvolvimento, essas estratégias, embora possam conter algumas idéias úteis, não podem tomar o lugar da *independência política* dos países em apreço. O significado de “espaço político”, até recentemente reservado apenas para Estados Unidos, Europa e Japão, é um ingrediente essencial, no léxico dos teóricos do desenvolvimento, para *todos os* países, não importa seu tamanho. Assim, por exemplo, para os teóricos do livre mercado, os países em desenvolvimento, e mais especialmente os menos desenvolvidos entre eles (o chamado Grupo dos Países Menos Desenvolvidos, ou LDC – Least Developed Countries), são apenas “tomadores” das medidas pré-definidas para eles pelos “grandes atores” ou “experts” do FMI e do Banco Mundial. Eles tanto podem ser induzidos a aceitar os acordos, por exemplo, da Rodada de Doha como podem ser eventualmente alcançados pelos grandes atores através da “ajuda comercial” e de puxões de orelhas. Ou podem ser deixados de fora de todo o processo, se se tornarem obstrucionistas. Para os teóricos desenvolvimentistas, por contraste, cada país tem o direito de traçar a sua própria política. Mesmo os LDCs são “fazedores” e não “tomadores” de políticas definidas por estranhos. É parte essencial do seu sistema de valores que os pequenos países, tal como os grandes países, precisam de espaço político, sejam quais forem as restrições que enfrentam na sua aplicação prática.

3) Nexo comércio-desenvolvimento

Uma terceira diferença importante reside na relação entre comércio e desenvolvimento. Para os teóricos do mercado livre, o livre-comércio está no cerne do discurso: o desenvolvimento é seu “inevitável” subproduto presumido, se todos jogarem segundo as regras do livre-comércio. Já para os teóricos do desenvolvimento, o desenvolvimento, quando definido em linhas gerais em termos tanto políticos como econômicos, é o foco central. saber *se o livre-comércio ajuda ou obstrui o desenvolvimento é uma questão em aberto*. Ninguém pode ter certeza sobre onde é que o processo de livre-comércio terminará. A história recente é testemunha do *caráter caprichoso da liberalização do livre-comércio*, em seus efeitos sobre o desenvolvimento de muitos países. Por exemplo, na década de 1980 e início da de 1990, a Tailândia era descrita pelos economistas defensores do livre mercado como um modelo exemplar das suas medidas recomendadas. Contudo, a rápida liberalização financeira na década de 1990 (uma estratégia, na época, favorecida pelo FMI) criou uma bolha econômica que acabou afundando na crise de agosto de 1997, quando essa bolha estourou. O produto nacional bruto (PNB) do país contraiu-se em 1,4%, em 1997, e, maciçamente, em 10,5% em 1998, causando a partir daí uma grande reviravolta na propriedade e na estrutura da infra-estrutura financeira tailandesa.³⁹ Noutro exemplo análogo, durante as décadas de 1980 e 1990, a Argentina era tida como um modelo por muitos especialistas do mercado livre e pelos economistas da liberalização do comércio exterior. Quando a Argentina mergulhou em sua pior crise histórica, em 1999, ela foi a princípio ignorada pelos especialistas do FMI e pelas lideranças mundiais como um constrangimento.⁴⁰ Mais tarde, aqueles ‘entendidos’ surgiram com “explicações” *a posteriori* para a crise, que se contradiziam entre si e nada continham de útil para sugerir às pessoas e ao governo argentino — que, agora, tinham mais é que enfrentar as conseqüências.

³⁹ The Economist Intelligence Unit, 14 de abril de 2004, Country Profile: Thailand.

⁴⁰ A Conferência de Monterrey sobre “Finanças para o Desenvolvimento”, realizada imediatamente após a débacle argentina, fez vista grossa para toda a constrangedora tragédia. A Argentina deveria ter fornecido então uma lição para se repensar toda a estratégia financeira do desenvolvimento, mas a matéria ficou completamente esquecida pelos especialistas e políticos que lá se reuniram, na época. Para uma excelente análise da crise argentina, ver Jan Kregel, “Argentina from Crisis to Recovery: Growth versus Debt Repayment”, mimeografado em 2004. Kregel trabalha então na divisão DESA do Secretariado da ONU.

4) A doutrina da “coerência política” baseia-se em uma lógica falaciosa

Em linhas gerais, o argumento dos teóricos neoclássicos é passível de ser reduzido a três etapas consecutivas:

- primeiro, o desenvolvimento é reduzido à economia;
- segundo, a economia é reduzida à liberalização do mercado livre-comércio;
- e
- finalmente, a liberalização do comércio é reduzida aos imperativos da “vantagem comparativa”.

Todo o edifício teórico tradicional depende, pois, daquela busca mítica, elusiva e em constante transformação das vantagens comparativas. Quem conhece um pouco de história da economia sabe que quem entrou mais cedo no jogo da industrialização assegurou seus ganhos sobre os dos outros, mesmo quando não detinham desde o início as vantagens comparativas na produção ou na distribuição de um bem ou de um serviço em particular. Vantagem comparativa é um processo dinâmico guiado, no mínimo, pelos seguintes fatores:

- tecnologia (especialmente a tecnologia embutida nas ciências do conhecimento);
- descoberta, extração e uso de recursos naturais (especialmente na área de energia);
- relações entre capital e trabalho (que constantemente alteram a equação entre salários e lucros); e
- movimentação do capital financeiro (e a sua famosa volatilidade).

Esses quatro ingredientes principais da produção e do comércio produzem uma dinâmica tão poderosa e uma transformação tão constante da chamada “cadeia de valores” que tentar reduzi-los para que caibam na teoria das “vantagens comparativas”, mesmo a longo prazo (para não falar em curto prazo), é estender o reducionismo ao limite do absurdo.

O curioso é que esse reducionismo, em três etapas, dos economistas neoclássicos, adquiriu um domínio poderoso sobre as mentes em grande parte da burocracia nas principais agências inter-governamentais do sistema global, a saber, FMI, Banco Mundial, OMC e, agora, até mesmo o sistema da ONU, inclusive o PNUD, a UNCTAD e as organizações regionais. Isso talvez tenha a ver, em parte, com seu próprio processo de seleção e indução e, em parte, com o fato de

a teoria por eles abraçada (com um verniz “científico”) promover os interesses gerais das participações corporativas globais e dos países que foram justamente os primeiros a se industrializar, ou seja, Europa, Estados Unidos e Japão. A doutrina do Consenso de Washington é uma de suas criações na década de 1980. Portanto, quando essas instituições falam de “*coerência política*” entre, por exemplo, a OMC e a UNCTAD de um lado, e o FMI e o Banco Mundial de outro, tem-se uma ideologia formidável apoiada pelo poder e pela riqueza dos Estados Unidos, da União Européia, do Japão e das multinacionais em geral.

5) *Importância da evidência empírica*

Isso nos leva à quinta grande diferença entre os teóricos do livre mercado e os teóricos e adeptos práticos do desenvolvimentismo. Os primeiros têm tido permissão para fazer experiências com países em desenvolvimento e com as vidas e vivências de povos, com suas receitas tipo “tamanho único para todos”.⁴¹ São os líderes ideológicos do FMI, do Banco Mundial e da Secretaria da OMC, bem como dos países ocidentais doadores. Mas eles mal desviam seu olhar para a evidência empírica ou a análise rigorosa da realidade. Isso talvez soe, para eles, um pouco irônico, porque, diriam, sempre insistiram em exigir rigor analítico dos outros. A ironia está em que os teóricos do rigor do mercado livre, sob um escrutínio mais rigoroso, se revelam na verdade manipuladores de dados, com o fito de “validar” um conjunto de propostas *a priori* através de uma lógica circular. Qualquer coisa que não se enquadre realisticamente nessa moldura circular é sempre “explicada” em termos de “imperfeições do mercado”, de “aberrações políticas” ou de “inflexibilidades do trabalho”, termos que (para usar uma frase famosa de Karl Popper) não podem ser falsificados. Não se pode jamais ganhar um argumento num sistema de “lógica” em que qualquer desvio da teoria é explicado (ou melhor, des-explicado) como um defeito da própria realidade, e não como um defeito da própria teoria.

Uma proposição que é quase impossível falsificar é a fé quase messiânica dos teóricos do mercado livre de que a “libertação” virá “em longo prazo” quando

41 Os adeptos do humor mais sardônico podem, com certa justificativa, apelidar os economistas do livre-comércio de “Economistas Procustianos” para diferenciá-los dos Economistas do Desenvolvimento. Procusto, na mitologia grega, era um salteador sanguinário que obrigava suas vítimas a se deitarem sobre um sinistro leito de ferro, do qual nenhuma saía com vida: se elas fossem mais curtas que o leito, estirava-as com cordas e roldanas; se ultrapassassem as medidas, cortava a(s) perna(s) que sobrava(m).

um país tiver “finalmente” encontrado a sua “vantagem comparativa” no sistema global multilateral. Até lá, toda a dor e o sofrimento que um povo padecer “em curto prazo” serão simplesmente as “dores do ajuste” ou uma “dor colateral”. É inacreditável como muitos dos formadores de opinião nos países da África, Ásia e América Latina têm sido levados por essa fé cega. O México, por exemplo, até ontem pensava que a “vantagem comparativa” residia em fornecer bens acabados a seu enorme mercado no norte (os Estados Unidos). Surgiram centenas de ‘maquiladoras’ (montadoras sub-empregadas) nas décadas de 1980 e 1990, impulsionadas por investimentos diretos estrangeiros (FDIs), nas áreas da fronteira entre o México e os Estados Unidos. Hoje, as maquiladoras estão em declínio. O emprego caiu de um pique de 1,29 milhões, em 2000, para 1,06 milhões, no final de 2003.⁴² Essa súbita perda da “vantagem comparativa” pode ser, naturalmente, explicada *post facto*. E uma explicação, neste caso, por exemplo, é que a China, apesar de sua desvantajosa distância mas graças à estrutura de custos de seu sistema de produção, se tornou uma provedora de tais bens. A ilusória busca de “vantagens comparativas” em uma situação de produção (e portanto comércio) sempre dinâmica não parece desestimular jamais os liberalistas do livre-comércio a alimentarem a sua fé messiânica no mercado livre.

A Mongólia, para tomar outro exemplo, seria para eles um bom exemplo de conformidade com o pacote de acertos estruturais do FMI. O país possui um baixo déficit orçamentário, política aberta em relação aos investimentos estrangeiros (inclusive com um Centro de Serviços Multifuncional para os investidores estrangeiros), e todos os índices macroeconômicos “corretos”. A realidade “real”, porém, é outra. Desde 1991, quando se liberalizou, a Mongólia tem enfrentado maciça desindustrialização e desemprego.⁴³ Esse fato desconfortável, entre os teóricos do mercado livre, não passa de um processo de “ajuste” temporário que o país precisa atravessar aleatoriamente a fim de “redescobrir” onde reside “realmente” a sua vantagem comparativa. Num nível mais amplo, toda a experiência da África durante as décadas de 1980 e 1990 com as estratégias estruturais de ajustes dirigidos às exportações e à busca do mercado, impostas pelo FMI (cada vez mais em busca da “vantagem comparativa”), escaparam da receita *de rigueur* dos teóricos do livre-comércio.

42 Financial Times, 13 de dezembro de 2005: Reportagem especial sobre o México.

43 Ver Erik S. Reinert, “Globalization in the Periphery as a Morgenthau Plan: the Underdevelopment of Mongolia in the 1990s”, in Erik S. Reinert (ed.), *Globalization, Economic Development and Inequality: An Alternative Perspective*, Edward Elgar, 2004. “In Mongolia 50 years of industry building was virtually annihilated over a period of only four years, from 1991 to 1995.” (p. 158)

6) Equilíbrio e equalização do fator preço

Dois conceitos centrais, entre os economistas neoclássicos do mercado livre, são o equilíbrio e a equalização do fator preço em longo prazo sob as condições do livre-comércio. Muito se tem escrito para contestar tais conceitos.⁴⁴ Na melhor hipótese, eles são tendências. Na vida real, jamais se manifestam. A lei da vida real é o desequilíbrio e o modelo de apreçamento com fatores desiguais. Estes são os ingredientes essenciais do lucro, especialmente dos lucros com o monopólio.⁴⁵ *A lei da vida real é que, longe de criar a equalização do fator preço, maior abertura de mercado vai provavelmente acentuar as diferenças entre parceiros comerciais desiguais.* A competição internacional recompensa o baixo custo em detrimento dos produtores com altos custos. O comércio, entre eles, não produz automaticamente a equalização do fator preço. E as taxas cambiais reais não se transferem automaticamente para a balança comercial. Persistentes desequilíbrios se tornam a norma, pois refletem diferenças mutantes, porém duradouras, nos reais custos unitários da produção entre os países. Estes são fatos empíricos bem conhecidos. É sabido que a liberalização do comércio só é mutuamente benéfica entre países com níveis semelhantes de desenvolvimento, custos unitários semelhantes, medidas fiscais, comerciais e tarifárias semelhantes e estruturas sociais e institucionais semelhantes. Os teóricos do mercado livre preferem ignorar esses fatos porque não se adequam confortavelmente às suas teorias.⁴⁶ Segue-se que, no atual sistema de intercâmbio desigual, o aumento da integração global justifica a proteção das indústrias nos países em desenvolvimento. Os países precisam de tempo para desenvolver habilidades, adotar e adaptar novas tecnologias, realizar a redistribuição de recursos (especialmente terras, que frequentemente trazem enormes problemas sociais e políticos) e ajustes entre preços e salários, antes de poderem se abrir à competição internacional.

44 Um dos melhores textos sobre o tema, freqüente e lamentavelmente ignorado pelos meios acadêmicos, é, de Anwar M. Shaikh & E. Ahmet Tonah, *Measuring the Wealth of Países: Political Economy of National Accounts*, Cambridge Universidade Press, 1994.

45 Para maior discussão deste tema, ver Paul Krugman, *Rethinking International Trade*, Cambridge, MA, MIT Press, 1990.

46 Boa parte da modelagem matemática econômica segue a obra de John Forbes Nash, Prêmio Nobel de Economia em 1994 por seus trabalhos sobre a teoria do equilíbrio e dos jogos. A seu crédito, deve-se dizer no mínimo que, em seu discurso, ao aceitar o prêmio, ele reconheceu os limites da matemática e da lógica na vida real. Cruciais para que recuperasse a sanidade foram a esquizofrenia paranóide, o amor e a dedicação de sua esposa, e não a lógica matemática, admitiu ele. O filme "Uma Mente Brillhante", com Russel Crowe, ganhador de Oscar, apresenta um relato sedutor, embora algo controverso, da vida de John Forbes Nash.

7) Nexo comércio-produção

Isso nos traz à sétima grande diferença entre os teóricos do livre-comércio e os desenvolvimentistas: ela reside na relação entre produção (em especial a produção industrial), comércio e desenvolvimento. Para os adeptos do livre-comércio, o comércio é primário; todos os acertos devem ser feitos com medidas (fiscais, monetárias, cambiais e industriais) a fim de se conformarem aos ditames do livre-comércio. Para os teóricos do desenvolvimento, ao contrário, a produção é que é primária. Só se comercia após produzir algo comerciável. A produção vem em primeiro lugar. O comércio, naturalmente, é um aspecto importante das relações econômicas entre os países. Mas ele é, na escala das coisas, secundário à produção. O objetivo primário da produção é servir primeiro e sobretudo as necessidades essenciais e o emprego das populações *locais e regionais*. Tais objetivos primários do desenvolvimento se tornam, no entanto, reféns da busca da sempre mutante e ilusória vantagem comparativa, na estratégia de “produzir para exportar”.

Há, naturalmente, diferenças internas entre os teóricos do desenvolvimento quanto à questão de os setores de atividade econômica serem os mais dinâmicos para promover o desenvolvimento. Para muitos deles (inclusive para este autor), a indústria é a chave do desenvolvimento. Para tantos outros, é a agricultura. A agricultura, em geral, é essencialmente uma atividade de “retornos decrescentes”, ao passo que a indústria, em geral, é uma atividade de “retornos crescentes”. Naturalmente, estabilidade macroeconômica é importante, mas em que tipo de atividade um país coloca seus recursos é a mais crítica das variáveis no crescimento econômico.⁴⁷ Os teóricos do mercado livre talvez não discordem necessariamente dessa proposição. A diferença, contudo, é que para eles, teóricos do mercado livre, são as demandas do comércio global que determinam o tipo de atividade em que um país se deve engajar. Para os desenvolvimentistas, ao contrário, as necessidades internas vêm em primeiro lugar e é sobretudo o emprego da população que deve determinar como um país decide utilizar seus recursos naturais e humanos. O perigo na estratégia dos teóricos do mercado livre é o de que um país ou grupo de países pode ficar para sempre trancado em atividades de retornos decrescentes, se for ali que a sua “vantagem

⁴⁷ Um interessante estudo sobre a matéria é “Natural resources, industrialization and fluctuating standards of living in Peru, 1950-97: a case study of activity-specific economic growth,” de Santiago Roca e Luis Simabuko, in Erik S. Reinert, *ibid.*

comparativa” parecer estar. De fato, por causa da dinâmica da competição global, um país pode simplesmente perder a sua vantagem na indústria em face de um processo de desindustrialização (como tem acontecido em muitos países da África e América Latina) e recair na extração de recursos naturais para exportá-los como um meio de sobrevivência.

Há muitas outras diferenças entre os teóricos do mercado livre e os teóricos desenvolvimentistas que precisam ser mais bem exploradas e discutidas. Há áreas que carecem de cuidadosa análise e estudo, como a propriedade intelectual, o movimento de pessoas físicas (o chamado Modo 4, no jargão da OMC) e todo o debate em torno da globalização. Para os propósitos deste texto, contudo, fiquemos por aqui.⁴⁸

Uma perspectiva alternativa do desenvolvimento

O acima exposto contém provavelmente os elementos mais significativos para uma perspectiva alternativa do desenvolvimento, que podem ser assim resumidos:

1. O destino humano não é predeterminado. Ao contrário do que os teóricos do livre-comércio possam imaginar, os seres humanos são criativos. *O desenvolvimento é uma auto-descrição de quem busca o desenvolvimento.* Não se trata de algo imposto de fora sobre aquelas pessoas. Mais do que isso, o desenvolvimento não está confinado ao bem-estar econômico. Trata-se de um fenômeno complexo com profundas raízes na história, geografia, instituições de governança, cultura e sistemas de valor da sociedade, valores que não podem ser reduzidos à fria lógica da economia ou do comércio.⁴⁹

2. Segue-se, pois, que cada país tem o direito de determinar o seu próprio destino. A questão do *espaço político* não é uma matéria ideológica nem acadêmica. É questão de princípio de um problema prático. Se os Estados Unidos e a Europa não têm como montar uma agência externa só para captar o seu aparato formador de opinião, por que deveriam Uganda, Uruguai ou as Filipinas fazer isso? A rigor, estes são países pequenos e fracos, mas isso não é uma justificativa para que

48 Para um tratamento mais amplo do tema, ver PNUD, *Making Global Trade Work for People*, 2003.

49 Por exemplo, em dezembro de 1992, Lawrence Summers, então economista-chefe do Banco Mundial, redigiu um memorando interno que acabou vazando, no qual ele aduzia que, da perspectiva do comércio, a vantagem comparativa da África, que pode estar sub-poluída, residia em importar “indústrias sujas”. <http://www.contrapunch.org/summers.html>. Summers talvez estivesse “tecnicamente” certo; mas ele foi insensível à África, não demonstrou qualquer entendimento real, humano, compreensivo do desenvolvimento. O professor Summers era um dos dois economistas (o outro era o professor Jagdish Bhagwati) no painel de eminentes personalidades nomeadas pelo Secretário-Geral da UNCTAD em 2006 para ajudar a moldar seu futuro. Ambos são teóricos do livre-comércio.

neguem a seus povos o direito de definirem a política de seu país ou da região onde vivem. Eles não são simples “tomadores” de medidas feitas sob encomenda pelos outros, mas sim “fazedores” de suas próprias políticas. Pequenos países precisam ser ouvidos. Desenvolvimento também trata, entre outras coisas, da política de alianças e solidariedades, especialmente entre os mais fracos e vulneráveis.

3. Os países do Sul foram outrora colônias do Norte (Europa, Estados Unidos e Japão). Sua integração ao sistema de produção e comércio global foi ditada pelos interesses e pelo poder dos colonizadores. Esses países ganharam hoje a independência política. Mas suas economias ainda estão embutidas em uma assimetria estruturada, criada no passado. Com a Rodada Uruguai, a assimetria ficou estagnada. Os países do Sul vêm lutando desde 1994 contra essa estrutura embutida. Alguns grandes países, como China, Índia e Brasil, conseguiram assegurar uma certa influência sobre a OMC, mas nem eles são grandes o suficiente para desafiar o poderio combinado de Estados Unidos, Europa e Japão, portanto têm de se unir para mudar a geografia política do sistema de comércio e produção global.⁵⁰

4. O Modelo de Equilíbrio Geral (General Equilibrium Model – GEM) baseia-se em determinadas premissas como o movimento perfeito dos fatores de produção e o pleno emprego. Embora útil como uma ferramenta para analisar os efeitos de determinadas variáveis sobre todo o sistema, o modelo é uma abstração da realidade. A sua lógica não pode ser falsificada em seus próprios termos por causa da sua circularidade. Nas mãos de economistas neoclássicos ou neoliberais, o modelo se tornou uma ferramenta para legitimar estratégias políticas (entre elas, por exemplo, a medida de ajuste estrutural e a “coerência política” forçada em muitos países do Sul) por instituições globais como o FMI, o Banco Mundial e determinadas organizações regionais. Estas vêm causando, especialmente desde a década de 1980, maciça desindustrialização e desemprego em muitos países do Sul.⁵¹ Uma estratégia alternativa para o desenvolvimento precisa partir de uma integração *qualitativa* no sistema econômico global, com sólida base na realidade e não em teorias acadêmicas que atendam a interesses das multinacionais globais e dos países que se industrializaram primeiro.

50 Um dos principais acontecimentos no sistema da OMC foi a emergência, na assembléia ministerial de Cancún, em 2003, do Grupo de 20 países do Sul liderados por Brasil, Índia e África do Sul, o que alterou significativamente a dinâmica das negociações comerciais dentro daquele órgão.

51 Ver United Countries, Department of Economic and Social Affairs (DESA), World Economic and Social Surveys, 2006.

5. Segue-se que os países do Sul devem fazer o que os primeiros a se industrializarem fizeram, na devida época. Eles precisam seguir o ditame do economista político alemão Friedrich List, que formulou no final do século XIX o decisivo argumento, a saber, que a Inglaterra não podia bloquear a industrialização da Alemanha brandindo a bandeira do “livre-comércio” e denegrindo o “protecionismo”. Disse List: “É um recurso muito comum e esperto alguém, quando chega ao topo, chutar a escada pela qual subiu a fim de privar os outros do meio de subirem, depois.”⁵² Esse argumento, em nossa época, inspirou o historiador econômico de Cambridge, professor Ha-Joon Chang, a escrever seu best-seller, *Kicking Away the Ladder* (“Chutando a escada”).⁵³ Chang argumenta essencialmente que o livre-comércio e a liberalização do comércio formam o argumento que serve aos interesses dos primeiros países a se industrializarem, os quais, tendo atingido a sua meta, negam agora aos países em desenvolvimento o próprio espaço político e os instrumentos políticos (inclusive tarifas e acordos regionais) que eles próprios usaram, na sua época.⁵⁴

6. Segue-se, pois, que, contrariamente às receitas dos liberais do livre-comércio, nos países em desenvolvimento o Estado desempenha um papel definido para estimular a industrialização, incluindo-se aí o uso de tarifas e subsídios. O Estado minimalista que deixa tudo para o mercado é um Estado irresponsável. Se forças mercadológicas significam negar ao povo o seu direito a comida, água, abrigo, vestuário, educação, cuidados médicos e emprego, então o Estado não pode abster-se de sua obrigação moral de prover tudo isso. O “direito ao desenvolvimento” está entronado no corpo de direitos reconhecidos pelas Nações Unidas.⁵⁵

7. Desenvolvimento não é um produto da ajuda externa. A rigor, há espaço para discutir questões legítimas como a compensação. Por exemplo, se todos os países da África, do Caribe e do Pacífico (ACP) têm à sua disposição meros 40 milhões de euros para se adaptarem à nova dinâmica do comércio global do açúcar, há, em comparação, dois bilhões de euros para os ricos fazendeiros na Europa. Ora, esse caso demonstra haver algo gravemente errado na maneira como “compensação” é entendida. Preferências comerciais foram um instrumen-

52 Citado in Ha-Joon Chang, p. 4. (ver adiante)

53 Ver, Ha-Joon Chang, *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*, Londres: Anthon Press, 2002.

54 South Centre.

55 South Centre.

to usado pela Europa por mais de 50 anos para definir a “vantagem comparativa” dos países da zona ACP (na verdade, em benefício da Europa). Se hoje os ditames da OMC exigem a erosão da preferência, então é responsabilidade da Europa e da comunidade internacional não só fornecerem uma compensação adequada, mas também permitirem tempo suficiente para aquelas economias se reajustarem a uma nova realidade de resto não fabricada por elas próprias.

8. Segue-se que essa ajuda (inclusive perdão à dívida e assistência técnica) não deve ser aceita pelos países em desenvolvimento se ela for usada pelos países industrializados a fim de influenciar os primeiros a aceitarem contratos acordados entre os protagonistas das “salas verdes” da OMC, ou através do Acordo de Cotonou (AC). Chamar esses incentivos de “ajuda ao comércio” não os dignifica nem doura a pílula.⁵⁶ Não é preciso ser nenhum profeta para prever que uma rápida implantação da liberalização do comércio segundo a OMC e o AC levaria à rápida desindustrialização, ao desemprego maciço e ao confinamento da maioria dos países pobres em atividades econômicas de retornos decrescentes, representando tudo isso a parte deles na “vantagem comparativa”. A conseqüência inevitável seria tais países se tornarem *recebedores de welfare* dos países ricos. A única alternativa para esses povos seria emigrar para o mundo rico — um enorme problema, nos tempos contemporâneos. Os povos devem resistir à redução de grandes partes do Sul à condição de se tornarem destinatárias de assistência social ou *exportadoras de trabalho migrante*. O fato de o Sul, embora agraciado com os recursos naturais e a rica biodiversidade do mundo, se tornar o destinatário da caridade do Norte, quando eles próprios deveriam ter condições de usar tais recursos para cuidarem de suas próprias populações e dar-lhes empregos e rendas decentes, é um triste reflexo de nossos tempos.

9. Segue-se que *soberania sobre os recursos* é a chave do desenvolvimento. Não há razão para o povo de Ogoni, na Nigéria, sofrer pobreza e privação enquanto as multinacionais drenam sua riqueza embutida no petróleo, que eles têm mas não possuem nem controlam. Não há razão para o povo da Bolívia, tendo sofrido 300 anos de saque (“saqueo”, como os bolivianos o chamam), primeiro da prata, depois do ouro, a seguir da borracha, depois do estanho e hoje dos hidrocarbonetos, eternizar o passado. O que se aplica à Nigéria e à Bolívia se aplica, em geral, a muitos países em desenvolvimento que têm riqueza de recursos, inclusive terras, água, florestas, peixes, ouro, outros metais preciosos, hidrocarbonetos e a rica biodiversidade.

56 South Centre.

10. Nos próximos, digamos 10-20 anos (até 2015 ou 2025), os governos dos países em desenvolvimento deveriam, individual e coletivamente, negociar com as multinacionais globais e os países ocidentais pela devolução de seus ricos recursos ao povo. Diplomacia, e não atos de coerção ou chantagem política: eis o caminho. Se os canais diplomáticos falharem, os governos do Terceiro Mundo não terão talvez outra escolha senão ouvir as vozes (e os votos) dos pobres, como acontece na Bolívia. Os países em desenvolvimento devem, até 2015, eliminar a sua dependência do FMI e dos países doadores, e criar suas próprias instituições financeiras regionais usando as maciças reservas que alguns desses países estão acumulando agora. Aqui, deve-se acrescentar uma advertência. Os princípios pelos quais essas instituições de crédito devem funcionar exigem muito mais planejamento e pensamento, se elas não pretendem replicar meramente as práticas das instituições financeiras e bancárias globais existentes. Até lá, os países em desenvolvimento devem focar as necessidades internas (e regionais) da população, servindo-a através de um sistema de produção que estimule os vínculos horizontais nacionais e regionais entre agricultura, indústria e tecnologia (em contraste com o foco sobre a produção para os mercados externos). Desse modo, eles não só resistirão melhor à caprichosa natureza do comércio e finanças internacionais, como também criarão indústrias e empregos domésticos e regionais.

Anexo

A opinião de que o atual sistema global de produção e comércio não está funcionando em benefício dos pobres do mundo em geral, nem, em especial, dos pobres da África, Ásia e América Latina e Caribe, está ganhando terreno. Há, de fato, bastante evidência para apoiar esta opinião. Parte dessa evidência vem resumida adiante.

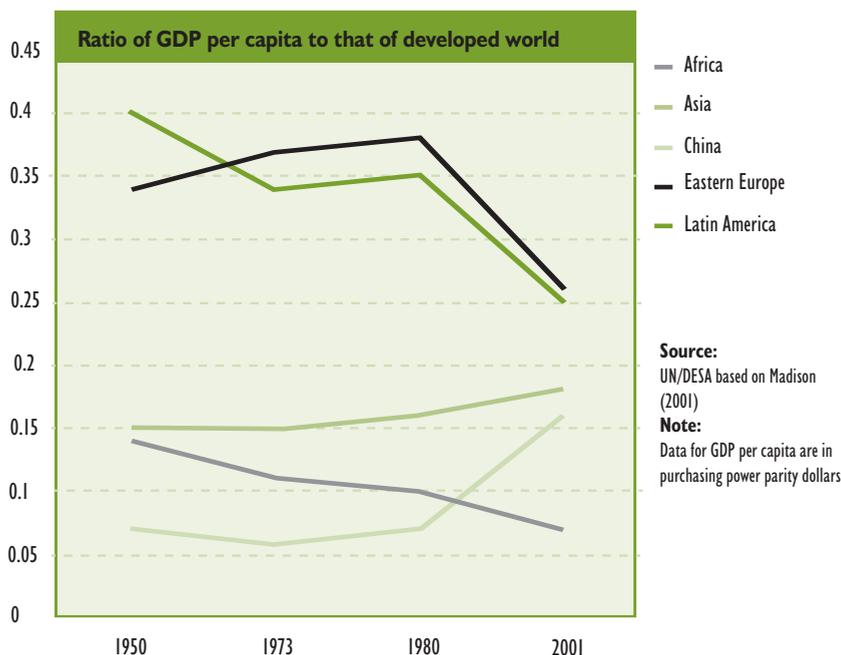
Tabelas e dados reproduzidos abaixo, tirados de vários estudos recentes, devem ser interpretados com a costumeira advertência sobre estatísticas. Os resultados dependem da qualidade dos dados e das premissas subjacentes ao modelo teórico escolhido para organizá-los. Não obstante, dados estatísticos e modelos são parte das ferramentas da economia e adquiriram uma aura própria para “validar” determinados fenômenos observados empiricamente. Não são, naturalmente, os únicos meios de se observar a realidade com os pés no chão. Quando milhares de pobres da África saem rumo à Europa em barcos pondo em risco suas próprias vidas, ou quando os pobres do México atravessam o Rio Grande e escalam altos paredões para chegar aos Estados Unidos, essas realidades dispensam “provas” estatísticas. Ainda assim, é importante ter números para contar a história. Eis o principal objetivo dos dados abaixo.

I. PNB per capita de países em desenvolvimento em relação aos países industrializados.

A tabela abaixo foi tomada do mais recente “Levantamento Econômico e Social do Mundo de 2006”, intitulado *Crescimento e Desenvolvimento Divergentes*, e produzido pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA) da ONU. Duas observações se impõem:

a) Uma é o óbvio argumento de que, embora a tabela mostre que o PNB *per capita* da ‘Ásia’ e da China subiu, os números precisam ser dissecados levando-se em conta as enormes variações tanto entre os vários países da Ásia quanto dentro de cada país. Chama a atenção o declínio das rendas na África, América Latina e Leste Europeu.

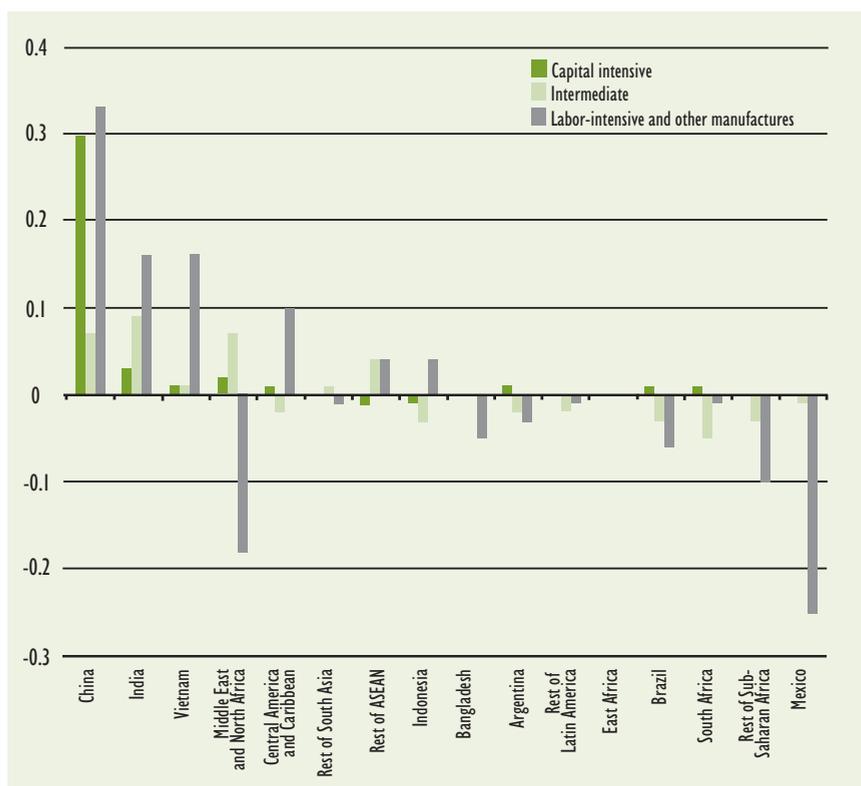
b) A segunda observação consiste em optar pelo ano 1980 como ponto focal. A década de 1980 é o início da presente era da “globalização”. Foi quando tiveram início, na Grã-Bretanha e, a seguir, nos Estados Unidos, sob Thatcher e Reagan respectivamente, o processo da liberalização do mercado, a desregulamentação, a privatização, o controle sobre os sindicatos e o aumento do poder das multinacionais.



2. Ganhos e perdas de quota de mercado nas exportações mundiais referentes às indústrias dos países em desenvolvimento, segundo a Rodada de Hong Kong/Doha sobre o desenvolvimento

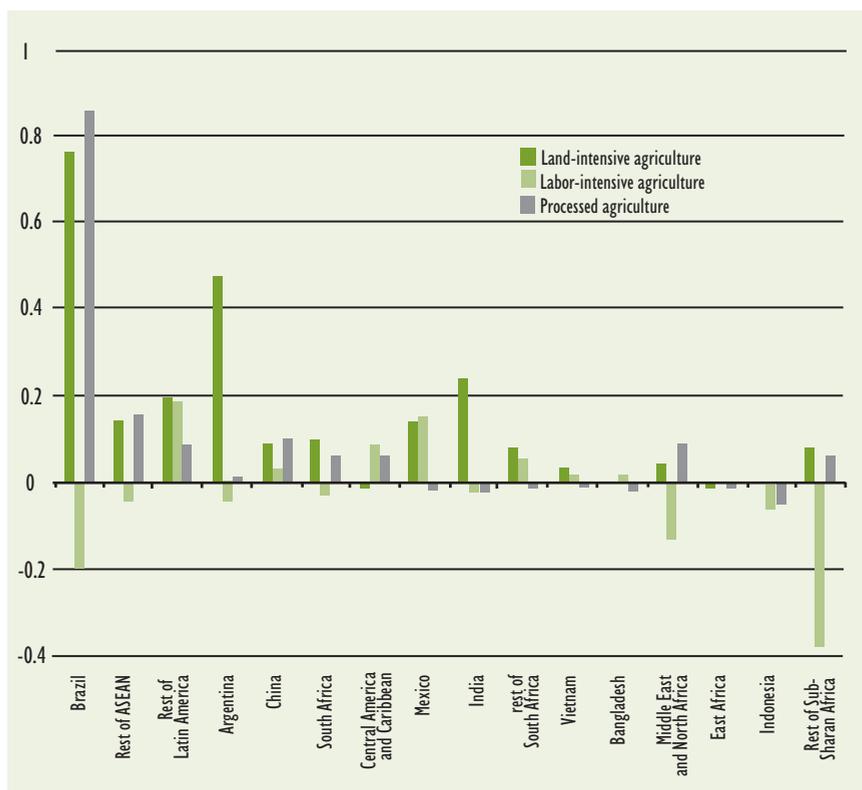
Esta tabela e as duas seguintes foram tomadas do recente estudo de Sandra Polaski encomendado pelo Carnegie Endowment for International Peace e denominado “Ganhadores e Perdedores: o Impacto da Rodada de Doha sobre os Países em desenvolvimento,” de 2006.

No setor manufatureiro, a tabela abaixo mostra que China, Índia e Vietnã ganharam mais, embora, curiosamente, o ganho da Índia não seja tão impressionante assim, em especial nos setores manufatureiros de capital-intensivo. Também é interessante notar que o Brasil perdeu, bem como o México, a África do Sul e a maioria dos países mais pobres do Sul. Em outras palavras, esses países enfrentam a triste perspectiva da desindustrialização.



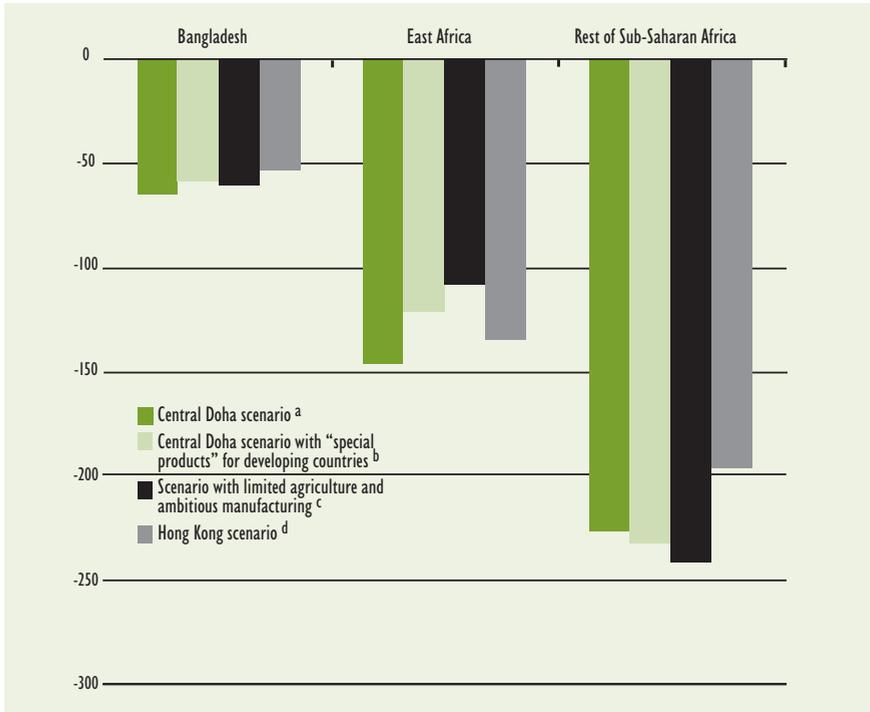
3. Ganhos e perdas de quota de mercado nas exportações mundiais referentes à agricultura dos países em desenvolvimento, segundo a Rodada de Hong Kong/Doha sobre o Desenvolvimento

No setor agrícola, por outro lado, o Brasil se destaca por ter ganhado mais, seguido de Argentina e Índia e África do Sul. Mas é interessante que, no caso do Brasil, foi a agricultura com uso intensivo da terra que saiu ganhando e o uso intensivo do trabalho que saiu perdendo. As implicações são óbvias, ou seja, o Brasil vai dedicar mais terras para o cultivo e, assim, criar tensão sobre o seu equilíbrio geo-ecológico, ao mesmo tempo criando desemprego no setor de uso intensivo do trabalho. Também se observe, tomando as tabelas abaixo e acima em conjunto, que a dependência do Brasil na agricultura vai aumentar, em comparação com a indústria, aumentando assim a sua vulnerabilidade às flutuações no setor agrícola.



4. Impacto sobre os países pobres, segundo todos os cenários da Rodada de Doha.

Os dados falam por si mesmos.



Os números acima, o método pelo qual os dados foram compilados e as premissas por trás deles podem ser todas questionadas, mas o estudo de Carnegie usa o mesmo Modelo de Equilíbrio Geral utilizado pela maioria dos economistas que adotam a os modelos e a simulação, exceto que a pesquisa Carnegie vai mais fundo na questão, ao examinar os países por dentro, para analisar o impacto de Doha sobre vários setores, e ao dissecar especificamente os vários setores de remuneração salarial.

Por último, se os dados acima estão sujeitos a questionamento, também o estão os dados compilados por instituições como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). É interessante observar, por exemplo, que, no conclave Ministerial de Cancun da OMC, em 2003, o Banco Mundial previu grandes ganhos dos países em desenvolvimento na partilha dos ganhos globais antecipados de US\$ 832 bilhões resultantes da Rodada de Doha. Esse montante foi, mais tarde, reduzido para

US\$ 287 bilhões, logo antes da Reunião Ministerial de Hong Kong, e, ainda mais tarde, reduzido para US\$ 90 bilhões na previsão mais recente do que é chamado de “provável cenário de Doha”. Bem, 90 bilhões estão mais perto dos números do Estudo Carnegie, de US\$ 60 bilhões, do que da previsão original do Banco Mundial, de US\$ 832 bilhões.

LUIZ GONZAGA BELLUZZO. Vamos iniciar o debate.

PERGUNTA DA PLATÉIA. Na semana passada o governo brasileiro anunciou que possui 60 bilhões de reservas internacionais, valor maior que a nossa dívida externa hoje (dívida pública externa do governo). Para o Brasil é ou não interessante pagar essa dívida com as reservas?

SUSAN GEORGE. Uma razão pela qual os países acham que devem manter reservas tão elevadas é a especulação financeira. Tentarei desenvolver esse ponto na quinta-feira, durante a mesa-redonda organizada pelo Processo de Helsinque. Na verdade alguns países estão com mais reservas do que precisariam. E isso não seria necessário se as transações financeiras fossem reguladas e taxadas, e se houvesse um sistema de dupla taxação, de modo que quando as moedas saíssem para cima ou para baixo de certa banda de flutuação, houvesse uma taxa que automaticamente funcionasse como punitiva de 50, 60 ou 70 por cento, e que frearia a especulação financeira. Nesse caso, os países não precisariam guardar essas imensas reservas para proteger sua moeda contra a especulação. Obrigar um país a manter reservas nesse alto nível equivale a um imposto sobre o desenvolvimento, porque o governo tem de manter essa situação apenas para se proteger das ações vindas do Norte, para se proteger de um eventual ataque à sua moeda. Se essas reservas fossem usadas de forma produtiva, renderiam grandes benefícios para os países em questão. Portanto, acho que temos todos de lutar muito duramente para conseguir que essas transações financeiras internacionais estejam sob controle.

FANTU CHERU. Antes de entrar nesse ponto, gostaria de dizer que, se nossos governos decidissem usar essas reservas para liquidar a dívida, eu basicamente lhes pediria, previamente, para contratar uma auditoria sobre a dívida existente. Quanto desse total é dívida legítima? Quanto é dívida ilegítima? Há um bom dever de casa a ser feito antes. Creio que em vez de liquidá-la é melhor investir esse dinheiro nas questões de longo prazo do desenvolvimento, que pro-

duziriam mais emprego, mais renda para o governo. A questão central é de fato a auditoria. Tem que haver uma auditoria transparente do perfil da dívida, para saber o que deve ser pago e o que deve ser cancelado. A partir daí você pode tomar sua decisão de usar ou não as reservas. A Nigéria aceitou pagar: 20 bilhões de dólares. E quanto dessa dívida era legítima? Foi um escândalo. Na verdade, grande parte dessa dívida fora acumulada pelo anterior e horrível governo militar; outra grande parte era em *cash* e nunca voltou ao país, e uma imensa parcela foi desviada para os bancos suíços pelo general Sani Abacha. Claro que não houve nenhum auditor lá, e assim o país entregou os pontos e pagou.

Susan George. A dívida total dos países do Sul é de 2,6 trilhões (26 centenas de bilhões). As reservas do Sul são no máximo 1,5 trilhão. Portanto, mesmo que quisessem, os países do Sul não poderiam pagar toda a sua dívida.

PERGUNTA DA PLATÉIA. Meu nome é Carlos, sou estudante do IUPERJ. Há um retorno da idéia de nação, sem que necessariamente se discuta a capacidade de coordenação do poder político sobre as decisões econômicas. No Brasil existe um modelo de metas da inflação que estabelece a política fiscal e a política de juros, o que tem sido um dos responsáveis pelo crescimento da inflação e pela redução dos investimentos. Quais são os limites dessa retomada do Estado nacional quanto à coordenação da economia?

MARK WEISBROT. É uma boa pergunta essa de saber se um governo está, enfim, tentando fazer o melhor para os bancos internacionais, ou para seu próprio povo e seu país. Acho que eles podem fazer o que quiserem, realmente. Não necessariamente de imediato, mas a longo prazo podem fazer. E quero enfatizar que creio que é um mito a idéia de que agora existe uma economia global e que, como resultado, os países individualmente não têm o tipo de autonomia política que tiveram no passado. Não é propriamente verdade, não temos uma economia global, o que temos é uma coleção de economias nacionais, e economias nacionais podem mudar suas políticas. Esse problema com o Banco Central é problema de todos os países! Nós também o temos nos Estados Unidos! O Federal Reserve está subindo as taxas de juros mesmo com a economia desacelerando... Por quê? Porque as primeiras pressões contra ele vêm do setor financeiro, e dos acionistas especialmente... e eles estão pouco ligando para o crescimento! Acionistas e credores não querem saber de crescimento, não ligam para emprego, só querem inflação baixa, só com isso se preocupam. E se depender deles para determinar a política do Banco Central, não vamos ter muito crescimento.

Aqui no Brasil vocês têm uma forma extrema disso: o setor financeiro está determinando a política monetária, a política das taxas de juros, taxa de câmbio etc. E no longo prazo, ficando muito tempo nesse caminho de juros altos, isso muda a estrutura da economia, de modo que se torna muito menos confortável para os negócios fazer empréstimos para os objetivos de investimento, e obviamente vocês não vão ter um mercado maciço para hipotecas e construção imobiliária com essas taxas de juros. Em outras palavras, essa política monetária é um imenso entrave ao crescimento econômico normal e ao desenvolvimento, e ela não pode ser mudada! Sabemos que quando Lula começou a subir nas pesquisas, em maio de 2002, houve uma grande crise no mercado financeiro. Todos estavam preocupados: o que é que ele vai fazer? E se o Banco Central começasse a baixar as taxas de juros? Haveria alguma incerteza nos mercados financeiros, mas eles iam se acostumar. Vocês voltariam a ter um sistema de baixas taxas de juros, como outros países, como a Argentina tem agora... É uma transição que vai ocorrer. E é melhor ter essa transição do que vinte e cinco anos com 1,5% de crescimento.

YASH TANDON. Uma diferença entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento é justamente o grau e a qualidade do controle que o Estado exerce sobre a política monetária. Celso Furtado nos contou, no documentário que acabamos de ver, que a economia que explica os fenômenos no Norte não necessariamente explica os fenômenos do Sul; há diferenças. Não sei como foi no Brasil, mas na África uma das condicionalidades que vieram junto com o programa do FMI foi a criação do que se chama Banco Central independente. E o argumento era que os bancos não devem ser politizados porque do contrário os partidos políticos os usam para seus objetivos. Mas ali onde se criaram bancos independentes do controle estatal, perdeu-se totalmente o controle sobre a política monetária. E em vez de esses países terem agora funcionários do Estado monitorando a política monetária e fiscal, têm funcionários do FMI. Como no México. E no México ainda há uma agravante: eles convenceram os economistas a desistir de sua soberania, de modo a “disciplinar” a economia do país.

PERGUNTA DA PLATÉIA. Os Estados Unidos, com 4% da população mundial, consomem 25% da energia consumida no mundo. Se o restante da humanidade tivesse que consumir o mesmo para ter padrão de vida semelhante. Não será que esse sistema já está se esgotando? O desenvolvimento já não parece inviável no marco do sistema vigente? A outra pergunta é para o professor

Belluzzo: no Brasil o Banco Central parece um tótem, com seus dogmas aos quais o país se submete. Que fazer para corrigir essa situação?

MARK WEISBROT. Este é obviamente um imenso problema, e específico dos Estados Unidos. Acho que há uma enorme possibilidade de reduzir o consumo de energia por pessoa muito abaixo do nível americano. Mas você tem razão, são os padrões de consumo que precisam mudar. Uma das razões pelas quais os europeus usam menos energia por pessoa é que conseguiram seus ganhos de produtividade por meio de menos trabalho, mais férias e mais feriados, em vez de tirá-lo na forma de *commodities*, mais bens, mais consumo. Portanto, são esses valores é que têm de mudar, se quisermos um desenvolvimento sustentável.

LUIZ GONZAGA BELLUZZO. Como a pergunta me foi dirigida, vou violar o princípio de não responder a qualquer pergunta. O Banco Central brasileiro não é formalmente independente. Tem uma independência de fato, mas não é independente por lei. No entanto, é mais independente do que qualquer outro, porque não presta contas a ninguém. Alguém já disse que o Banco Central americano é uma criatura do Congresso. Presta contas a ele. Não obstante, sabemos que em determinados momentos o peso da opinião dos mercados financeiros na definição da política monetária é desproporcional. Aqui no Brasil o próprio Banco Central, via seu Conselho Monetário — formado pelos membros do Banco Central mais o ministro da Fazenda e o do Planejamento —, é que define a meta de inflação. E são eles mesmos que a executam. Isso é uma anomalia. Na verdade é um corpo administrativo do poder público, que não se submete ao princípio da soberania popular. Isso está escrito aqui neste manifesto que leremos em seguida. Ou seja, não é admissível que, num país que se pretenda democrático, uma instituição como o Banco Central se coloque acima e ao largo da lei. Prefiro que se definam claramente as condições da independência e a quem ele presta contas.

SUSAN GEORGE. Estou muito feliz que se fale de meio ambiente, pois notei que nenhum de nós o fez, e eu mesma me sinto culpada por isso, porque se fosse apenas questão de política e economia, acho que teríamos tempo, mas com o meio ambiente não temos muito tempo. Isso de fato exige mudanças imediatas e investimentos. Talvez eu seja menos sanguínea do que Mark, mas precisamos investir imediatamente em energia alternativa. O Brasil fez um começo, com o etanol, mas acho que o Brasil deveria estar pensando seriamente nisso.

Quanto ao Banco Central, gostaria de introduzir uma palavrinha de cautela. A União Européia tem um Banco Central, que é completamente independente,

e que só tem um objetivo: controlar a inflação. E eles não estão ligando a mínima, como Mark disse, para o crescimento, para o emprego. E agora, que sentiram um levíssimo movimento de expansão econômica, já avisaram que vão subir as taxas de juros, portanto vão matar essa eventual expansão que poderia ter efeitos positivos na taxa de desemprego. Este é um banco que não empresta, e cada banco central do mundo poderia emitir bônus dos quais precisamos desesperadamente para investir em pesquisa, em infraestrutura, para levar os dez novos países da União Européia ao nível dos quinze primeiros. Assim, a Europa está num limbo financeiro, numa terra de ninguém, falando em termos financeiros, numa situação em que os cidadãos não têm a menor influência sobre sua política monetária.

LUIZ GONZAGA BELLUZZO. Antes de encerrar, Rosa e eu vamos ler a Carta pelo Desenvolvimento, assinada pelos três presidentes do Centro Celso Furtado. Ela será entregue aos candidatos que disputam a eleição à Presidência da República.

CARTA PELO DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento: uma agenda para além da estabilidade

1. A eleição presidencial de 2006 oferece aos brasileiros a oportunidade de definir uma nova agenda de desenvolvimento.
2. Na vida democrática contemporânea, o sufrágio universal não se limita a conferir legitimidade aos que recebem mandato para o exercício do poder, mas deve exprimir a soberania do povo sobre temas e metas de interesse dos cidadãos-eleitores. Deliberada, ou involuntariamente, nas últimas décadas essas questões foram usurpadas pelos mercados e seus porta-vozes. Vivemos o questionamento e a luta pela reversão e superação desse processo.
3. As condições internacionais, com a crise da hegemonia neoliberal, abrem espaço para a retomada do desenvolvimento. Os impasses que limitam o avanço dessa nova agenda no Brasil escapam à lógica estreita do economicismo. Originam-se antes, e acima de tudo, na incapacidade das camadas dominantes de construir as articulações necessárias a um projeto nacional capaz de promover conjuntamente a prosperidade econômica, o

avanço da igualdade social e a garantia efetiva das liberdades políticas. Essa inépcia, é preciso dizer com todas as letras, aprofunda o amesquinhamento do imaginário social e a ausência de compromissos históricos capazes de reinventar um futuro que não seja a dolorida e indesejável reiteration do passado.

4. Aos desequilíbrios sociais, econômicos e culturais do passado associou-se, com o predomínio do neoliberalismo, o revigoramento do individualismo darwinista. Sua hostilidade aos destinos coletivos é impossível exagerar. Esse arranjo tem feito prevalecer deformações socioeconômicas que se evidenciam em democracias oligárquicas, repúblicas privatizadas e nações desprovidas de projetos nacionais. O resultado tem sido o semi-desenvolvimento que submete os povos, há mais de duas décadas, ao flagelo do crescimento medíocre, incapaz de conter a deterioração dos valores da convivência solidária.

5. Uma nova etapa do desenvolvimento brasileiro e latino-americano exige a construção de uma hegemonia democrática vigorosa o bastante para superar essa armadura de consensos pré-fabricados nas usinas da desigualdade e da injustiça. Essa, a relevância da integração política e econômica que está mudando a paisagem continental.

6. A próxima eleição presidencial no Brasil pode contribuir para desarmar a engrenagem produtora de uma lógica social e econômica ao mesmo tempo intolerável e auto-referente. Diante dos obstáculos ao desenvolvimento, é necessário que partidos e candidatos assumam seu papel, respeitando a política como o espaço da liberdade. Em especial, a liberdade dos que não dispõem de poder econômico, social ou burocrático para projetar seu próprio destino.

7. No Estado Democrático de direito, a nenhuma instância do aparelho estatal é permitido exercer a autoridade, ou atribuir-se esferas de independência decisória, sem que para isso haja uma delegação da soberania popular. Tampouco se deve tolerar que os poderes privados da economia ou da mídia – como afirmava Karl Mannheim, um dos inspiradores de Celso Furtado – tenham a pretensão e a prepotência de se impor à sociedade como se estivessem acima da lei.

8. Reconhecer os direitos civis, sociais e econômicos das classes desfavorecidas — e ao mesmo tempo ampliar os canais de participação da sociedade nas decisões — é a melhor maneira de fortalecer e aprofundar a democracia, o voto e a esperança, bem como superar as assimetrias de poder e riqueza.

9. Esse é o desafio lançado pela cidadania aos que disputam a eleição presidencial. Se, na sociedade moderna, é obrigação dos especialistas e técnicos debater abertamente alternativas de políticas públicas, não cabe aos mercados ditar condições — em nome de uma racionalidade abstrata — com a pretensão de desacreditar escolhas políticas que decorrem do exercício pleno da soberania popular — antes, durante e depois do voto.

10. Para além da agenda da estabilidade, exortamos partidos e candidatos à Presidência da República a se comprometerem a buscar um novo pacto político para superar o abismo que separa liberdade civil e igualdade econômica em nossa história.

11. Um pacto político, vale dizer, que possibilite à grande maioria da sociedade resistir a imposições dos mercados e afirmar definitivamente uma nova agenda de desenvolvimento para o Brasil. Uma agenda que garanta maior crescimento econômico e substancial melhoria de vida para o nosso povo.

12. Cabe, portanto, às lideranças progressistas retomar a construção interrompida — assinalada por Celso Furtado — rumo a um Brasil em que a democracia não seja apenas coadjuvante do desenvolvimento, mas possa modificar sua substância para torná-lo, de fato, duradouro, justo e humanista.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2006

Luiz Gonzaga Belluzzo — *Presidente institucional*

Maria da Conceição Tavares — *Presidente acadêmica*

Rosa Freire d'Aguiar Furtado — *Presidente cultural*